FOZ CÔA
um concelho, dois patrimónios mundiais

2.ª REVISÃO DO PDM DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

RELATÓRIO/OPÇÕES DO PLANO



junho 2024

Índice

1. ENQUADRAMENTO 4
2. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO 6
3. MODELO DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL 16
3.1. Visão 16
3.2. Objetivos 16
3.3. Modelo Territorial (MOT) 17
4. CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO 19
4.1. Solo urbano 20
4.1.1. Enquadramento/Metodologia 20
4.1.2. Qualificação funcional e operativa 21
4.2. Solo rústico 24
5. SALVAGUARDAS E RISCOS 30
5.1. Áreas de salvaguarda 30
5.1.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM) 30
5.1.2. Património cultural 39
5.1.3. Geossítios 40
5.1.4. Recursos geológicos/Áreas potenciais 40
5.2. Áreas de riscos 40
6. ZONAMENTO ACÚSTICO 43
7. EQUIPAMENTOS E MOBILIDADE 44
8. INFRAESTRUTURAS BÁSICAS 45
8.1. Abastecimento de água 45
8.2. Saneamento de águas residuais 46
8.3. Águas pluviais 48
8.4. Resíduos sólidos urbanos 48
9. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS 50
10. REGIME ECONÓMICO E FINANCEIRO 52
11. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO 58
12. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA 60
14. O PDM EM NÚMEROS 63
15. SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA 64
15.1. Recursos naturais 65
15.1.1. Recursos hídricos 65
15.1.1.1. Domínio hídrico: Leito e margem das águas fluviais 65
15.1.1.2. Albufeiras, lagos ou lagoas de águas públicas 66
15.1.2. Recursos geológicos 67
15.1.3. Recursos agrícolas e florestais 69
15.1.3.1. Reserva Agrícola Nacional 69
15.1.3.2. Sobreiro e azinheira 70
15.1.4. Recursos ecológicos 71
15.1.4.1. Reserva Ecológica Nacional 71
15.1.4.2. Rede Natura 2000 72
15.2. Património Cultural 74
15.2.1. Imóveis classificados ou em vias de classificação 74
15.3. Infraestruturas 76
15.3.1. Básicas 76
15.3.2. Rede elétrica 77
15.3.3. Rede rodoviária nacional, estradas regionais e estradas nacionais desclassificadas ainda não entregues ao município 79
15.3.4. Estradas e caminhos municipais 81
15.3.5. Rede ferroviária 81
15.3.6. Telecomunicações 83
15.3.7. Marcos geodésicos 84
15.4. Redes de defesa, perigosidade de incêndio e áreas ardidas 86
15.4.1. Rede primária e secundária de faixas de gestão de combustível 86
15.4.2. Rede de pontos de água 86
15.4.3. Perigosidade de incêndio rural das classes alta e muito alta 86
15.4.4. Povoamentos florestais de sobreiro, azinheira e/ou azevinho espontâneo percorridos por incêndios rurais nos últimos 25 anos 87
ANEXO: Declaração Águas do Norte, S.A. 88

Abreviaturas e Siglas

Art. – Artigo
ARU – Áreas de Reabilitação Urbana
CMVNFC – Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
DL – Decreto-lei
DR – Decreto-Regulamentar
EE – Estrutura Ecológica
EEC – Estrutura Ecológica Complementar
EEF – Estrutura Ecológica Fundamental
EEM – Estrutura Ecológica Municipal
FMSAU – Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGT – Instrumentos de Gestão Territorial
INE – Instituto Nacional de Estatística
Lei de Bases de 2014 – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio)
MOT – Modelo de Organização Territorial
PDMVNFC – Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Foz Côa
PGRH – Plano de Gestão da Rede Hidrográfica
PROF – Programa Regional de Ordenamento Florestal
RAN – Reserva Agrícola Nacional
RCM – Resolução de Conselho de Ministros
REN – Reserva Ecológica Nacional
RJ – Regime Jurídico
RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

1. ENQUADRAMENTO

O presente documento corresponde ao Relatório que acompanha a 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Foz Côa (PDMFC) e no qual, entre outros, se explicita a estratégia e modelo de desenvolvimento concelhio. A Proposta do Plano foi elaborada ao abrigo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua versão atual.

O **Plano** identifica os **recursos territoriais**, conforme determina o RJIGT (art.º 10.º), designadamente:

- As áreas afetas à defesa nacional, à segurança e à proteção civil;
- Os recursos e valores naturais;
- As áreas perigosas e as áreas de riscos;
- As áreas agrícolas e florestais;
- As áreas de exploração de recursos energéticos e geológicos;
- A estrutura ecológica;
- O património arquitetónico, arqueológico e paisagístico;
- O sistema urbano;
- A localização e a distribuição das atividades económicas;
- As redes de transporte e mobilidade;
- As redes de infraestruturas e equipamentos coletivos.

No **conteúdo documental** integram-se os elementos obrigatórios indicados no artigo 97.º do RJIGT, além de outros que, em função das especificidades do território, se entendeu pertinentes para melhor compreensão da proposta e, também, aqueles que, por determinação de outros diplomas têm que ser integrados no processo do Plano como, por exemplo, o Mapa de Ruído, tendo-se organizado conforme indicado no quadro seguinte:

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS E COMPLEMENTARES		
PEÇAS ESCRITAS	**PEÇAS DESENHADAS**	
• REGULAMENTO • RELATÓRIO: OPÇÕES DO PLANO • RELATÓRIO: PROGRAMA DE EXECUÇÃO • RELATÓRIO: PLANO DE FINANCIAMENTO • RELATÓRIO AMBIENTAL • RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO • RELATÓRIO: COMPROMISSOS URBANÍSTICOS • RELATÓRIO: CONFORMIDADE COM A REDE NATURA 2000	• PLANTA DE ORDENAMENTO:	
	. CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO (**1.1**)	1:10 000
	. SALVAGUARDAS (**1.2**) (INCLUI ZONAMENTO ACÚSTICO)	1:10 000
	. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO (**1.3**)	1:10 000
	• PLANTA DE CONDICIONANTES:	
	. CONDICIONANTES GERAIS (**2.1**)	1:10 000
	. PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO RURAL-CLASSES ALTA E MUITO ALTA (**2.2**)	1:25 000
	. REDES DE DEFESA DA FLORESTA (**2.3**)	1:25 000
	• ENQUADRAMENTO REGIONAL (**3**)	1:200 000
	• PLANTA DA SITUAÇÃO EXISTENTE-OCUPAÇÃO DO SOLO E REDE VIÁRIA (**4**)	1:25 000
	• ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL (**5**)	1:10 000
	• COMPROMISSOS URBANÍSTICOS (**6**)	1:25 000
	• ÁREAS PERCORRIDOS POR INCÊNDIOS NOS ÚLTIMOS 25 ANOS (**7**)	1:10 000
ELEMENTOS ANEXOS E AUTÓNOMOS		
ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO		
PROCESSO DA REN (MEMÓRIA DESCRITIVA E CARTA DA REN)		
MAPA DE RUÍDO		
CARTA EDUCATIVA		
ATUALIZAÇÃO DA PLANTA PATRIMONIAL DO CONCELHO (CAFCO' 23)		
FICHA DOS DADOS ESTATÍSTICOS		
DISCUSSÃO PÚBLICA - RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO		

A carta base utilizada foi preparada a partir da cartografia de referência, homologada e com as características indicadas no quadro seguinte. Os limites administrativos considerados são os constantes da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão de 2023.

Equidistância das curvas de nível: 5 metros;

Sistema de projeção: PT-TM06/ETRS89; Datum Altimétrico-Marégrafo de Cascais

Projeção Cartográfica: Transversa de Mercator;

Exatidão Posicional Planimétrica: -1,5 metros;

Exatidão Temática: 95%;

Entidade Proprietária: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa;

Entidade Produtora: Geoglobal, Sistemas de Informação geográfica;

Data de Edição: 20 de setembro de 2018;

Número, Data de Homologação e Entidade Responsável: Processo n.º 627, 02-03-2020, DGT

As peças gráficas fundamentais - Planta de Ordenamento-Classificação e Qualificação do Solo e de Condicionantes-Condicionantes Gerais - são apresentadas no detalhe da cartografia à escala 1:10 000, estando o território municipal dividido em 10 folhas, identificadas de A a J, conforme grelha constante no rosto de cada uma delas.

2. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

- Enquadramento

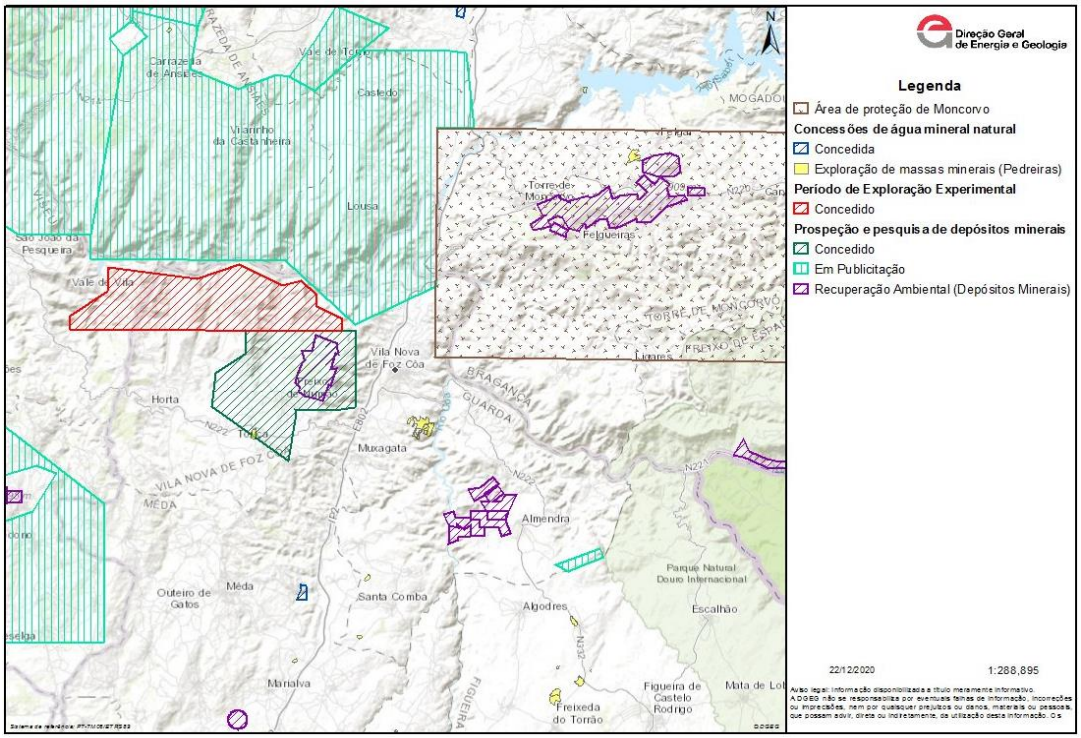
Pontos fortes

- Novo cenário legislativo-programático preocupa-se com as questões ambientais, sociais, infraestruturais e económico-financeiras;
- Unidades geológicas com potencialidades para a produção de granitos para fins industriais, de xistos para a produção de esteios e de quartzo e feldspato para a indústria cerâmica;
- Enquadramento paisagístico e cultural.

Pontos fracos

- Baixa densidade populacional;
- População envelhecida;
- Efeitos das alterações climáticas.

Contexto geológico de Vila Nova de Foz Côa



Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia

- Património natural e cultural

Pontos fortes

- Grande variedade e importância de valores naturais (flora, fauna, geológicos e *habitats*);
- Paisagens naturais com elevada qualidade cénica;
- Solos com aptidão para a cultura da vinha - Alto Douro Vinhateiro;
- Diversidades cultural;
- Inventário existente do património.

Pontos fracos

- Falta de gestão dos valores e paisagens naturais significando, por vezes, a degradação de *habitats*;
- Existência de extensas manchas de mato rasteiro propiciando elevado risco de incêndio;
- Potenciais focos de contaminação dos sistemas hídricos;
- Impactos negativos provocados pela instalação de explorações de granito e xisto.

Parque Arqueológico do Vale do Côa



Fonte: Site do Parque Arqueológico do Vale do Côa

- Demografia

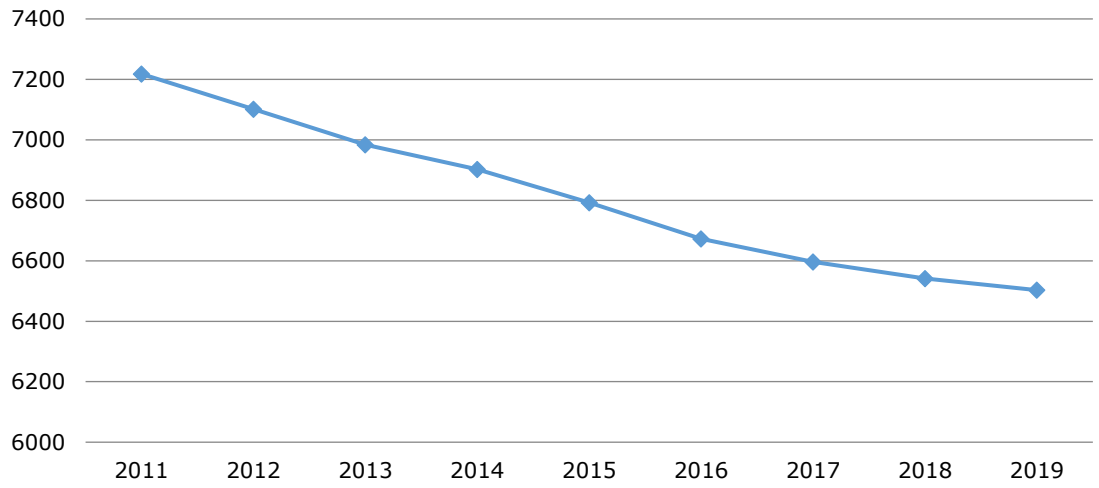
Pontos fortes

- Contexto de baixas densidades;
- Saldo migratório em recuperação;
- Aumento do efetivo da população estrangeira;
- Concentração populacional em torno do aglomerado urbano principal;
- Política municipal em prol da recuperação demográfica.

Pontos fracos

- Envelhecimento populacional;
- Regressão demográfica;
- Saldo fisiológico negativo;
- Aumento do índice de envelhecimento;
- Diminuição do n.º de famílias.

Evolução populacional em Vila Nova de Foz Côa



Fonte: INE

- Economia

Pontos fortes

- Diminuição da taxa de abandono escolar;
- Diminuição da taxa de analfabetismo;
- Terciarização da economia;
- Aumento do ganho médio mensal;
- Aumento do n.º de empresas;
- Tendência crescente do volume de negócios;
- Balança comercial positiva;
- Aumento do pessoal ao serviço;
- Aumento da dinâmica turística;
- Contexto geológico do concelho impulsionador do crescimento económico;
- Política municipal em prol da resiliência económica.

Pontos fracos

- Diminuição da população empregada;
- Redução da população potencialmente ativa;
- Aumento da taxa de desemprego;
- Diminuição do n.º de alunos matriculados;
- Baixa diversidade económica;
- Reduzido empreendedorismo.

Top 10 da produção declarada de vinho a nível nacional (hl)

Espaço geográfico	2019
Torres Vedras	339 326
Almeirim	318 437
Alijó	282 162
Palmela	264 705
Alenquer	252 060
São João da Pesqueira	240 013
Lamego	228 061
Reguengos de Monsaraz	194 454
Vila Nova de Foz Côa	**168 868**
Pinhel	146 888

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

- Parque habitacional e dinâmica construtiva

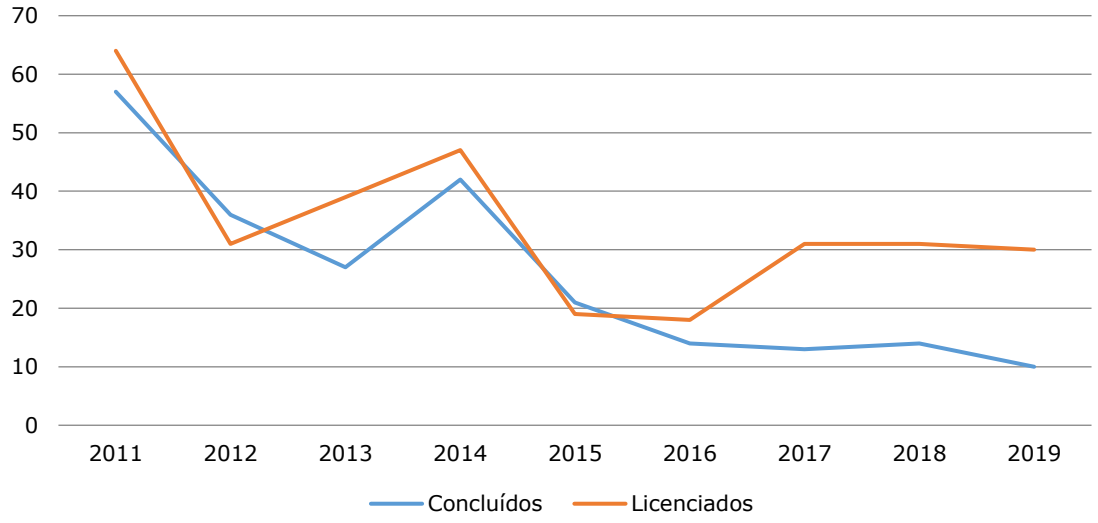
Pontos fortes

- Tipologias familiares dominam a dinâmica de fogos licenciados;
- Valor médio do m² inferior ao verificado noutros espaços geográficos de análise;
- Diminuição do n.º de alojamentos vagos;
- Diminuição da proporção de edifícios muito degradados;
- Domínio das dinâmicas de Reabiliatação Urbana face à tipologia de Novas Construções;
- Aumento da % de alojamentos de uso sazonal.

Pontos fracos

- Diminuição do n.º de edifícios e de alojamentos;
- Aumento da sazonalidade da habitação;
- Regressão da dinâmica de conclusão e licenciamento do edificado.

Evolução do número de edifícios concluídos e licenciados



Fonte: INE

- Infraestruturas

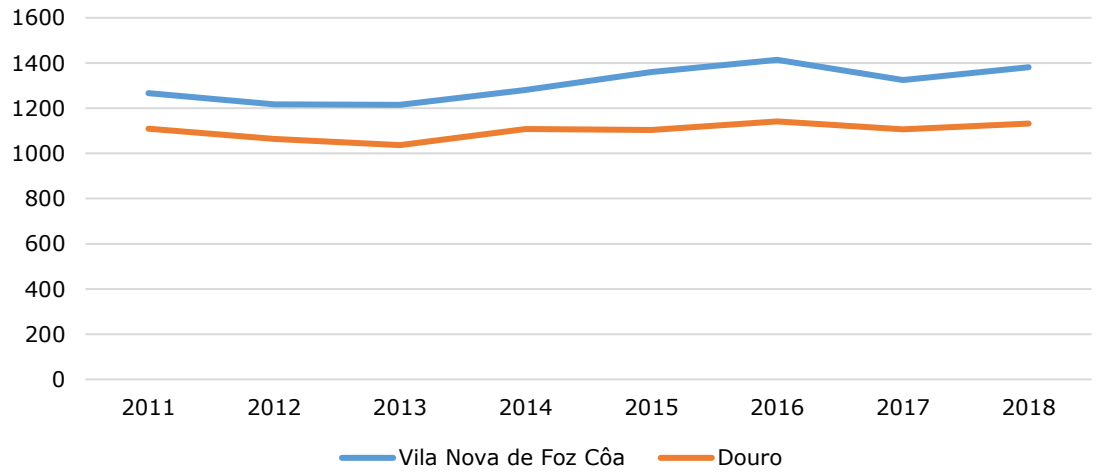
Pontos fortes

- Proporção de alojamentos com abastecimento de água superior à dos espaços geográficos em que se insere;
- Proporção de alojamentos com drenagem de água residual superior à dos espaços geográficos em que se insere;
- Aumento do consumo de eletricidade;
- Significativa preocupação ambiental refletida nos resutados positivos e crescentes na recolha de resíduos;
- Política de resíduos aplicada no seguimento de planos operacionais para o setor;
- Diminuição da duração média das deslocações.

Pontos fracos

- Aumento da taxa de motorização;
- Aumento da proporção da população que trabalha ou estuda noutro município;
- Rede de transportes públicos insuficiente.

Consumo *per capita* de eletricidade (kWh)



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

- Equipamentos

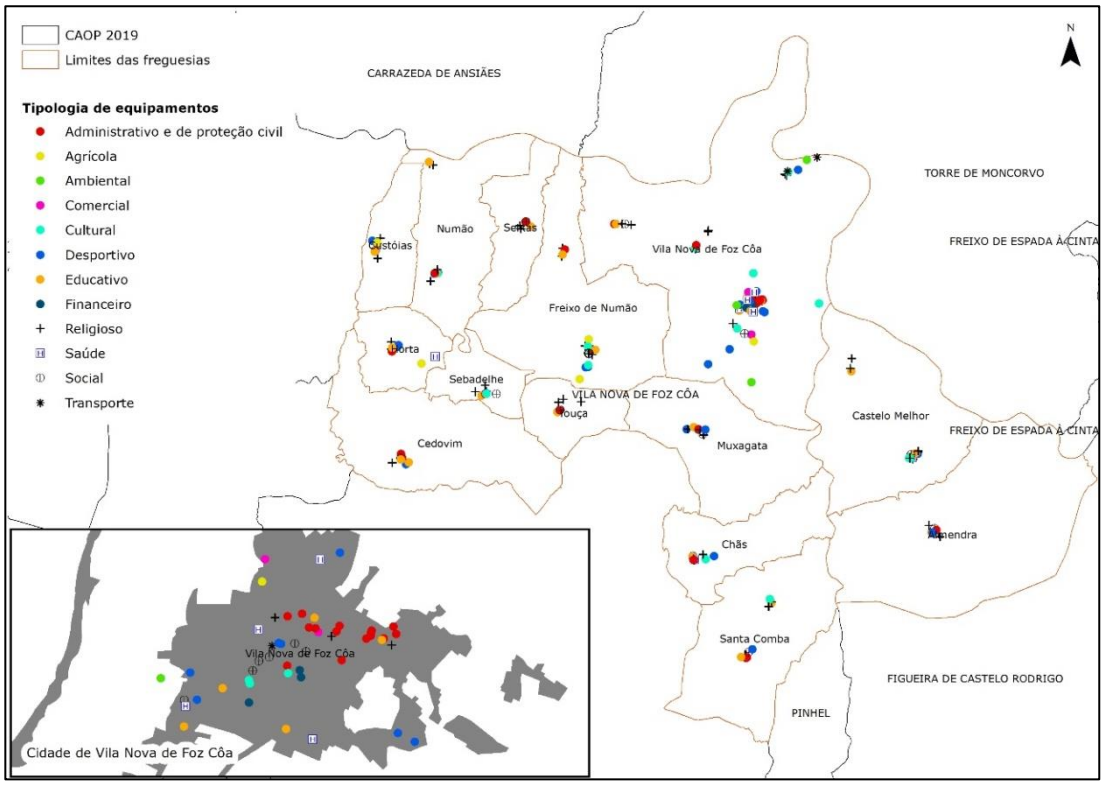
Pontos fortes

- Disseminação de equipamentos desportivos, adequados às necessidades;
- Oferta diversificada de equipamentos culturais;
- Serviços de administração central concentrados na sede de município;
- Diversidade de equipamentos educativos e de índole social;
- Proximidade da população aos equipamentos de saúde (distância-tempo inferior a 30 min).

Pontos fracos

- Não rentabilização de algumas infraestruturas desportivas;
- Aumento potencial da procura de serviços de apoio à 3.ª idade.

Rede de equipamentos de Vila Nova de Foz Côa



Fonte: Elaboração própria

- Ocupação do solo

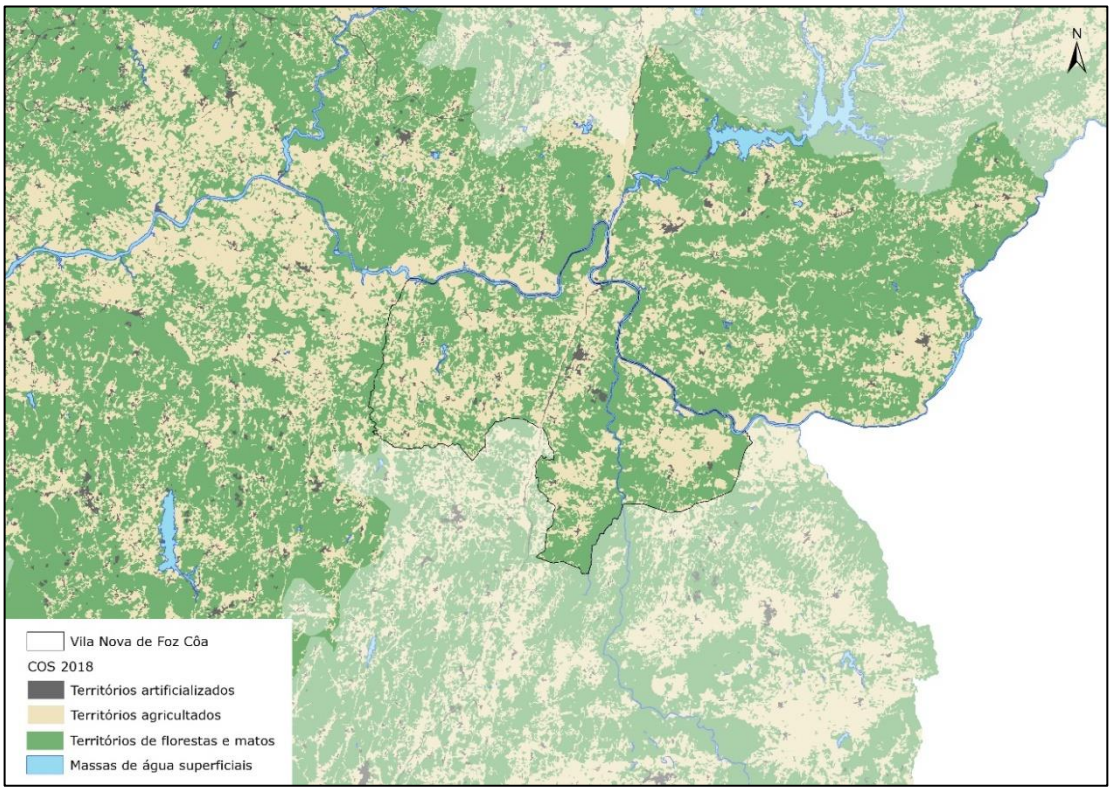
Pontos fortes

- Aumento dos territórios artificializados para fins económicos e infraestruturais;
- Concentração de artificialização do território na Cidade de Vila Nova de Foz Côa;
- Aumento do território agricultado;
- Diminuição do território de floresta e de matos e eucaliptos em territórios agricultados para vinha;
- Recuperação da dinâmica agrícola, associada ao aumento da rentabilidade económica do setor;
- Novo cenário legal com preocupações com as questões ambientais, sociais, infraestruturais e económino-financeiras;
- Planos, políticas e programas territoriais em revisão e articulação programática.

Pontos fracos

- Risco de doenças associadas à vinha, pondo em risco um dos recursos endógenos mais importantes para o concelho e economia local;
- Aumento do território de floresta ocupado por eucalipto.

Ocupação do solo em 2018



Fonte: COS

- Fenómenos e áreas de Perigo/ Risco

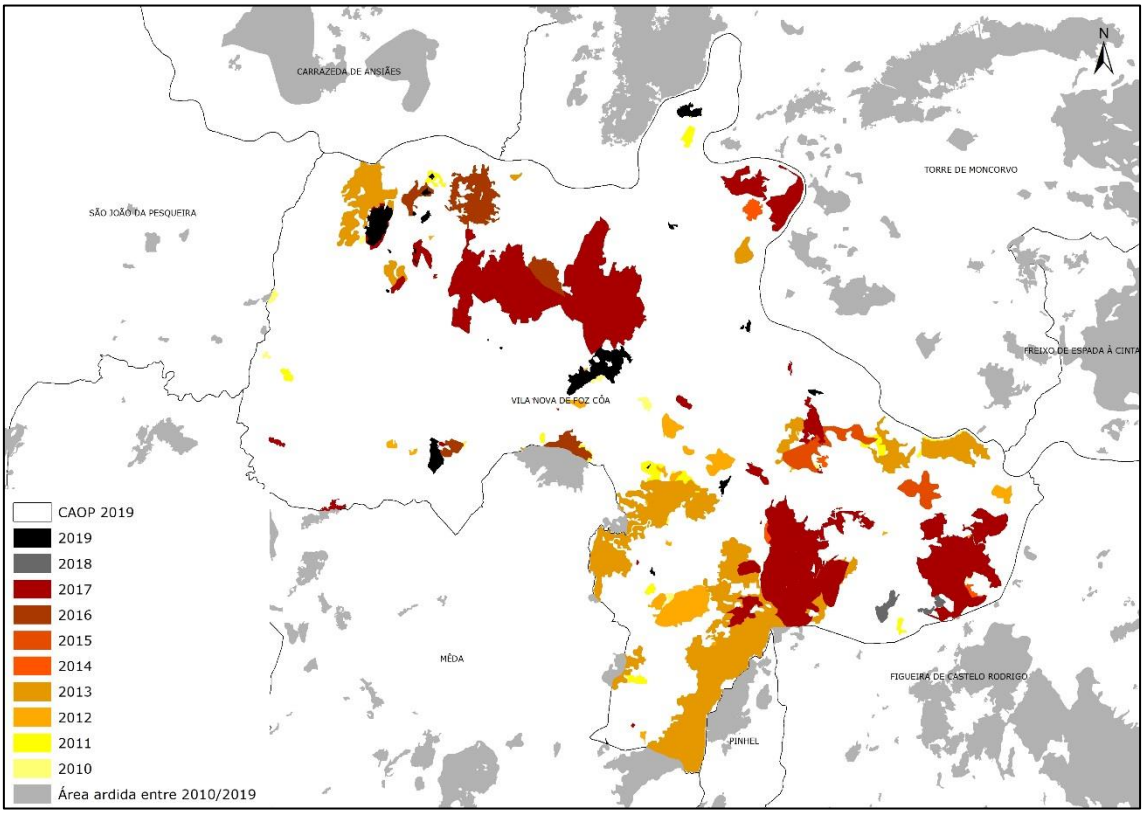
Pontos fortes

- Ausênica de agentes suscetíveis de criar acidentes graves;
- Diminuição do n.º de incêndios rurais;
- Estabilização da superfície ardida;
- Aumento da precipitação nos últimos anos;
- Estabilização de indicadores relacionados com a temperatura;
- Enquadramento litológico favorece o equilíbrio sísmico;
- Existência de servidões e restrições públicas que salvaguardam eventuais riscos naturais.

Pontos fracos

- Risco de incêndio motivado pela dimensão das manchas florestais;
- Aumento da frequência de fenómenos esporádicos, mas intensos, como trovoadas e períodos de granizo.

Área ardida entre 2010/2019



Fonte: Elaboração própria baseada no ICNF

- Finanças autárquicas

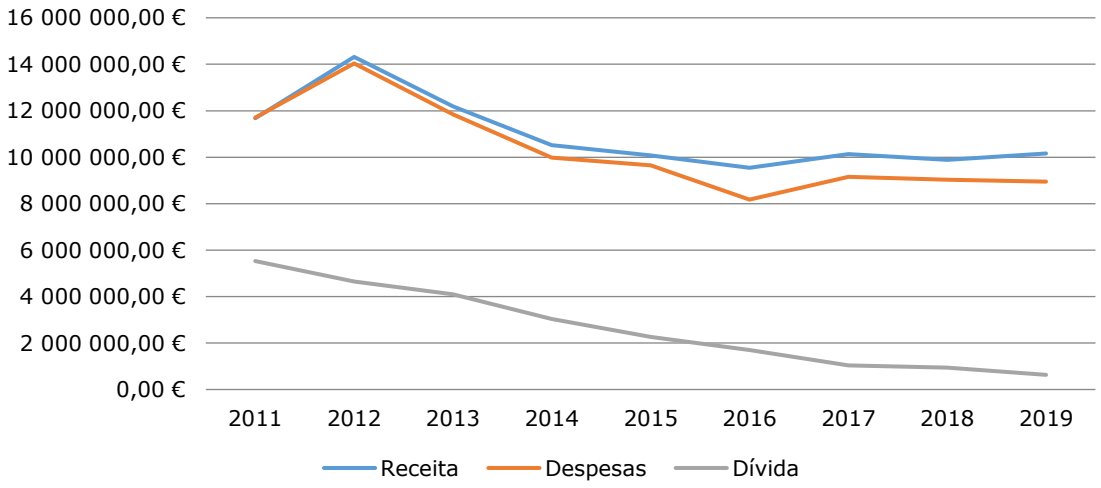
Pontos fortes

- Cenário macroeconómico apresentando um contexto de crescimento;
- Tendência crescente das receitas municipais;
- Redução significativa da dívida da autarquia;
- Rácio da receita municipal por habitante superior ao verificado no Douro;
- Evolução positiva do valor recebido das taxas relacionadas com o ordenamento do território, designadamente o Imposto de Circulação, o Imposto Municipal sobre Imóveis ou o Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis;
- Rácio da dívida municipal por habitante inferior ao verificado no Douro.

Pontos fracos

- Face à dinâmica evolutiva dos principais indicadores financeiros e do cenário pós-pandemia que está a condicionar a evolução da dinâmica macroestrutural da economia e da administração local, não é possível identificar pontos fracos nesta temática, devido à existência de políticas de racionalização financeira assente na diminuição da dívida e no aumento das receitas do município.

Evolução da dinâmica financeira da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Fundos comunitários aprovados no Norte 2020 à data de janeiro de 2021

Espaço geográfico	Projetos aprovados	Fundo Aprovado	Rácio por habitante do fundo aprovado
Douro	688	143.352.866,76 €	751,27 €
Vila Nova de Foz Côa	30	6.963.185,68 €	1.070,77 €
Proporção de Via Nova de Foz Côa no Douro	4%	5%	-

Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

3. MODELO DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

3.1. Visão

Num futuro próximo procura-se que o concelho de Vila Nova de Foz Côa seja um território resiliente, sustentável e coeso, territorial e socialmente. Para isso, urge criar as condições necessárias para:

- Manutenção da qualidade de vida dos que residem e visitam o território, fomentando uma ocupação do território em baixa densidade;
- Atração de atividades económicas e residentes, assegurando as condições fiscais, logísticas e infraestruturais, bem como a valorização das infraestruturas náuticas e ferroviárias existentes, além da exploração de recursos endógenos, entre os quais a indústria extrativa e vinícola;
- Adoção de uma política de mobilidade mais conectada e partilhada;
- Fortalecimento da resiliência ambiental, mitigando as alterações climáticas e valorizando o património natural e cultural associado ao Alto Douro Vinhateiro e ao Vale do Côa;
- Adoção de uma postura colaborativa e de governança territorial com os diversos agentes.

O alcance deste objetivo geral não está dependente apenas do PDM, enquanto instrumento de gestão territorial sendo necessário a articulação deste com políticas setoriais de caráter económico e social. O contributo do PDM assenta numa classificação e qualificação do solo coerente e alinhada com os demais instrumentos de caráter estratégico, apoiado nos eixos e objetivos indicados seguidamente.

3.2. Objetivos

Atendendo às especificidades do território estabelecem-se os eixos e objetivos estratégicos em concordância com o fixado no Relatório de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica e que são:

a) EIXO 1- Preservação e valorização do património, dos recursos endógenos e dos ecossistemas:
   i) Salvaguarda, proteção e valorização do património mundial do Vale do Côa;
   ii) Reforço da vocação turística do Vale do Douro e do Vale do Côa;
   iii) Valorização da paisagem cultural do Douro Vinhateiro;

b) EIXO 2- Contenção e qualificação urbana e otimização de redes de infraestruturas e equipamentos de suporte à qualidade de vida:
   i) Reforço da rede urbana e da identidade dos núcleos populacionais;
   ii) Consolidação da rede de equipamentos e espaços públicos de proximidade;
   iii) Reforço da acessibilidade e mobilidade;

c) EIXO 3- Promoção de uma economia de base territorial dinâmica e competitiva:
   i) Promoção de áreas empresariais com localização estratégica;
   ii) Salvaguarda da exploração dos recursos geológicos;
   iii) Fomento das atividades económicas ligadas à agricultura e pecuária;
   iv) Garantia da gestão sustentável e integrada dos recursos naturais.

3.3. Modelo Territorial (MOT)

Em função dos objetivos definidos para a 2.ª Revisão do PDMVNFC, são identificados os sistemas estruturantes promovendo o desenvolvimento de uma realidade espacial estratégica e unidades territoriais homogéneas promovendo as ações *in loco* em função dos recursos/potencialidades e problemas/debilidades identificados no âmbito dos estudos de Caracterização e Diagnóstico.

O MOT desenvolve-se em cinco sistemas territoriais fundamentais: o Sistema Urbano, o Sistema Biofísico e Ambiental, o Sistema Patrimonial e o Sistema de Mobilidade.

- **Sistema Urbano:** procura-se que seja organizado em função de um centro urbano principal na oferta de funções urbanas e garantes das relações de proximidade e da prestação de serviços de escala local, como é o caso de Vila Nova de Foz Côa; dos aglomerados urbanos complementares ou de equilíbrio territorial, como Freixo Numão e Almendra; e dos aglomerados satélites, todos os restantes lugares.

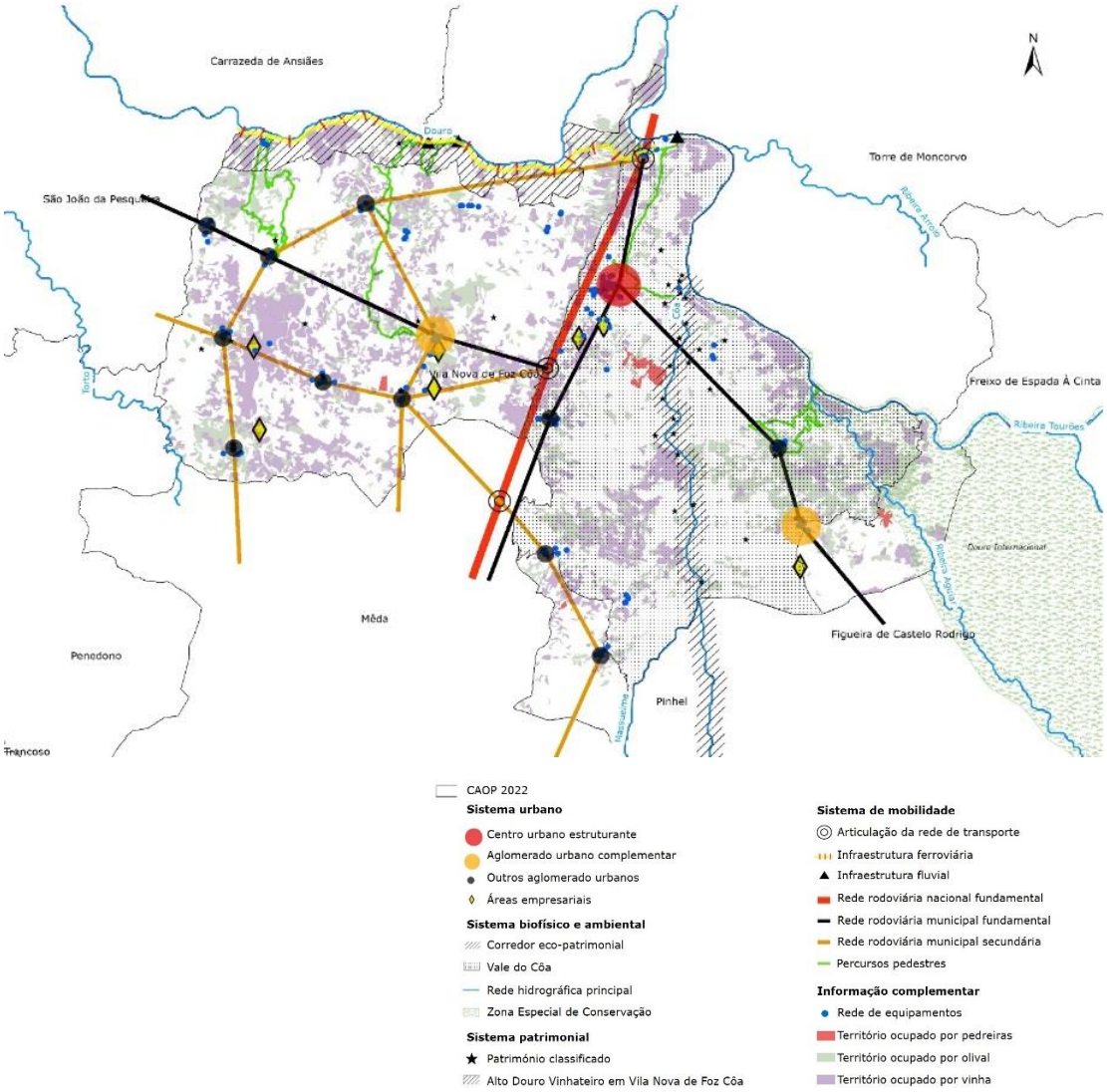
- **Sistema Biofísico e Ambiental:** fomenta-se o capital natural, a salvaguarda da rede hidrográfica e do solo, a conservação e valorização dos recursos e valores ambientais, paisagísticos e culturais. Os vales do Douro e do Côa são os principais elementos estruturantes de todo este sistema. A Estrutura Ecológica Municipal agrega os diversos valores naturais e ambientais que ocorrem no território articulando os sistemas nucleares e os sistemas lineares numa lógica de *continuum* natural.

- **Sistema Patrimonial:** em articulação com o sistema anterior promove-se a conservação do património histórico e cultural. Mais uma vez são os Vales do Douro (Património da Unesco-Alto Douro Vinhateiro-Património Cultural) e do Côa (Parque Arqueológico do Vale do Côa-Património da Unesco) que assumem especial relevância.

- **Sistema de Mobilidade:** valorizam-se as infraestruturas existentes: Rodoviárias, ferroviárias e fluviais. Do ponto de vista rodoviário o sistema apoia-se em torno das atuais e antigas estradas nacionais, com é exemplo o IP2 e as EN 102 e 222. Do ponto de vista ferroviário o sistema integra a linha de caminho de ferro do Douro que se defende seja reaberta até Barca D'Alva. Por último, promove-se o reforço/modernização das infraestruturas de apoio à navegação para um melhor aproveitamento e rentabilização da via navegável do Douro.

Desta forma, apresenta-se o MOT definido no âmbito da 2.ª Revisão do PDM, agrupando as intenções enunciadas nos sistemas e unidades territoriais anteriormente caracterizados (imagem seguinte).

Figura 1: Modelo territorial



Fonte: Elaboração própria

4. CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

"A classificação do solo traduz uma opção de planeamento territorial que determina o destino básico do solo, assentando na distinção fundamental entre a classe de solo rústico e a classe de solo urbano". (art. 5.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional).

O modelo de estrutura espacial do território municipal constante da Planta de Ordenamento assenta na classificação do solo e respetivo desenvolvimento através da qualificação do mesmo regulamentando o aproveitamento dos terrenos em função da atividade dominante que neles possa ser efetuada ou desenvolvida, estabelecendo os respetivos usos e edificabilidade.

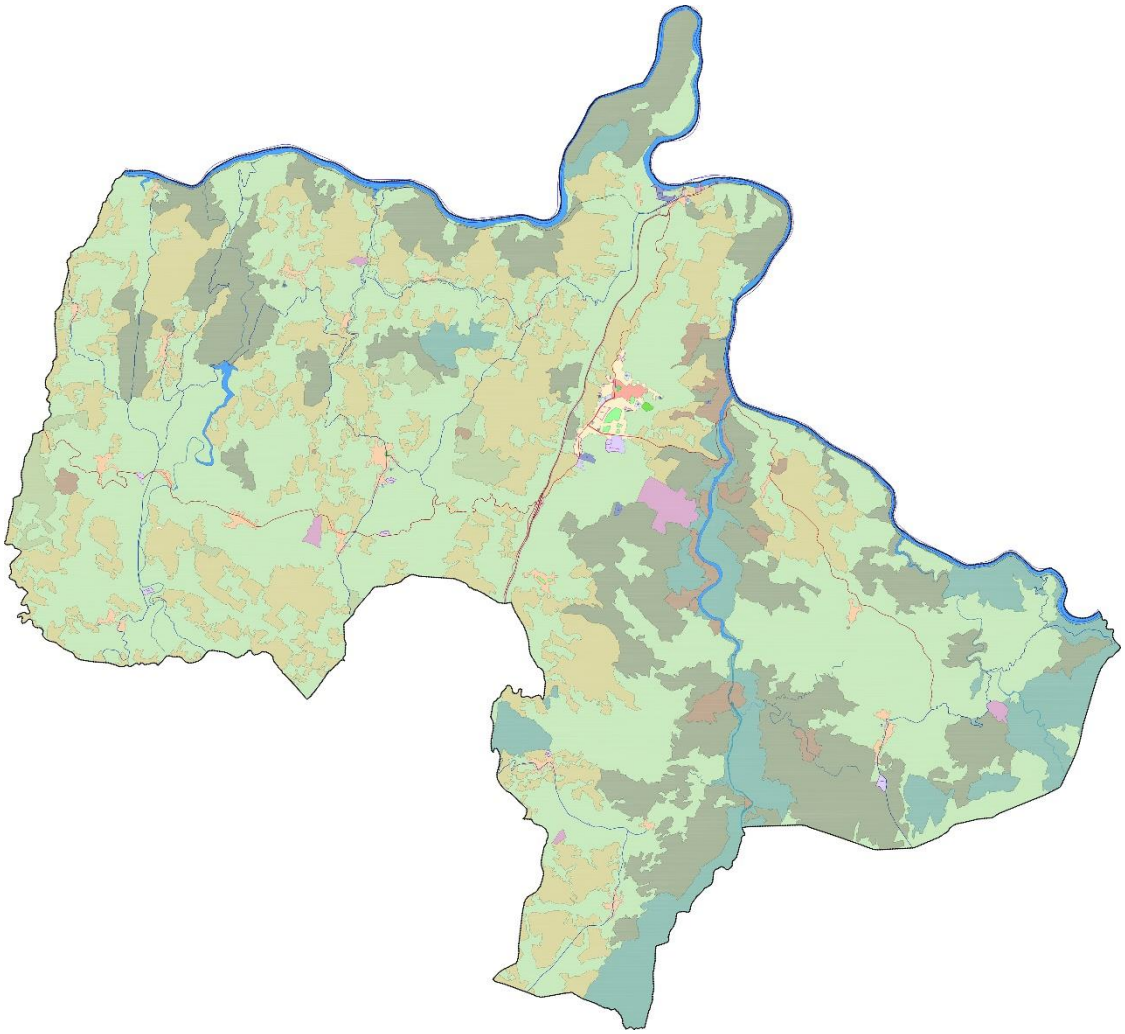
A qualificação do solo processa-se através da integração em diferentes espaços e categorias de espaço, segundo a distinção em solo rústico e urbano.

Desta forma e em função das especificidades do território e do modelo de organização territorial adotado considera-se a seguinte a matriz de qualificação do solo constante no quadro seguinte, comparada com a constante do PDM de 2015:

QUALIFICAÇÃO ATUAL E PROPOSTA			
PDM 2015		**REVISÃO 2023**	
Classes	***Categorias/subcategorias***	***Classes***	***Categorias/subcategorias***
Solo urbanizado	Espaços centrais	Solo urbano	Espaços centrais
	Espaços residenciais: . nível I . nível II		Espaços habitacionais Espaços urbanos de baixa densidade
	Espaços de uso especial		Espaços de uso especial-equipamentos
	Espaços verdes: . de enquadramento . de proteção e salvaguarda . de utilização coletiva		Espaços verdes de utilização coletiva Espaços verdes de enquadramento
	Espaços de atividades económicas		Espaços de atividades económicas:
Solo urbanizável	Espaços residenciais		
	Espaços de uso especial		
	Espaços de atividades económicas		
Solo rural	Espaços agrícolas	Solo rústico	Espaços agrícolas
	Espaços florestais de conservação		Espaços florestais de conservação
	Espaços florestais de uso múltiplo agrícola e florestal		Espaços florestais de uso múltiplo Espaços florestais de produção
	Espaços naturais		Espaços naturais e paisagísticos
	Espaços culturais		Espaços culturais
	Espaços de recursos geológicos		Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos
	Aglomerados rurais		
	Espaços destinados a equipamentos		Espaços de equipamentos ou infraestruturas não lineares
			Espaços de infraestruturas rodoviárias

As diferenças da proposta de revisão para o estabelecido no PDM de 1995 prendem-se, principalmente, com aspetos formais/legais, como é a adequação ao estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, conjugado com o PROF TMAD e que se reflete na eliminação dos solos urbanizáveis e na designação das categorias e subcategorias de espaços.

Figura 2: Planta de Ordenamento-Classificação e Qualificação do solo



Fonte: Elaboração própria

4.1. Solo urbano

4.1.1. Enquadramento/Metodologia

De acordo com *o* DR n.º 15/2015, de 19 agosto, a *classificação do solo como urbano visa a sustentabilidade e a valorização das áreas urbanas, no respeito pelos imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais.*

Ainda em conformidade com este diploma, o ***solo urbano compreende**:*

a) O solo total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano intermunicipal ou municipal à urbanização e à edificação;
b) Os solos urbanos afetos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do sistema urbano.

A classificação do solo como urbano observa, cumulativamente, os seguintes critérios:

a) Inserção no modelo de organização do sistema urbano municipal ou intermunicipal;
b) Existência de aglomerados de edifícios, população e atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação;
c) Existência de infraestruturas urbanas e de prestação dos serviços associados, compreendendo, no mínimo, os sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações, ou garantia da sua provisão, no horizonte do plano territorial, mediante inscrição no respetivo programa de execução e as consequentes inscrições nos planos de atividades e nos orçamentos municipais;
d) Garantia de acesso da população residente aos equipamentos de utilização coletiva que satisfaçam as suas necessidades coletivas fundamentais;
e) Necessidade de garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial.

Neste contexto a metodologia de delimitação dos perímetros urbanos foi a seguinte:

a) Aplicação de um buffer de 25 metros ao contorno exterior das edificações existentes, e cuja resultante determina o perímetro das áreas edificadas;
b) Identificação dos arruamentos infraestruturados ou com programação de infraestruturação;
c) Identificação das áreas correspondentes a compromissos urbanísticos assumidos pela autarquia.

O somatório destas componentes determinou, numa primeira aproximação, a área de solo urbano. Posteriormente cruzou-se a resultante da metodologia indicada com outros critérios fundamentais, com destaque para a inserção no modelo de organização do sistema urbano municipal, e após avaliação dos conflitos com condicionantes legais e ainda da avaliação das áreas fundamentais para a requalificação/consolidação urbana, em particular as áreas interiores ou vazios urbanos que não cumprem os requisitos referidos e para as quais se programa a execução.

4.1.2. Qualificação funcional e operativa

Em conformidade com a estratégia municipal e com o modelo de ordenamento estabelecido todos os aglomerados populacionais são classificados como solo urbano, até porque todos estão servidos por redes de infraestruturas públicas.

Ainda assim distingue-se o solo urbano da cidade do correspondente aos restantes lugares, que se qualificam todos como "Espaços urbanos de baixa densidade".
Na cidade, as áreas dominantemente habitacionais, integram-se em "Espaços centrais" ou em "Espaços habitacionais".

- **Espaços centrais**: Integram o centro histórico da cidade e áreas estruturadas envolventes onde predominam funções direcionais (serviços, comércio, equipamentos, habitação) e onde a malha urbana e o espaço público se encontram dominantemente estabilizados;
- **Espaços habitacionais**: As restantes áreas dominantemente habitacionais da cidade;
- **Espaços urbanos de baixa densidade**: Áreas dominantemente habitacionais com tipologias unifamiliares, integrando o centro mais antigo dos lugares e as expansões mais recentes.

A distinção básica que regulamentarmente se estabelece para as qualificações referidas está associada à intensidade de utilização que se permite, traduzida pelos parâmetros urbanísticos.

Em solo urbano, seja na cidade ou nos restantes aglomerados, quando se justifica, pela sua dimensão e caráter estruturante, consideram-se ainda em categoria de espaço próprio os "Espaços de uso especial-Equipamentos" e "Espaços verdes".
Em solo urbano incluem-se, também, as áreas empresariais. De acordo com o Modelo Territorial apresentado, delimitam-se espaços para este fim em diversos pontos do concelho, por norma associados a unidades já instaladas.

No âmbito da execução do plano são privilegiadas as intervenções de consolidação e qualificação do solo urbano, incluindo as de reabilitação urbana e dotação de infraestruturas públicas, a par das que contribuem para a concretização dos objetivos estabelecidos e que possuem caráter estruturante do território e tenham efeitos multiplicativos no desenvolvimento do concelho.

Neste contexto foram delimitadas oito unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG), destinadas a recreio e lazer, habitação e atividades económicas. Todas configuram áreas de execução programada, nas situações indicadas no Regulamento e no Programa de Execução, tendo prazos estabelecidos para a sua concretização.

A- Áreas de recreio e lazer:

UOPG1- Zona de lazer das Frieiras. Situada no Pocinho, em solo rústico, a concretizar mediante projeto específico com o objetivo de concretização de espaço de recreio e lazer, de iniciativa municipal.

B- Áreas habitacionais:

UOPG2- Quinta da D. Antónia. Situada na cidade, em espaço habitacional e em situação de consolidação urbana, a executar de forma sistemática e da iniciativa dos interessados. A sua não concretização no prazo estabelecido implica a requalificação para espaço verde de enquadramento.
UOPG3- Capela de S. Pedro. Situada na cidade, em espaço habitacional e em situação de ampliação com o objetivo de eliminar situações de impasse viário e permitir construção de via estruturante local. A sua não concretização no prazo estabelecido implica a reversão para solo rústico.

C- Áreas de atividades económicas:

UOPG4- Ampliação da área empresarial da Cidade.
UOPG5- Área empresarial de Freixo de Numão.
UOPG6- Área empresarial de Touça;
UOPG7- Área empresarial de Cedovim;
UOPG8- Área empresarial de Almendra.
Estas áreas são de execução sistemática, com recurso a unidades de execução, com horizonte temporal de 10 anos, findo o qual reverterão automaticamente para solo rústico, caso não se concretizem.
A sua previsão decorre da estratégia municipal de delimitação de novas áreas empresariais com localização estratégica, dispersas no território tendo, também, como critério de localização a existência de unidades preexistentes. Pretende-se a criação de dinâmicas de fixação/relocalização de atividades económicas em locais a infraestruturar para o efeito, promovendo a sua concentração e rentabilização.

Do ponto de vista regulamentar salienta-se:

- O reforço da inserção urbanística e paisagística como primeiro critério na edificabilidade em solo urbano.
- A definição dos usos dominantes, complementares e compatíveis para cada categoria de espaço do solo urbano.
- O estabelecimento de índices de impermeabilização do solo máximos.
- O número de pisos máximo admitido é função da altura máxima da edificação que se pretende para as diferentes categorias e resultam dos já admitidos como dominantes.
- A categoria de espaço verde de enquadramento resulta de opção de ordenamento, integrando espaços livres interiores ao perímetro urbano, por norma áreas agricultadas ou de incultos, que desempenham funções de enquadramento urbano e de valorização paisagística, contribuindo para a recarga de aquíferos. Sem prejuízo dos usos atuais, apenas se admite que sejam transformadas em espaços verdes de utilização coletiva, mantendo o estatuto de dominantemente não edificadas. As áreas de execução programada em situação de consolidação (interiores ao perímetro urbano) que não venham a concretizar-se ao fim do

horizonte temporal estabelecido são requalificadas em espaços verdes de enquadramento, salvo as margens das vias infraestruturadas, na mesma lógica referida anteriormente.

4.2. Solo rústico

A classificação do solo como rústico visa proteger o solo como recurso natural escasso e não renovável, salvaguardar as áreas com reconhecida aptidão para usos agrícolas, pecuários e florestais, afetas à exploração de recursos geológicos e energéticos ou à conservação da natureza e da biodiversidade e enquadrar adequadamente outras ocupações e usos incompatíveis com a integração em espaço urbano ou que não confiram o estatuto de solo urbano (D. R. 15/2015, de 19 de agosto).

Regra geral a qualificação do solo proposta apoia-se no conceito de "utilização ou uso dominante". Esta, corresponde à afetação funcional prevalecente atribuída pelo plano, atendendo aos recursos e valores existentes e à previsão das atividades e dos usos do solo adequados à concretização da estratégia definida. Pressupõe, como tal, a existência ou a possibilidade de existirem outros usos e atividades que, sem prejudicar o uso dominante, sejam com ele compatíveis ou lhe sejam complementares, promovendo a multifuncionalidade e contribuindo para uma maior diversidade e sustentabilidade do território e para o bem-estar das populações.

QUALIFICAÇÃO/ATIVIDADES COMPLEMENTARES E COMPATÍVEIS

Os espaços rústicos de uso dominante agrícola ou florestal considerados na presente proposta são:

Espaços agrícolas: Espaços que, pelas suas características intrínsecas ou através de processos de transformação promovidos pelo homem, se adequam ao desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias, constituindo uso dominante o decorrente das potencialidades e limitações para o seu desenvolvimento.

Integram as grandes manchas contínuas de elevada fertilidade, de uso ou aptidão agrícola reconhecidos, como os solos de RAN e outros de características semelhantes, de uso dominante agrícola, envolventes daqueles e que, globalmente, se destinam à manutenção e desenvolvimento do potencial produtivo, segundo formas de aproveitamento agrícola ou agropecuário que garantam a fertilidade dos solos.

Por opção não se autonomizaram como subcategorias os solos de elevada capacidade de uso e aptidão agrícola (incluídos em RAN) e os restantes solos de uso dominante agrícola.

Espaços florestais: Espaços de uso ou de vocação florestal dominante, destinados prioritariamente ao aproveitamento dos recursos florestais e à salvaguarda do seu valor ambiental e paisagístico e a

diversidade ecológica, constituindo uso dominante o decorrente das potencialidades e aptidões específicas associadas às diferentes subcategorias de usos delimitadas (produção, conservação e uso múltiplo).

A distinção das subcategorias dos espaços florestais foi determinada pela conjugação da ocupação e aptidão dos solos com o estabelecido no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF-TMAD - Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro), atendendo às funcionalidades definidas para as **sub-regiões homogéneas** identificadas (Douro e Douro Superior), de acordo com a sua representatividade, e refletindo as cartas de risco de incêndio, conforme estabelecido no PMDFCI.

O quadro seguinte identifica as funções da floresta, por sub-região homogénea, de acordo com o PROF-TMAD.

FUNÇÕES GERAIS (PROF)	**SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS**	
	Douro	Douro Superior
Produção		
Proteção		
Conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos		
Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores		
Recreio e valorização da paisagem		

Em ambas as sub-regiões as funcionalidades são as mesmas e, contrariamente ao que acontecia no anterior PROF, estas, têm igual nível de prioridade. Não são identificadas funções de proteção ou de recreio e valorização da paisagem.

Não havendo correspondência direta entre as funções da floresta definidas no PROF e as subcategorias de espaços florestais identificadas no DR n º 15/2015, de 19 de agosto, estabeleceu-se a relação seguinte:

Correspondência assumida entre as funções da floresta e a qualificação do solo	
Funções da floresta	**Subcategorias (DR n.º 15/2015)**
Produção	Espaços florestais de produção
Proteção (*não aplicável*)	
Conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos	Espaços florestais de conservação
Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores	Espaços florestais de uso múltiplo
Recreio e valorização da paisagem (*não aplicável*)	

Nesta lógica as subcategorias de espaços florestais consideradas são:

- **Espaços florestais de produção:** Compreendem os solos com aptidão e ocupação florestal, integrando também terrenos incultos ou com matos destinando-se, predominantemente, à produção de madeira, biomassa e de frutos e sementes. No concelho de Vila Nova de Foz Côa a produção florestal não é significativa, se comparada com as restantes funcionalidades da floresta consideradas.

- **Espaços florestais de conservação:** Integram os solos situados que, não dispondo dos requisitos para integrarem os espaços naturais, desempenham uma importante função complementar de proteção aos *habitats* de espécies da flora e da fauna protegidos e de geomonumentos. Esta categoria de espaço, ao contrário da estratégia que orientou o PDM de 2015, não se limita à Rede Natura 2000, embora todos os espaços florestais nela localizados tenham esta qualificação.
- **Espaços florestais de uso múltiplo:** Respeitam aos espaços ocupados por sistemas silvopastoris ou espaços mistos de uso silvícola com agrícola alternado e funcionalmente complementares, desempenhando um papel importante do ponto de vista ambiental e paisagístico e como suporte à conservação das espécies cinegéticas, à pesca em águas interiores, à pastorícia e apicultura, bem como à fruição recreativa.

As categorias de espaços rústicos consideradas, cuja utilização dominante não é agrícola ou florestal, são:

Espaços naturais e paisagísticos: Integram as áreas de reconhecido interesse natural e paisagístico onde o uso dominante não é produtivo (agrícola, florestal ou de exploração de recursos geológicos). Não se limitam, igualmente, à Rede Natura 2000, embora seja nela que têm maior representatividade.

Espaços culturais: Correspondem às áreas mais relevantes e com expressão territorial, do património arqueológico, independentemente da classificação ou proteção de que disponham, designadamente:

Castelo de Numão
Castelo de Castelo Melhor
Sítio Arqueológico Castanheiro do Vento
Castelo Velho de Freixo de Numão
Estação arqueológica do Prazo **(a)**
Estação arqueológica do Rumansil 1 **(a)**
Núcleos arqueológicos do parque arqueológico do Vale do Côa:
Núcleo de Arte Rupestre da Fonte Frieira
Núcleo de Arte Rupestre da Broeira
Núcleo de Arte Rupestre de Vale de Moinhos
Núcleo de Arte Rupestre de Meijapão
Núcleo de Arte Rupestre da Canada do Inferno / Rego da Vide
Núcleo de Arte Rupestre do Vale dos Namorados
Núcleo de Arte Rupestre da Quinta do Fariseu
Núcleo de Arte Rupestre do Vale da Figueira / Teixugo
Estação arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira
Núcleo de Arte Rupestre da Ribeira de Piscos / Quinta dos Poios
Núcleo de Arte Rupestre da Ribeirinha
Núcleo de Arte Rupestre da Quinta da Barca
Núcleo de Arte Rupestre da Penascosa
Núcleo Arqueológico de *Habitat* Paleolítico do Salto do Boi / Cardina
Núcleo de Arte Rupestre de Vale de Cabrões
Núcleo de Arte Rupestre da Vermelhosa

Núcleo de Arte Rupestre do Vale de José Esteves
Núcleo de Arte Rupestre do Alto da Bulha
Núcleo de Arte Rupestre da Foz do Côa
Núcleo de Arte Rupestre de Vale do Forno
Núcleo de Arte Rupestre da Canada da Moreira
Núcleo de Arte Rupestre da Canada do Amendoal

(a) Sem proteção

Estes espaços constituem categorias de uso específico, isto é, não admitem a existência de outras utilizações sobrepostas, ou compatíveis. Por esta razão não se inclui como categoria de uso próprio a área classificada como Paisagem Cultural do Alto Douro Vinhateiro, na qual ocorrem utilizações diversas, distinguindo-se a agrícola.

Espaços de equipamentos ou infraestruturas não lineares: Integram as áreas afetas ou a afetar a equipamentos públicos ou infraestruturas em solo rústico e que, pela sua dimensão territorial e carater estruturante justificam a inclusão em categoria de espaço própria. São exemplos a área de lazer das Frieiras e o canil municipal.

Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos: Integram as áreas afetas a instalações ou explorações ativas, incluindo a área consolidada e áreas envolventes identificadas com potencial para a sua expansão, no caso dos recursos geológicos.
Destaca-se a central hídrica do Pocinho, o núcleo de Pedreiras do Poio, as pedreiras do Alto da Touça e Alcadaria, a concessão mineira da "Bajoca", a concessão experimental "Numão" e a área afeta ao contrato de prospeção e pesquisa "Seixo".
Esta é, também, uma categoria de uso exclusiva, admitindo-se apenas atividades complementares, como transformação industrial primária dos recursos geológicos.

Espaços de infraestruturas rodoviárias: Correspondem a terrenos integrados na zona da estrada do IP2, geridos pela Infraestruturas de Portugal, S.A. que, pela sua dimensão, justificam a integração em categoria de espaço própria. Integram-se nela, nomeadamente, os taludes da estrada e as zonas afetas aos nós viários.

Ainda de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, consideram-se **incompatíveis com a classificação e qualificação do solo rústico**, salvo nos "aglomerados rurais"[1], designadamente os seguintes usos:

a) As novas instalações de comércio, serviços e indústria que não estejam diretamente ligadas às utilizações agrícolas, pecuárias, aquícolas, piscícolas, florestais ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos;

[1] Por lapso a legislação não refere as "áreas de edificação dispersa", que também é categoria de solo rústico.

b) As novas construções para habitação, salvo nas situações admitidas nos PMOT, de acordo com o estabelecido nas orientações dos programas regionais;
c) Os empreendimentos turísticos, salvo nas formas e tipologias admitidas em solo rústico, de acordo com as orientações estabelecidas nos programas regionais.

De acordo com a lei a edificabilidade em solo rústico assume, portanto, um caráter excecional e limitada aos usos e ações compatíveis com os critérios de classificação e qualificação. Recorda-se que na Região Norte não existe Programa Regional (PROT) eficaz faltando, por isso, orientações a este nível.

O quadro seguinte sintetiza o estabelecido no regulamento em termos de edificabilidade, apenas para novas edificações, nos espaços agrícolas e nos espaços florestais, em função da utilização a que a edificação se destina.

Novas edificações para:	**Categorias de espaços**			
	Espaços agrícolas	**Espaços florestais de produção**	**Espaços florestais de conservação**	**Espaços florestais de uso múltiplo**
Apoio agrícola	. Altura fachada ≤5m **(a)** . Iu ≤ 0,15 **(b)**	Interdito	Interdito	. Altura fachada ≤5m **(a)** . Iu ≤ 0,15 **(b)**
Apoio florestal	Interdito	. Altura fachada ≤9m **(a)** . Iu ≤ 0,15 **(b)**	Interdito	. Altura fachada ≤9m **(a)** . Iu ≤ 0,15 **(b)**
Estabelecimentos industriais ou comerciais	. Altura fachada ≤9m **(a)** . Iimp ≤ 80% . Aconst. ≤5000 m²	. Altura fachada ≤9m **(a)** . Iimp ≤ 80% . Aconst. ≤5000 m²	Interdito	. Altura fachada ≤9m **(a)** . Iimp ≤ 80% . Aconst. ≤5000 m²
Habitação	. Altura fachada ≤7m . Área parcela ≥ 15000 m² . Aimpl ≤300 m²	Interdito	Interdito	. Altura fachada ≤7m . Área parcela ≥ 15000 m² . Aimpl ≤300 m²
Aproveitamento de recursos geológicos e energéticos	. Altura fachada ≤7m **(a)** . Aimp ≤ 800 m²	. Altura fachada ≤7m **(a)** . Aimp ≤ 800 m²	. Altura fachada ≤7m **(a)** . Aimp ≤ 800 m²	. Altura fachada ≤7m **(a)** . Aimp ≤ 800 m²
Turismo: - Hotéis, pousadas e hotéis rurais de raiz	. Altura fachada ≤13 e 3 pisos . Iu ≤ 0,10 . Dens. ≤ 40 camas/ha	. Altura fachada ≤13 e 3 pisos . Iu ≤ 0,10 . Dens. ≤ 40 camas/ha	. Altura fachada ≤13 e 3 pisos . Iu ≤ 0,10 . Dens. ≤ 40 camas/ha	. Altura fachada ≤13 e 3 pisos **(**. Iu ≤ 0,10 . Dens. ≤ 40 camas/ha
- Turismo de habitação e turismo no espaço rural, exceto hotéis rurais de raiz	Só aplicável a ampliações.			
- Conjuntos turísticos	. Altura fachada ≤7m . Dens. ≤ 20 camas/ha	. Altura fachada ≤7m . Dens. ≤ 20 camas/ha	. Altura fachada ≤7m . Dens. ≤ 20 camas/ha	. Altura fachada ≤7m . Dens. ≤ 20 camas/ha
- Parques de campismo e caravanismo	. Altura fachada ≤7m . Iu ≤ 0,10	. Altura fachada ≤7m . Iu ≤ 0,10	. Altura fachada ≤7m . Iu ≤ 0,10	. Altura fachada ≤7m . Iu ≤ 0,10
Equipamentos de interesse público	. Altura fachada ≤7m **(a)** . Iu ≤ 0,30	Interdito	. Altura fachada ≤7m **(a)** . Iu ≤ 0,30	. Altura fachada ≤7m **(a)** . Iu ≤ 0,30

(a) salvo por razões de ordem técnica
(b) relativamente ao prédio

As novas edificações habitacionais apenas se admitem nos espaços agrícolas e nos espaços florestais de uso múltiplo e desde que associadas a exploração agrícola.

Atendendo à estratégia do PDM, tendo em conta a sua importância sócio-económica, o turismo e o aproveitamento dos recursos geológicos são generalizadamente compatíveis com as utilizações dominantes associadas às categorias de espaços agrícolas e espaços florestais, sem prejuízo da adequada inserção territorial, tendo em vista a minimização de eventuais impactes paisagísticos ou ambientais.

As edificações que configuram preexistências, conforme definido regulamentarmente, estão protegidas pela lei geral, ainda que o uso licenciado/autorizado não seja compatível ou complementar do uso dominante associado à categoria ou subcategoria de espaço em que se situam, admitindo-se obras de ampliação, nas condições expressas no regulamento.

Em qualquer circunstância as novas edificações e as obras de ampliação ficam condicionadas ao regime das servidões administrativas e restrições de utilidade pública, quando se sobreponham.

5. SALVAGUARDAS E RISCOS

Na Planta de Ordenamento-Salvaguardas, estão delimitadas as áreas de salvaguarda e de riscos e, por conveniência, o Zonamento Acústico, por estar associado às áreas de conflito ou de sobre exposição ao ruído.

5.1. Áreas de salvaguarda

As "Áreas de salvaguarda" correspondem a parcelas territoriais que não constituem categoria de espaço próprio nem respeitam, necessariamente, a servidões administrativas ou restrições de utilidade pública mas que, pelas suas especificidades e/ou potencialidades motivam a constituição, no âmbito do PDM, de "medidas cautelares", sobrepostas ao regime estabelecido para as categorias de uso prevalecente com as quais coincidem, com o objetivo da sua salvaguarda ou proteção (valores naturais e bens imóveis), ou para que não seja comprometida a sua eventual exploração (recursos geológicos).

As áreas de salvaguarda consideradas são:

- Estrutura ecológica municipal (EEM);
- Património cultural;
- Geossítios;
- Recursos geológicos/Áreas potenciais.

5.1.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM)

Conceito

"*A estrutura ecológica municipal é um conjunto das áreas de solo que, em virtude das suas características biofísicas, culturais ou paisagísticas, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rústicos e urbanos*" (Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro).

A EEM integra espaços afetos ao solo urbano e ao solo rural, sempre definidos e estruturados numa lógica de *Continuum Naturale*. São considerados espaços de conservação e valorização da natureza e da paisagem, abrangendo o património natural e cultural, espaços naturais sujeitos a riscos e vulnerabilidades e, ainda, outros espaços de interesse local, nomeadamente com funções de qualificação da paisagem urbana, de valorização ambiental e de melhoria da qualidade de vida da população.

A EEM regula adicionalmente o território, definindo parâmetros de ocupação e de utilização do solo que assegurem a compatibilização com as funções ecológicas, ambientais e paisagísticas, promovendo sempre o desenvolvimento sustentável do território, assim como, o bem-estar das populações.

Em suma, as principais funções e objetivos da Estrutura Ecológica são:

- Manutenção ou incremento da biodiversidade através da proteção, criação, ligação e gestão dos *habitats*;
- Proteção, recuperação e gestão dos recursos hídricos;
- Potenciação das atividades de recreio relacionado com a oportunidade dos recursos naturais;
- Proteção e valorização dos recursos históricos e paisagísticos;
- Contenção urbanística.

Refere-se, ainda, que a estrutura ecológica municipal existe em continuidade no solo rústico e no solo urbano, incidindo sobre diversas categorias de solo, não constituindo uma categoria de uso do solo autónoma.

Integrações e Considerações

Considerou-se os Corredores Ecológicos definidos pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, por estes contribuírem para a conservação dos valores naturais (habitats, fauna e flora), através da sua articulação e conexão. Assim sendo, foi considerado, a priori, um corredor ecológico associado ao Rio Douro e um associado ao Rio Côa.

Considerou-se, também, a Rede Natura 2000, nomeadamente a Zona Especial de Conservação do Douro Internacional (PTCON0022), a Zona Especial de Conservação do Vale do Côa (PTCON0039) e a Zona de Proteção Especial do Douro Internacional e Vale do Águeda (PTZPE0038). Esta integração foi parcial, ajustando-se as áreas àquelas que comprovem elevado valor ecológico. A flora, fauna e habitats naturais classificados pela Rede Natura 2000 foram considerados, integrando os habitats prioritários na sua totalidade.

De acordo com a legislação em vigor, a Reserva Ecológica Nacional (REN) deverá ser incluída na EEM, considerando toda a sua totalidade. A REN foi integrada parte em Estrutura Ecológica Fundamental, nomeadamente as áreas que comprovem elevado e adicional valor e/ou vulnerabilidade ecológica e que concorram para a coesão e continuidade da EEM, e parte em Estrutura Ecológica Complementar, nomeadamente os elementos isolados, de dimensão pouco significativa, as áreas já comprometidas e as áreas que, pela sua excessiva dimensão, comprometem a especificidade e o objetivo da EEM.

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) foi apenas considerada quando se verifica fundamental na coesão da estrutura ou quando abrange sistemas ecológicos.

Metodologia

A EEM de Vila Nova de Foz Côa é definida em duas escalas distintas, a Estrutura Ecológica Fundamental e Estrutura Ecológica Complementar, que são os valores naturais intrínsecos à escala municipal, intermunicipal e transfronteiriços, e a Estrutura Urbana e Sociocultural, que se relacionam com os valores à escala municipal e local com benefícios diretos para a população.

A Estrutura Ecológica Fundamental (EEF) pretende garantir um contínuo natural estruturante de todo o município e, também, contribuir para um contínuo intermunicipal, regional e transfronteiriço. Esta tem como principal objetivo a salvaguarda e a valorização dos elementos essenciais ao bom funcionamento dos sistemas naturais e dos processos ecológicos inerentes, estruturando-os e conectando-os através de uma estrutura ecológica.

Atendendo às características do território em causa, considerou-se a integração dos espaços com uma ou várias das seguintes características:

- Espaços de equilíbrio, proteção e valorização ecológica, ambiental e paisagística;
- Cursos de água e sistemas ecológicos associados;
- Outros espaços de equilíbrio, proteção e regulação do ciclo hidrológico;
- Biótopos com valor ecológico ou com potencial para o incremento da biodiversidade;
- Áreas de elevada aptidão agrícola afetas a sistemas ecológicos a valorizar;
- Elementos com valor paisagístico e/ou cultural à escala municipal ou regional;
- Áreas sujeitas a riscos e vulnerabilidades.

Pretende-se que as funções e objetivos da Estrutura Ecológica Fundamental sejam:

- Manutenção e incremento da biodiversidade através da proteção, criação e gestão dos habitats, contribuindo para o equilíbrio ecológico;
- Garantir a continuidade dos ecossistemas e dos habitats;
- Proteção, recuperação e gestão dos recursos hídricos, garantindo o bom funcionamento hidrológico;
- Potenciação das atividades de recreio, de forma sustentável, relacionado com a oportunidade dos recursos naturais;
- Proteção e valorização dos elementos históricos, paisagísticos e identitários;
- Promover os processos de trocas de gradientes e fluxos ambientais;
- Contribuir para uma maior resiliência do território face às Alterações Climáticas;
- Promover a ocupação racional do território (contenção urbanística);
- Contribuir para um desenvolvimento sustentável do território.

A Estrutura Ecológica Complementar (EEC) integra as áreas abrangidas pela Reserva Ecológica Nacional não incluídas em Estrutura Ecológica Fundamental, que devido às suas características admitem um carácter complementar e não fundamental.

A Estrutura Urbana e Sociocultural (EUSC) assegura a ligação da paisagem envolvente, natural e rural, aos aglomerados urbanos. Esta estrutura desenvolve-se a uma escala local, privilegiando a escala humana e consequentemente o seu uso ou benefícios diretos, desde o lazer e recreio à melhoria da qualidade do ar. Considerou-se espaços que contemplassem uma certa relevância sociocultural, paisagística e/ou ambiental e, desde que integradas numa lógica de continuidade e estruturação adequada às características do local.

Assim, a EUSC engloba os espaços com as seguintes características:

- Espaços verdes urbanos de utilização coletiva (à escala municipal ou regional);
- Espaços essenciais à proteção ambiental, promovendo a resiliência face às alterações climáticas;
- Espaços essenciais à valorização paisagística;
- Espaços essenciais à valorização cultural;
- Espaços destinados à mobilidade sustentável integrados em ambiente natural;
- Espaços com funções de miradouro sobre a paisagem do município.

Pretende-se que as funções e objetivos da Estrutura Ecológica Complementar sejam:

- Regulação do ciclo hidrológico;
- Regulação bioclimática da cidade;
- Melhoria da qualidade do ar;
- Melhoria da qualidade de vida das populações;
- Preservação e criação de espaços verdes;
- Garantir a conexão ecológica do rural-urbano;
- Maximizar a valorização do território;
- Promover o uso recreativo de lazer de forma sustentável e não dissonante;
- Contribuição para uma maior resiliência do território face às Alterações Climáticas;
- Promoção dos Serviços dos Ecossistemas.

Estas áreas foram definidas através da cartografia homologada, de ortofotomapas, de estudos de âmbito ambiental, ecológico e patrimonial com incidência no município, de outras informações relevantes disponibilizadas de Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, de informações geográficas disponibilizadas pelo ICNF (www.icnf.pt), DGT (www.dgterritorio.pt) e DGPC

(www.patrimoniocultural.gov.pt) e de imagens *StreetView* (*Google Earth Pro*), de fotografias e através das visitas de campo.

Importa salientar que a presente Estrutura Ecológica Municipal (EEM) estabelece, integra e articula as estratégias de âmbito nacional, regional, municipal e setorial, enquadrando-se no âmbito da Lei de Bases do Ambiente (Lei n. º 19/2014, de 14 de abril), da Lei de Bases de 2014, da Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (RCM n.º 55/2018, de 7 de maio), do RJ da Conservação da Natureza (DL nº142/2008, de 24 de julho) e do RJIGT.

De modo a definir uma EEM específica para o território municipal de Vila Nova de Foz Côa, atendendo a todas as suas características intrínsecas, próprias e excecionais, foi adotada uma metodologia específica para cada uma das componentes abaixo elencadas.

Estrutura Ecológica Fundamental

Atendendo às especificidades do território de Vila Nova de Foz Côa, a Estrutura Ecológica Fundamental é composta por 3 componentes: as Áreas Hidrológicas Fundamentais, as Áreas Ecológicas Fundamentais, sendo posteriormente aferidos através da adição de pequenas Áreas de conexão fundamental. Esta aferição residual, embora crucial, pretende garantir uma EEF coesa e fortemente articulada, garantindo o seu *Continuum Naturale*, premissa fulcral ao seu sucesso e realização dos seus objetivos.

Refere-se que todas as componentes foram ajustadas aos perímetros urbanos definidos na Planta de Ordenamento do Plano Municipal de Vila Nova de Foz Côa, com a exceção da subcomponente Linhas de água, albufeira e margens, que integra as Áreas Hidrológicas Fundamentais, por se constituir uma porção de território a salvaguardar quanto à sua ocupação, que corresponde ao Domínio Hídrico.

Áreas Hidrológicas Fundamentais

Primeiramente, definiu-se as linhas água estruturantes, sendo as que se consideraram nesta componente, e das quais se integrou as margens até a uma distância de 10 metros. Nas linhas de água cobertas, que na sua maioria são interações com espaços urbanos e infraestruturas viárias, considerou-se uma margem de 1 metro de modo a garantir a continuidade e a estruturação do ecossistema ripícola.

Nesta subcomponente foram, também, consideradas as Albufeiras afetas ao Rio Douro e a Albufeira do Catapereiro, as suas margens e a sua faixa de proteção (100 metros).

Integraram-se as categorias delimitadas pela REN cruciais na regulação do ciclo hidrológico e na prevenção de riscos associados aos cursos de água, nomeadamente as Áreas de Máxima Infiltração (Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos) em zonas de talvegue e as Zonas Ameaçadas pelas Cheias.

Áreas Ecológicas Fundamentais

Esta componente formou-se a partir da junção de diversas áreas de elevado valor ecológico ou com relevante importância no desempenho de serviços ecológicos, nomeadamente o Vale do Douro, o Vale do Côa, o Vale de Aguiar, o Vale da Vila, a Barragem do Catapereiro e os Sobreiros, azinheiras e outros carvalhos.

O Vale do Douro constitui um corredor ecológico ao longo do rio que integra vinhas, um dos elementos identitários da paisagem do Douro, manchas florestais compostas por espécies do género *Quercus* spp. e áreas de matos. É crucial a promoção das valências ecológicas e paisagísticas deste elemento.

O Vale do Côa é um dos elementos paisagísticos e culturais identitários do concelho e o Vale de Aguiar é um dos elementos ecológicos e paisagísticos do Douro Internacional. Integrou-se as áreas abrangidas pela Rede Natura 2000, sendo estas ajustada às valências ecológicas e paisagísticas do território.

O Vale da Vila é uma área associada a riscos naturais, consequentes da sua orografia acidentada. É, também, um dos elementos paisagísticos mais marcantes do concelho, sendo na cumeada deste território que se localiza a vila, fazendo com esta adquira um posicionamento privilegiado relativamente às vistas cénicas sobre a paisagem do concelho.

A Barragem do Catapereiro e os seus espaços contíguos assentam num território de relevo relativamente suave, num território onde a maioria do relevo é acidentado. Esta subcomponente é ocupada maioritariamente por áreas de vinhas e manchas florestais compostas por espécies do género *Quercus* spp., sendo um potencial elemento paisagístico do concelho e uma potencial área de biodiversidade excecional.

Integraram-se os sobreiros, azinheiras e outros carvalhos, tendo como ponto de partida a Carta de Uso e Ocupação do Solo para 2018, disponibilizada pela Direção-Geral do Território. Estas espécies, para além de protegidas legalmente, constituem a flora representativa de Portugal, sendo espécies autóctones e com importância ecológica acrescida.

Estas subcomponentes integram, também, os habitats naturais prioritários classificados pela Rede Natura 2000.

Nestas subcomponentes integrou-se 75% das "Áreas de risco de erosão" (Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo) delimitadas pela Reserva Ecológica Nacional, sendo a seleção efetuada de acordo com os valores e potenciais ecológicos dos territórios afetos.

Todas as subcomponentes foram ajustadas à realidade do território e a limites cartográficos bem definidos.

Áreas de conexão fundamental

As áreas de conexão fundamental surgem na necessidade de consistência, coesão e interligação da Estrutura Ecológica Fundamental. Esta integração pretende, essencialmente, garantir o *Continuum Naturale* da Estrutura Ecológica, premissa fulcral ao seu sucesso e realização dos seus objetivos. Estes são, maioritariamente, espaços agrícolas ou florestais, e são áreas com dimensões pouco significativas.

Estrutura Ecológica Complementar

A Estrutura Ecológica Complementar, que incorpora as Áreas Ecológicas Complementares, integra as áreas abrangidas pela Reserva Ecológica Nacional não incluídas em Estrutura Ecológica Fundamental, que devido às suas características admitem um carácter complementar e não fundamental, nomeadamente:

- Áreas que comprometem a continuidade e a coesão da Estrutura Ecológica, devido à sua localização isolada e/ou devido à sua dimensão residual;
- Áreas que comprometem a especificidade e o objetivo da Estrutura Ecológica, devido à sua excessiva extensão no concelho, tendo sido selecionadas as áreas que se comprovem de menor importância face às integradas em EEF;
- Áreas artificializadas, com elementos construídos de difícil reconversão;
- Áreas coincidentes com o Solo Urbano, exceto com as categorias dos Espaços Verdes, e exceto quando as áreas coincidentes correspondem às "Margens" da REN.

Estrutura Urbana e Sociocultural

A Estrutura Urbana e Sociocultural compreende a estrutura ecológica à escala do Homem, ou seja, todos aqueles espaços que, para além de apresentarem qualidades ecológicas e ambientais, possuem valências culturais e sociais capazes de contribuir para uma melhoria de qualidade de vida da população e para um desenvolvimento sustentável do território.

Esta estrutura é composta por 5 componentes: os Corredores Verdes, os Corredores Pedonais, as Áreas de Valorização Recreativa, as Áreas de Valorização Cultural e as Áreas de Valorização Geológica.

Estas componentes conectam-se com a Estrutura Ecológica Fundamental, promovendo um *Continuum Naturale* dos processos ecológicos, ambientais e sociais, entre a paisagem natural, rural e urbana.

Corredores Verdes

Foram definidos corredores verdes na cidade de Vila Nova de Foz Côa, que promovem o conforto bioclimático do espaço público e pedonal, que incentivam a população para uma mobilidade sustentável e que garantem a conexão ecológica da cidade, e dos seus espaços verdes urbanos, aos espaços ecológicos fundamentais (naturais e/ou rurais).

Refere-se que, nos restantes aglomerados populacionais não foram definidos corredores verdes, uma vez que estes se localizam em ambiente rural, adquirindo uma forte presença e disponibilidade de serviços de ecossistemas à priori.

Corredores Pedonais

São definidos corredores pedonais no centro da cidade de Vila Nova de Foz Côa, sendo arruamentos que estão condicionados à sua não arborização, devido a adquirirem perfis estreitos consequentes do seu cariz histórico. Pretende-se que estes arruamentos, juntamente com os Corredores verdes, tenham um tratamento homogéneo do ponto de vista cénico, que priorize o uso pedonal e o conforto bioclimático.

Para estes corredores pretende-se um tratamento diferenciador dos restantes arruamentos, em que, se possível, haja um uso ou apontamentos de material vegetal.

Áreas de Valorização Recreativa

Nesta componente foram integrados os espaços verdes de recreio e lazer, onde por vezes integram patrimónios, miradouros e equipamentos, nomeadamente o Parque de Santo António, o Parque da Capela de Santa Bárbara e Miradouro, o Largo da Devesa, o Jardim de Almendra e a Praia Fluvial associada ao Salto de Boi/Cardina (arte rupestre).

Áreas de Valorização Cultural

Foram considerados elementos patrimoniais e outros pontos culturais com interesse paisagístico e situados em áreas de cariz natural ou rural, nomeadamente:

- Ribeirinha (Arte Rupestre);
- Quinta da Barca e Penascosa (Arte Rupestre);
- Quinta de Santa Maria da Ervamoira (Arte Rupestre);
- Canada do Inferno/Rego da Vide (Arte Rupestre);
- Canada da Moreira (Arte Rupestre);
- Fonte Frieira, Vale de José Esteves, Alto da Bulha e Vermelhosa (Arte Rupestre);
- Broeira (Arte Rupestre);
- Vale do Forno (Arte Rupestre);
- Vale de Cabroes (Arte Rupestre);
- Canada do Amendoal (Arte Rupestre);
- Meijapão (Arte Rupestre);
- Canada da Moreira (Arte Rupestre);
- Vale de Moinhos (Arte Rupestre);
- Ribeira de Piscos/Quinta dos Poios, Quinta do Fariseu e Vale da Figueira/Teixugo (Arte Rupestre);
- Vale das Namoradas (Arte Rupestre);
- Museu e Parque Arqueológico do Vale do Côa (Arte Rupestre, Miradouro);

- Miradouro de Santa Bárbara (Miradouro);
- Miradouro de São Gabriel (Miradouro);
- Capela de São Martinho (Miradouro);
- Miradouro Mata dos Carrascos (Miradouro);
- Capela de Santo Amaro (Miradouro);
- Capela de Nossa Senhora da Veiga (Miradouro);
- Ponte sobre a Ribeira de Teja (Miradouro, Património);
- Santuário De Nossa Senhora Do Viso (Miradouro, Património);
- Capela de Nossa Senhora da Esperança (Miradouro, Património);
- Capela de Santa Bárbara (Miradouro, Património);
- Estação Arqueológica do Prazo (Património);
- Sítio arqueológico Castanheiro do Vento (Património);
- Estação Arqueológica do Rumansil I (Património);
- Castelo Velho de Freixo de Numão (Património, Miradouro);
- Castelo de Numão (Património, Miradouro);
- Castelo de Castelo Melhor (Património, Miradouro).

Para além dos elementos, considerou-se a envolvente paisagística a valorizar e, quando essencial para a sua valorização, considerou-se o percurso de acesso aos elementos.

Relativamente a Arte Rupestre do Vale do Côa, foram considerados os espaços culturais delimitados na Planta de Ordenamento, sendo os que se consideram que tenham uma importância cultural acrescida.

Refere-se que, foram integrados elementos patrimoniais, embora de menor importância, pela sua importância enquanto potenciais miradouros sobre a paisagem de Vila Nova de Foz Côa.

Relativamente às pontes, foi considerado um elemento, não só pelo seu valor patrimonial, mas por se integrar em espaço de cariz natural e rural, a partir do qual possibilita a visualização panorâmica para a paisagem. Foram integrados os elementos e as suas zonas gerais de proteção.

Áreas de Valorização Geológica

Nesta componente pretende-se distinguir o Geossítio das Pedreiras dos Xistos do Poio, que as características geológicas são expostas pela exploração de massas minerais, e o Geossítio da Quinta do Vale Meão, que se localiza na encosta do rio Douro.

Assinalou-se uma área contínua de 25 metros ao ponto disponibilizado pelo ICNF, sendo que esta delimitação poderá ser ajustada na sequência de estudos específicos ou pormenorizados de âmbito geológico.

Notas:

Concluindo, a Estrutura Ecológica Municipal de Vila Nova de Foz Côa tem como objetivos a proteção, conservação e valorização das zonas de maior sensibilidade ecológica e de elevado valor paisagístico, cultural e social. Abrange, essencialmente, territórios não construídos, por oposição aos artificializados.
A composição garante uma estrutura capaz de potenciar o equilíbrio do território e o seu desenvolvimento sustentável, contribuindo para a preservação dos ecossistemas, para a adequada composição da paisagem, para o fornecimento dos diversos serviços de ecossistemas e contribui para um território adaptado de modo a fazer face às alterações climáticas.

5.1.2. Património cultural

Os imóveis/sítios com proteção legal estão identificados, com as respetivas zonas de proteção, na Planta de Condicionantes Gerais, enquanto o património inventariado (arqueológico e arquitetónico) se representa na Planta de Ordenamento- Salvaguardas.
As listagens do património classificado e inventariado constam em anexo ao regulamento do Plano.

Reconhecem-se ainda como património cultural, com delimitação cartográfica, os núcleos antigos/centros históricos de determinados aglomerados por possuírem reconhecido valor patrimonial enquanto conjunto.
Para estes, cumulativamente com as disposições inerentes à qualificação urbana, estabelecem-se medidas cautelares tendentes à valorização e conservação da imagem do conjunto, prevendo-se, por exemplo que as intervenções em edificações dissonantes garantem a eliminação ou minimização dessas dissonâncias.

Do conteúdo do PDM, em documento autónomo, consta a designada "Planta patrimonial/Carta arqueológica" elaborado por equipa de arqueólogos e que trata de forma exaustiva o património arqueológico existente no concelho, com fichas individuais de caracterização e localização em planta, num total de 454 sítios e que foram inscritos, com as respetivas zonas de proteção, na Planta de Ordenamento-Salvaguardas.

Ainda nesta planta distinguem-se os núcleos arqueológicos visitáveis do Vale do Côa e respetivos acessos, seja a pé ou por meio fluvial.

designação	tipo	distância (m)	Ida e volta
Fariseu	canoa	2832	1
Penascosa 2	pedestre	40	1
Fariseu	pedestre	232	1
Canada do Inferno	pedestre	304	1
Canada do Inferno	pedestre	284	0
Fariseu	terra	290	1
Canada/Fariseu	calçada	2231	1

Penascosa	terra	5016	1
Ribeira de Piscos	terra	4336	1
Ribeira de Piscos	calçada	1004	1
Ribeira de Piscos	pedestre	659	0
Ribeira de Piscos	pedestre	509	1
Penascosa	pedestre	343	1
Ribeira de Piscos	alcatrão	7390	1
Canada/Fariseu	alcatrão	3640	0
Canada/Piscos/Fariseu	alcatrão	3486	0

5.1.3. Geossítios

Os geossítios identificados são os constantes do Inventário Nacional de Geossítios, e que integram a estrutura ecológica fundamental, possuindo elevado valor científico e educativo no conhecimento da história geológica e respeitam ao designados "Quinta de Vale Meão" e "Pedreiras dos Xistos do Poio".

Enquanto não estiver constituída a delimitação da respetiva zona de proteção para os geossítios, o PDM define uma área de salvaguarda cautelar onde se interditam quaisquer intervenções que coloquem em causa as condições naturais do solo.

Este inventário integrará o Sistema de Informação do Património Natural e o Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados, da responsabilidade do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, conforme prevê o Decreto- Lei nº 142/2008, de 24 de julho, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.

5.1.4. Recursos geológicos/Áreas potenciais

De acordo com a informação oficial disponibilizada delimitaram-se as áreas potenciais para a exploração de recursos geológicos na planta de ordenamento, que correspondem a locais onde o conhecimento das características do subsolo, por vezes associada à envolvente de antigas explorações, permite inferir a existência de reservas que importa preservar.

A identificação das áreas potenciais tem como objetivo acautelar que não serão viabilizadas utilizações que, pela sua natureza e dimensão, ponham em causa o futuro aproveitamento dos recursos geológicos, sem prejuízo das normais atividades agrícolas e florestais.

5.2. Áreas de riscos

Com representação gráfica e consequentemente com disposições regulamentares associadas identificam-se:

- Zonas ameaçadas pelas cheias;
- Zonas inundáveis;

- Áreas de instabilidade de vertentes;
- Zonas de infiltração máxima;
- Áreas de conflito acústico.

Sem representação cartográfica identifica-se ainda, regulamentarmente, como risco, o decorrente da **exposição ao radão**. Embora não seja matéria expressa do PDM, considera-se oportuna e útil a sua referência neste instrumento, de forma a alertar para os riscos que estão associados, recomendando-se que nos novos edifícios, bem como nos existentes sejam adotadas medidas de mitigação, remetendo tal matéria para regulamento municipal.
Estas medidas deverão ser adequadas em função da zona de suscetibilidade.

Em Vila Nova de Foz Côa, de acordo com os dados oficiais disponíveis, existem nove freguesias com índice de suscetibilidade elevado (Almendra, Chãs, Custóias, Numão, Santa Comba, Sebadelhe, Seixas, Touça e Freixo de Numão) e cinco com índice de suscetibilidade moderado (Castelo Melhor, Cedovim, Horta, Muxagata e Vila Nova de Foz Côa).

As **zonas ameaçadas pelas cheias** (ZAC) correspondem à tipologia de REN, com esta designação, e que se delimitam nesta planta enquanto zona de risco e a título informativo, aplicando-se-lhe o regime da REN.

As **zonas inundáveis** correspondem às zonas ameaçadas cheias da Reserva Ecológica Nacional (REN) e que, por razões de ordenamento, foram excluídas da REN, localizando-se em áreas urbanas consolidadas, e para as quais se estabelece um regime de uso e ocupação do solo mais flexível do que o associado às ZAC.

As ***áreas de instabilidade de vertentes*** correspondem às delimitadas na REN, respeitando a áreas com risco de deslizamento elevado do solo, situadas em zonas de vertentes mais acentuadas e/ou de geologia mais desfavorável e propícia a estes fenómenos.
Em sobreposição com o regime da REN estabelecem-se interdições à construção de novas edificações e limitações severas às obras de ampliação de edifícios que configurem preexistências.

As **zonas de infiltração máxima** correspondem às áreas delimitadas no âmbito da REN na tipologia de "áreas de máxima infiltração" e que, por razões de ordenamento, foram excluídas desta para integração em solo urbano.
Não estando sujeitas ao regime da REN, não constituem servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, pelo que são delimitadas na Planta de Ordenamento, de forma a possibilitar o estabelecimento

de um regime cautelar, nomeadamente pela proibição de, nestas áreas, se instalarem usos ou atividades que possam vir a comprometer os aquíferos, atendendo às especificidades destes solos.
Estas zonas são, simultaneamente, áreas de salvaguarda e de riscos, tendo-se optado por enquadrá-las nestas últimas.

A determinação das ***áreas de sobre-exposição ao ruído/conflito acústico*** teve em consideração o previsto nos números 6 e 7 do artigo 12.º do Regulamento Geral do Ruído (RGR), especificando o indicador de ruído diurno entardecer-noturno (Lden) e o indicador noturno (Ln), bem como a distinção gráfica entre o conflito inferior ou igual a 5 dB(A) e superior a 5 dB(A).

6. ZONAMENTO ACÚSTICO

De acordo com o art. 97.º do RJIGT, o **Mapa de Ruído** constitui um elemento complementar que acompanha o PDM.

De acordo com o artigo 6.º do Regulamento Geral do Ruído (RGR):

"1 — Os planos municipais de ordenamento do território asseguram a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas.

2 — Compete aos municípios estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas.

3 — A classificação das zonas sensíveis e das zonas mistas é realizada na elaboração de novos planos e implica a revisão ou alteração dos planos municipais e de ordenamento do território em vigor.

4 — Os municípios devem acautelar, no âmbito das suas atribuições de ordenamento do território, a ocupação dos solos com usos suscetíveis de vir a determinar a classificação da área como zona sensível, verificada a proximidade de infraestruturas de transporte existentes ou programadas."

O artigo 8º do Regulamento Geral do Ruído (RGR) e relativamente aos Planos Municipais de Redução de Ruído, determina que:

"1 — As zonas sensíveis ou mistas com ocupação expostas a ruído ambiente exterior que exceda os valores limite fixados no artigo 11.º, devem ser objeto de planos municipais de redução de ruído, cuja elaboração é da responsabilidade das câmaras municipais.

2 — Os planos municipais de redução de ruído devem ser executados num prazo máximo de dois anos contados a partir da data de entrada em vigor do presente Regulamento, (...) considerando prioritárias as referentes a zonas sensíveis ou mistas expostas a ruído ambiente exterior que exceda em mais de 5 dB(A) os valores limite fixados no artigo 11.º.

3 — Os planos municipais de redução do ruído vinculam as entidades públicas e os particulares, sendo aprovados pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal".

(…)

O zonamento acústico enquanto opção de ordenamento está identificado na Planta de Ordenamento-Salvaguardas.

A classificação acústica foi estabelecida para a totalidade do solo urbano, com exceção dos espaços de atividades económicas. Salienta-se que, por opção, o PDM não considera aglomerados rurais.

Generalizadamente o solo urbano foi classificado como zona mista, sendo que como zona sensível apenas se classificaram os espaços verdes públicos e o núcleo escolar da cidade.

7. EQUIPAMENTOS E MOBILIDADE

Conforme decorre dos estudos de caracterização, o concelho de Vila Nova de Foz Côa está bem servido de equipamentos públicos, sendo que o PDM apenas propõe a construção das piscinas cobertas, para substituição das existentes, a execução da área de lazer das Frieiras, o canil municipal, para substituição do existente e a ampliação do cemitério de Murça.

A rede de equipamentos escolares está consolidada. A carta educativa que se encontra em revisão não prevê alteração à organização atual.

O mesmo acontece com os equipamentos de saúde e desportivos. De acordo com a carta desportiva municipal, em todas as freguesias existe um polidesportivo, sendo que na cidade a oferta é mais diversificada. Em função da população residente e dos grupos etários que a constituem não se entende necessário a construção de outros equipamentos desportivos, além das piscinas cobertas já referidas.

8. INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Os sistemas em alta de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais é assegurado pela Águas do Norte (Sistema Multimunicipal do Norte de Portugal).
Em anexo junta-se declaração desta entidade dando conta das características dos subsistemas que abrangem o Município de Foz Côa, da capacidade para que foram dimensionadas as respetivas estações de tratamento de água (ETA) e estações de tratamento de águas residuais (ETAR) e folgas existentes.

8.1. Abastecimento de água

No abastecimento de água em "alta" o Município de Vila Nova de Foz Côa é servido pelo Sistema Multimunicipal através dos subsistemas do **Côa e Zêzere**, com origem na barragem de Santa Maria de Aguiar, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, e de **Ranhados**, com origem na albufeira da barragem de Ranhados, no concelho da Meda.
O primeiro subsistema abastece exclusivamente a freguesia de Almendra com uma população estimada de 1600 habitantes (residente e flutuante).

Com cobertura total pelo Sistema Multimunicipal estão as freguesias de Almendra, Castelo Melhor, Cedovim, Chãs, Custóias, Freixo de Numão e Murça, Horta, Muxagata, Numão, Santa Comba, Sebadelhe, Seixas, Touça e Mós.
Com cobertura parcial estão as freguesias de Vila Nova de Foz Côa e Santo Amaro.

Em função da escassez de água que começa a fazer-se sentir na captação de Ranhados deverão ser estudadas alternativas, sendo de equacionar o abastecimento à cidade a partir de captação a executar no rio Douro.

Ainda assim não é expetável que as propostas do PDM possam, por si, trazer problemas de abastecimento de água.
Recorda-se que as áreas de execução programada com finalidade dominantemente habitacional são apenas duas, situadas na cidade e que a carga populacional estimada para elas não é de molde a comprometer o abastecimento, nem agravar os encargos de manutenção. Por outro lado, todos os aglomerados populacionais estão servidos por rede pública, apenas se prevendo uma expansão residual da rede no lugar de Chãs.

O investimento previsto, constante do Programa de Execução do Plano, têm em vista, essencialmente, a diminuição de perdas e o controlo de água não medida. Esta programação é a dez anos e a sua concretização faseada contribuirá para uma poupança gradual de água.

8.2. Saneamento de águas residuais

No saneamento de águas residuais em "alta", o Município de Vila Nova de Foz Côa é servido pelo Sistema Multimunicipal através dos subsistemas de saneamento de águas residuais de Almendra, Freixo de Numão, Mós, Sebadelhe, Seixas, Touça e Vila Nova de Foz Côa.

O **subsistema de Almendra** serve a povoação de Almendra, estando a ETAR dimensionada para dar resposta a um equivalente populacional de 750 hab. eq., sendo que, em 2022, serviu um equivalente populacional de 273 habitantes, cerca de 37% da capacidade instalada. Dispõe, portanto, de capacidade para receber mais 63% de carga poluente similar, correspondendo a 477 habitantes equivalentes.

O **subsistema de Freixo de Numão** serve a povoação de Freixo de Numão, estando a ETAR dimensionada para dar resposta a um equivalente populacional de 1000 hab. eq., sendo que, em 2022, serviu um equivalente populacional de 616 habitantes, cerca de 62% da capacidade instalada. Dispõe, portanto, de capacidade para receber mais 38% de carga poluente similar, correspondendo a 384 habitantes equivalentes.

O **subsistema de Mós** serve a povoação de Mós, estando a ETAR dimensionada para dar resposta a um equivalente populacional de 500 hab. eq., sendo que, em 2022, serviu um equivalente populacional de 59 habitantes, cerca de 12% da capacidade instalada. Dispõe, portanto, de capacidade para receber mais 88% de carga poluente similar, correspondendo a 441 habitantes equivalentes.

O **subsistema de Sebadelhe** serve as povoações de Sebadelhe, Horta do Douro e Vale da Teja, estando a ETAR dimensionada para dar resposta a um equivalente populacional de 1000 hab. eq., sendo que, em 2022, serviu um equivalente populacional de 467 habitantes, cerca de 47% da capacidade instalada. Dispõe, portanto, de capacidade para receber mais 53% de carga poluente similar, correspondendo a 533 habitantes equivalentes.

O **subsistema de Seixas** serve a povoação de Seixas, estando a ETAR dimensionada para dar resposta a um equivalente populacional de 750 hab. eq., sendo que, em 2022, serviu um equivalente populacional de 350 habitantes, cerca de 47% da capacidade instalada. Dispõe, portanto, de capacidade para receber mais 53% de carga poluente similar, correspondendo a 400 habitantes equivalentes.

O **subsistema de Touça** serve a povoação de Touça, estando a ETAR dimensionada para dar resposta a um equivalente populacional de 500 hab. eq., sendo que, em 2022, serviu um equivalente populacional de 320 habitantes, cerca de 64% da capacidade instalada. Dispõe, portanto, de capacidade para receber mais 36% de carga poluente similar, correspondendo a 180 habitantes equivalentes.

O **subsistema de Vila Nova de Foz Côa** serve a cidade, estando a ETAR dimensionada para dar resposta a um equivalente populacional de 6847 hab. eq., sendo que, em 2022, serviu um equivalente

populacional de 3257 habitantes, cerca de 48% da capacidade instalada. Dispõe, portanto, de capacidade para receber mais 52% de carga poluente similar, correspondendo a 3590 habitantes equivalentes.

No quadro seguinte indicam-se os órgãos instalados e em serviço no concelho, incluído os geridos pelo Município, essencialmente apoiado em fossas séticas coletivas (FSC):

Localidade	Órgãos	Entidade gestora	Local de descarga
Almendra	ETAR	Águas do Norte	
Arnozelo	2 FSC com tratamento primário	Município	Rio Douro
Castelo Melhor	2 FSC, uma com tratamento primário e outra com tratamento secundário	Município	Ribeira do Vale das Pereiras/Ribeiro do Picão/Ribeirinha (afluentes do Rio Côa)
Cedovim	ETAR compacta	Município	
Chãs	FSC com tratamento primário	Município	Ribeira Centieira/Ribeira dos Piscos (afluentes do Rio Côa)
Custóias	2 FSC com tratamento primário	Município	Ribeira da Silvã (afluente do Rio Douro)
Freixo de Numão	ETAR	Águas do Norte	
Horta	FSC com tratamento primário	Município	
Mós do Douro	ETAR	Águas do Norte	
Murça	FSC com tratamento primário	Município	Ribeira de Murça (afluente do Rio Douro)
Muxagata	ETAR em conclusão (agora FSC com tratamento primário)	Município	
Numão	3 FSC com tratamento primário	Município	Ribeira da Teja (afluente do Rio Douro)
Orgal	2 FSC com tratamento primário	Município	Linha de água afluente do Rio Côa
Pocinho/Cortes da Veiga	ETAR compacta FSC com tratamento primário	Município	Rio Douro (a jusante da barragem do Pocinho)
Santa Comba	FSC com tratamento primário	Município	Ribeira do Lugar/Ribeira de Massueime (afluentes do Rio Côa)
Santo Amaro	FSC com tratamento primário	Município	Linha de água afluente da ribeira do Vale da Veiga
Sebadelhe	ETAR	Águas do Norte	
Seixas	ETAR	Águas do Norte	
Tomadias	2 FSC com tratamento primário	Município	Ribeira da Fonte Grande/Ribeira do Picarrão/Ribeira do Zambujal (afluentes do Rio Côa)
Touça	ETAR	Águas do Norte	
Vila Nova de Foz Côa	ETAR	Águas do Norte	

No Programa de Execução do PDM estão previstos investimentos avultados na modernização destes órgãos prevendo-se a substituição das FSC por ETAR, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade das massas de água.

As propostas do PDM não são de molde a comprometer a capacidade dos subsistemas existentes, apenas se prevendo ampliação de redes na área urbana da cidade e em situações muito pontuais.

O PDM apenas prevê áreas de execução programada com caráter dominantemente habitacional, no território da cidade, com capacidade, teoricamente, para cerca de 800 habitantes[2]. Ainda que este acréscimo populacional se verificasse nos próximos anos a ETAR existente teria capacidade para acomodar o acréscimo de carga poluente.

[2] A cidade tem atualmente cerca de 3100 habitantes

8.3. Águas pluviais

O sistema de drenagem de águas pluviais na cidade de Vila Nova de Foz Côa apresenta algumas deficiências estruturais motivando, em determinados troços, e em determinadas circunstâncias, um aumento do caudal superficial e a acumulação de água nos pontos baixos da rede viária. O levantamento do cadastro rigoroso da rede, que se prevê fazer, deverá identificar os pontos críticos bem como identificar as afluências indevidas, possibilitando uma intervenção estruturante na rede e melhoria das condições de descarga. Deverá incluir ainda a avaliação da possibilidade de reaproveitamento das águas pluviais em usos compatíveis, contribuindo desta forma para a sustentabilidade ambiental do território e qualificação do meio urbano.

Águas pluviais: locais de descarga na cidade



Fonte: CMVNFC

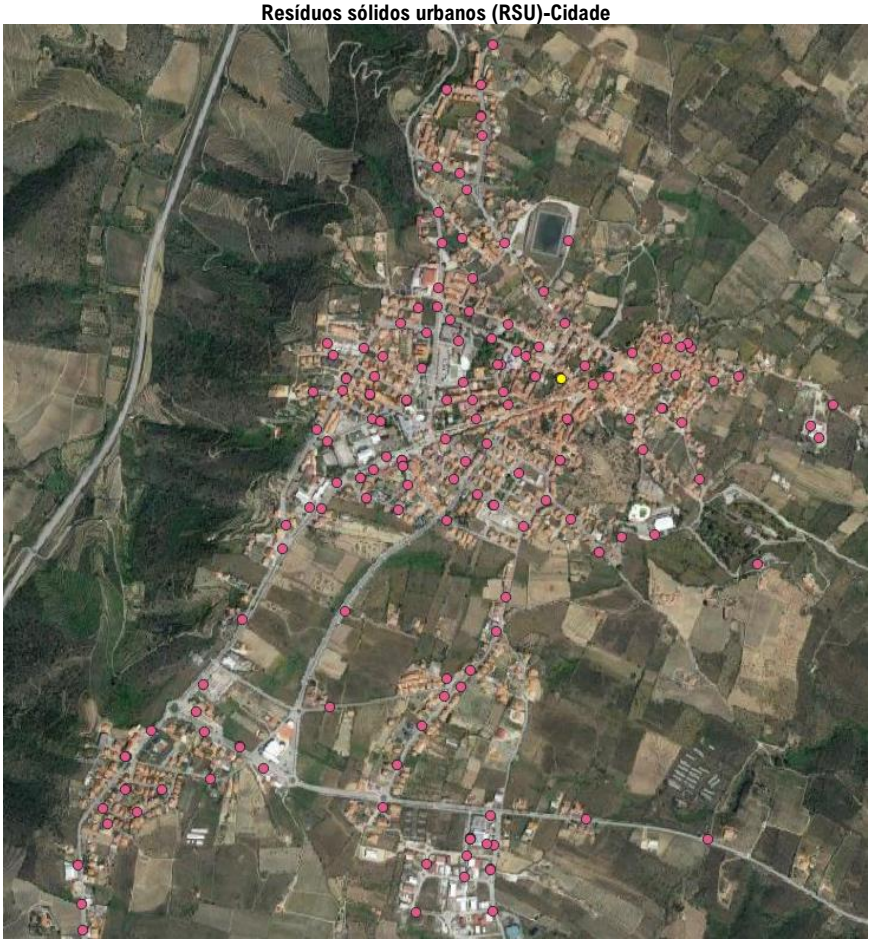
8.4. Resíduos sólidos urbanos

A gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU) é garantida pela Resíduos do Nordeste, EIM, empresa intermunicipal que engloba os municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

A atividade da empresa, sediada em Mirandela, engloba a recolha e deposição de resíduos indiferenciados no aterro sanitário de Urjais, a recolha seletiva e encaminhamento para valorização, a limpeza urbana e a produção e venda de energia elétrica proveniente do biogás gerado no aterro sanitário.

Em função das exigências estabelecidas pelo pacote da economia circular importa que se procede a adequações de estratégia, nomeadamente pela necessidade de aumentar a quantidade de resíduos recolhidos seletivamente ou assegurar o cumprimento da recolha seletiva de biorresíduos.

Resíduos sólidos urbanos (RSU)-Cidade



Fonte: CMVNFC

9. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Como consequências das modificações no clima, os principais impactos negativos diretos expectáveis na região do Douro são, entre outros, os seguintes:

- Alterações na biodiversidade e no património ambiental e natural;
- Alterações nas disponibilidades de água;
- Restrições no abastecimento e consumo da água;
- Diminuição da qualidade dos recursos hídricos;
- Aumento das cheias rápidas e inundações em meio urbano;
- Danos em equipamentos, infraestruturas e vias de comunicação;
- Aumento do risco de incêndio e das suas consequências;
- Alterações na distribuição espacial de alguns vetores de doenças;
- Danos em setores como o turismo e da agricultura (setores estratégicos para a região do Douro).

Com a consciência de que a resposta às alterações climáticas passa pela atempada implementação de medidas de adaptação, foi elaborado no âmbito da CIM Douro o "***Plano de Ação Intermunicipal para as Alterações Climáticas do Douro (PAIAC Douro)***" que *visa definir um quadro de ação para adaptação do território da CIM Douro às alterações climáticas. Na sequência do referido anteriormente, o PAIAC Douro pretende dar resposta à necessidade de promover uma ação local coletiva para um território mais resiliente aos impactes das alterações climáticas e as suas consequências, bem como criar as condições para tirar proveito e/ou explorar oportunidades benéficas (impactes positivos) das alterações climáticas.*

O PAIAC tem como visão estratégica:

«Uma região conhecedora dos potenciais impactes das alterações climáticas, capaz de transformar os seus desafios em oportunidades para o desenvolvimento social, económico e ambiental do Douro»

O PAIAC identifica, entre outras, as seguintes opções de adaptação:

- Criação de sistemas de retenção de águas pluviais em meio urbano (e.g. bacias de retenção)
- Remodelação do Sistema de Saneamento: construção de rede separativa e remodelação de Estações de Tratamento de Águas Residuais
- Remodelação da Rede de Abastecimento de Água
- Ordenamento e gestão dos sistemas fluviais (ex. conservação dos recursos pesqueiros e dos seus ecossistemas)
- Implementação de ciclovias e percursos pedonais

- Criação de sombreamentos no exterior dos edifícios (ex. arborização, palas exteriores entre edifícios)
- Planeamento de novas áreas urbanas tendo em conta a orientação/morfologia dos edifícios e das ruas (para controlo da radiação solar e promoção da ventilação passiva)
- Intervenção no edificado (ex. edifícios sociais): materiais reflexivos nos telhados e nas fachadas para evitar ganhos térmicos na estação quente
- Intervenção no edificado (ex. edifícios sociais): isolamento de paredes, coberturas, chão, janelas e caixilharias, para reduzir as perdas de energia na estação fria
- Reforço de Espaços Verdes (ex. criar "corredores verdes")
- Limpeza e conservação das linhas de água e requalificação das galerias ripícolas
- Reordenamento do espaço agrícola
- Operacionalização do PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios)
- Proteção dos solos contra a erosão (ex. aumento da cobertura vegetal)
- Reabilitação e recuperação dos ecossistemas pós incêndios
- Incrementar a continuidade de áreas naturalizadas no tecido urbano, ao nível da concretização da Estrutura Ecológica
- Criar Guias Municipais / Intermunicipais com informação sobre medidas bioclimáticas e estratégias de adaptação em edifícios
- Implementação de estratégias estruturais ao nível da viticultura (e.g. seleção do local da vinha, preparação do terrenho, aumento do compasso, orientação das linhas, cordão mais baixo, porta-enxertos, castas alternativas)
- Contribuição para o aperfeiçoamento dos processos de planeamento e gestão dos recursos hídricos existentes no espaço urbano, agrícola, florestal, industrial e turístico
- Desenvolvimento de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para monitorização ambiental do território (ex. vegetação em meio urbano)

Além das opções de classificação e qualificação do solo que direta ou indiretamente contribuem para a adaptação e mitigação das alterações climáticas, o regulamento do PDM, no artigo 2.ª – Objetivos e estratégia, inclui determinados princípios que tendem a contribuir para o mesmo fim, nos seguintes âmbitos:

- Melhoria do ambiente urbano;
- Adaptação e resiliência aos fenómenos meteorológicos extremos e de modo a garantir o funcionamento e manutenção do sistema hídrico;
- Aumento da eficiência dos recursos.

10. REGIME ECONÓMICO E FINANCEIRO

- **Contextualização**

Um dos princípios a que estão subordinadas as políticas públicas e as atuações administrativas em matéria de solos, de ordenamento do território e de urbanismo está plasmado no art. 3.º da Lei de Bases de 2014: *princípio da equidade, assegurando a justa repartição dos benefícios e dos encargos decorrentes da aplicação dos programas e planos territoriais e dos instrumentos de política de solos.*

Em simultâneo, as alíneas b) e e) do art. 8.º da Lei de Bases de 2014 determinam que ao Estado compete o dever de: *garantir a igualdade e transparência no exercício dos direitos e no cumprimento dos deveres relacionados com o solo, designadamente, através do direito de participação e do direito à informação dos cidadãos" e "garantir a sustentabilidade económica das obras indispensáveis à instalação e à manutenção de infraestruturas e equipamentos.*

É no suporte, essencialmente, destes dois pressupostos que a Lei de Bases de 2014 reserva uma parte significativa do seu texto ao Regime Económico e Financeiro, reservando-lhe 4 capítulos: *Financiamento de infraestruturas urbanísticas, Instrumentos equitativos, Avaliação e Avaliação de programas e planos territoriais*.

O Decreto-lei sequente, que procede à revisão do RJIGT, altera a estrutura definida na Lei de Bases de 2014 para o regime económico e financeiro, resumindo-a a duas secções: *Disposições gerais e Redistribuição de benefícios e encargos*, mas reforçando as disposições da Lei de Bases no que respeita ao financiamento das infraestruturas urbanísticas e aos instrumentos equitativos. A matéria relativa à *Avaliação dos programas e planos territoriais* é, no RJIGT, deslocada para outro capítulo, sendo este decreto omisso no que concerne à *Avaliação do solo*.

É importante referir que o capítulo do regime económico e financeiro elaborado pela Lei de Bases de 2014 não tem reciprocidade no RJIGT ao nível do seu desenvolvimento, isto é, há matérias na Lei de Bases de 2014 que foram "esquecidas" pelo RJIGT, o qual ficou aquém das expetativas que aquela criou. E há matéria em ambos que, por redação hesitante, se apresenta dúbia no que respeita à sua execução. Assim se passa em relação ao FMSAU, previsto na Lei de Bases de 2014 e omisso no RJIGT, ou quanto à escala da redistribuição de benefícios e encargos, que na Lei de Bases de 2014 tem como referência o território abrangido por unidades operativas de planeamento e gestão e unidades de execução, *aplicando-se a todas as operações sistemáticas e não sistemáticas, concretizando a afetação das mais-valias decorrentes do plano*, sendo claro que essa redistribuição abrange a totalidade do território municipal onde o PDMC gera mais-valias. Tal como refere o n.º 2 do art. 68.º da Lei de Bases de 2014, *as mais-valias originadas pela edificabilidade estabelecida em plano territorial são calculadas e*

distribuídas entre os proprietários e o Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística, o que permite deduzir que lugar à afetação social das mais-valias criadas pelo PDM.

Já no RJIGT, parece limitar-se apenas às unidades de execução, conquanto também determine, tal como para a Lei de Bases de 2014, que o PDM deva *identificar as mais-valias fundiárias, bem como a definição dos critérios para a sua parametrização e redistribuição*. E em relação á redistribuição das mais-valias o RJIGT nada mais refere, conquanto pareça evidente que o seu âmbito seja a unidade de execução.

Na justificação das opções tomadas no PDM, recorreremos sobretudo ao disposto na Lei de Bases de 2014, que embora tenha o mesmo valor que o RJIGT na ordem jurídica, apresenta maior coerência no tocante ao regime económico e financeiro.

Neste entendimento, procura-se promover com a atual Revisão do PDM de Vila Nova de Foz Côa, maior equidade na promoção da coesão territorial e assegurar a devida compensação pela intensidade de ocupação do solo.

Para tanto, assume-se como a figura preferencial de execução, as unidades de execução, procurando com este instrumento dar resposta à visão do PDM, como também aos pressupostos executórios previstos pelo Capítulo VI do RJIGT.

Foi nestes pressupostos que foi desenvolvido o regime económico e financeiro (art. 74.º a 85.º do regulamento), em que são estabelecidos os seguintes instrumentos:

- A constituição do Fundo Municipal de Sustentabilidade Económica e Financeira (FMSAU);
- A redistribuição dos benefícios e encargos entre os intervenientes na transformação do uso do solo e do seu aproveitamento urbanístico;
- O valor de referência do solo para efeitos de execução do PDM;
- A criação de incentivos.

- **FMSAU**

A Lei de Bases de 2014 dispõe, no n.º 4 do art. 62.º: *Os municípios devem constituir um fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística, ao qual são afetas receitas resultantes da redistribuição de mais-valias, com vista a promover a reabilitação urbana, a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação de serviços ambientais, sem prejuízo do município poder afetar outras receitas urbanísticas a este fundo, com vista a promover a criação, manutenção e reforço de infraestruturas, equipamentos ou áreas de uso público*.

A criação do FMSAU permite aos municípios a consignação de receitas para os fins ambientais, urbanísticos e de promoção das políticas públicas de habitação e de reabilitação urbana que o fundo determinar em regulamento administrativo próprio. A possibilidade desta consignação é essencial à sustentabilidade financeira do PDM, sobretudo, quando estão em causa operações fundamentais como seja a realização das infraestruturas urbanísticas indispensáveis à ocupação do solo urbano ou a compensação dos serviços de ecossistemas.

O PDM dedica o art. 80.º ao FMSAU, procurando enquadrar a sua constituição e indicando os objetivos, as receitas e os encargos que devem ser ponderados no desenvolvimento do respetivo regulamento administrativo.

O impacto do FMSAU depende da sua fortaleza financeira que lhe confira autonomia de gestão e de suporte à execução do PDM, podendo ser-lhe alocadas verbas financeiras da dinâmica de impostos municipais, intrinsecamente associadas à cobrança por motivos de utilização do solo, em que as compensações pelas não cedências, o IMI, a TMU, o IMT e até o IUC serão decisivos para dar ganhos de escala ao Fundo, que servirá diretamente os desígnios impostos pela atual Revisão do PDM.

- **Redistribuição de benefícios e encargos**

Sobre a redistribuição de benefícios e encargos, a Lei de Bases de 2014 dispõe no art. 64.º:

1 - Todas as operações urbanísticas sistemáticas e não sistemáticas estão sujeitas ao regime económico-financeiro regulado nos termos da lei e dos artigos seguintes.

2 - Os planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal contêm instrumentos de redistribuição equitativa de benefícios e encargos deles resultantes.

3 - A redistribuição de benefícios e encargos a efetivar no âmbito dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal toma por referência unidades operativas de planeamento e gestão, bem como unidades de execução, considerando a globalidade de território por eles abrangida.

4 - A redistribuição de benefícios e encargos a efetivar nos termos do número anterior, aplica-se a todas as operações urbanísticas sistemáticas e não sistemáticas que ocorram no território em causa, concretizando a afetação das mais-valias decorrentes do plano ou de ato administrativo.

5 - A redistribuição de benefícios e encargos a efetivar no âmbito de unidades de execução ou de outros instrumentos de programação determina a distribuição dos benefícios e encargos pelo conjunto dos respetivos intervenientes.

6 - Para efeitos do disposto nos números anteriores, os planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal fundamentam o processo de formação das mais-valias fundiárias e definem os critérios para a sua parametrização e redistribuição.

No entanto e de acordo com a Lei de Bases de 2014, a perequação não se cinge só à edificabilidade, mas também aos serviços de ecossistemas, para os quais ainda assim e indiretamente a edificabilidade acaba por contribuir, por exemplo, com a regulação de intensidade da ocupação do solo. Na proposta de classificação do solo estão, desde já, definidos quais os ecossistemas a proteger e a necessitarem de mecanismos de compensação, fazendo valer a função ambiental do solo.

Mas perante a ausência de uma compensação ambiental sustentada e defensável a nível nacional e regional, será pela edificabilidade que se procurará promover os devidos equilíbrios. A questão que se colocou, então, no PDM em relação à redistribuição dos benefícios e encargos e, concomitantemente, à redistribuição das mais-valias geradas por este IGT, foi a da escala dessa redistribuição, ou seja, da sua abrangência. Sem dúvida que as unidades de execução são a escala imediata da sua aplicação, como informa o atual RJIGT nos art. 176.º a 183.º, conquanto a Lei de Bases de 2014 o admita nas UOPG, embora sem definir – e bem – a dimensão dessas UOPG.

Considerou-se que essas UOPG (de caráter perequativo) corresponderiam às áreas homogéneas coincidentes com as diferentes categorias de espaço em solo urbano estabelecidas pelo PDM, onde se considera que há a criação de mais-valias, o que eliminou da sua abrangência os espaços urbanos de baixa densidade, os espaços de atividades económicas e o solo rústico.

Efetivamente, nos espaços de atividades económicas a intensidade da edificabilidade é regulada por parâmetros quantitativos, não havendo lugar a desvios do valor máximo estabelecido. Por outro lado, o importante nestes espaços é controlar os volumes de edificação, independentemente da área de construção que possam encerrar, a qual é sempre fruto do tipo de atividade económica em causa, atividade essa que se pretende salvaguardar e promover. Se não há desvios em relação à capacidade edificatória estabelecida pelo PDM, então não há mais-valias das intervenções em relação à edificabilidade média existente. No que toca aos espaços urbanos de baixa densidade, o fundamento é semelhante. Estes espaços destinam-se a cumprir a dotação de habitação em tipologia de moradia e com uma área de construção que permita o seu uso habitacional, sendo semelhante se der lugar a um ou dois fogos, sendo o valor na transação função da área do terreno e não da área de construção.

A edificabilidade média, a que se refere o art. 83.º, será a referência para os mecanismos perequativos.

Pese embora a atribuição da edificabilidade seja um ato administrativo (tal como o referido no art. 9.º da Lei de Bases de 2014), reconhece-se que o território tem um passado edificatório que não esteve subjugado desde sempre a princípios edificatórios redistributivos.

O PDM assume, do modo que se expôs, que esses princípios acontecerão nas áreas em que é o próprio a conceder faculdades urbanísticas, desde que possam ser, por razões urbanísticas, diferentes e associadas a uma dinâmica urbana com significado.

Assim, em áreas onde a dinâmica imobiliária apresenta maior pressão urbanística e naquelas que procuram suprir necessidades coletivas, entre as quais as ambientais e sociais, este mecanismo perequativo será útil para conseguir dar uma resposta efetiva às necessidades do território.

É neste sentido, que as futuras áreas a reclassificar para solo urbano, os espaços centrais e espaços habitacionais a consolidar e a estruturar são as áreas com maior apetência à aplicação dos processos de redistribuição de benefícios e encargos e à variabilidade de edificabilidades referidas no regulamento.

Mas já os encargos de urbanização, incluindo a cedência média, abrangem toda e qualquer operação urbanística a realizar em solo urbano, seja ela sistemática ou não sistemática.

Os encargos urbanísticos incluem não apenas os encargos de urbanização local, mas também os de urbanização geral, compreendendo as vias distribuidoras principais, as redes gerais de abastecimento de água e drenagem de esgotos residuais (redes em alta), os equipamentos e as áreas verdes públicas supralocais.

- **Mecanismos de execução**

Não obstante do referido no Relatório de Programação e Execução, importa salientar outros mecanismos de execução que a atual Revisão do PDM introduzirá para ajudar a materialização da visão.

AVALIAÇÃO DO SOLO

No tocante ao capítulo Avaliação, há a registar o disposto no art. 68.º da Lei de Bases de 2014:

1- O valor do solo obtém-se através da aplicação de mecanismos de regulação económico-financeiros, a definir nos termos da lei, tendo em conta a política pública de solos, do ordenamento do território e de urbanismo, que incluem, designadamente, a redistribuição de benefícios e encargos decorrentes de planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal, nos termos da lei.

2- As mais-valias originadas pela edificabilidade estabelecida em plano territorial são calculadas e distribuídas entre os proprietários e o fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística.

Ainda neste capítulo há que destacar o conteúdo do n.º 2 do art. 71.º da Lei de Bases de 2014: *2 - A avaliação do solo urbano atende:*

a) Ao valor correspondente ao aproveitamento ou edificabilidade concreta estabelecidos pelo plano aplicável ou, na sua ausência, ao valor referente à edificabilidade média definida no plano territorial de âmbito intermunicipal ou municipal, deduzidos os valores de cedência média por via perequativa, nos termos legais;

b) Ao valor do edificado existente no seu estado atual bem como, quando seja esse o caso, o valor dos ónus e deveres previstos para realização da edificabilidade concreta prevista no plano territorial de âmbito intermunicipal ou municipal.

Neste contexto, toda e qualquer operação urbanística deve ter por base uma avaliação do solo que permita parametrizar encargos e benefícios das ações que forem nela desenvolvidas, sendo utilizada como referência a edificabilidade média, os encargos urbanísticos associados e a mais-valia gerada pela operação urbanística.

Efetivamente, a Lei de Bases de 2014 procura que exista apenas uma avaliação da propriedade e não três, como atualmente se passa, em que há uma avaliação para efeitos de expropriação, uma outra para efeitos de tributação imobiliária e ainda outra para fins de ordenamento do território e urbanismo.

Na execução do PDM e sem prejuízo do disposto no Código de Expropriações, o valor de um prédio em solo urbano deve ser função da edificabilidade média da categoria de espaço em que o prédio se situa. É isso que se pretende com o art. 84.º do regulamento.

INCENTIVOS

Os incentivos identificados no art. 90.º do regulamento terão como resultado, preferencialmente, benefícios fiscais e económicos, sem prejuízo de poderem assumirem-se como acréscimo da área de construção, desde que tal não resulte em desconformidade com a envolvente do local onde se situa a intervenção.

Para o devido efeito do estabelecido como estratégico e bonificado para a execução das operações urbanísticas, recomenda-se a revisão do regulamento municipal de urbanização e edificação e do regulamento de taxas municipal.

11. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

De acordo com o RJIGT, o PDM inclui indicadores qualitativos e quantitativos que suportem a avaliação da adequação e concretização da disciplina nele consagrada.

Essa avaliação pode fundamentar propostas de alteração do plano ou dos respetivos mecanismos de execução tendo em vista, entre outros objetivos, assegurar a concretização dos fins do Plano, tanto ao nível da execução como dos objetivos a médio e longo prazo.

Sendo o PDM um plano sujeito a avaliação ambiental, são também estabelecidos indicadores de avaliação dos efeitos significativos da sua execução no ambiente, estando definidos no respetivo relatório ambiental.

Os resultados e conclusões da avaliação do PDM serão incluídos no relatório sobre o estado do ordenamento do território (REOT), a elaborar de quatro em quatro anos, que traduzirá o balanço da execução do plano, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.

Tema	Indicador	Fonte
Conservação da natureza e da biodiversidade	1. Extensão dos recursos hídricos alvo de requalificação ambiental (Km)	CMCNFC
	2. Evolução de galerias ripícolas associadas aos cursos de água (Km)	CMVNFC
	3. Área abrangida por financiamento dos serviços de ecossistemas (ha)	DGT
	4. Pedidos de exclusão da Reserva Ecológica Nacional (N.º)	CMCNFC
	5. Massas de água superficiais e subterrâneas em estado global bom e superior (N.º)	APA
	6. Evolução da área ocupada por espécies arbóreas autóctones (%)	DGT
	7. Evolução da área ocupada por povoamentos florestais de eucalipto (%)	DGT
	8. Despesa do município na proteção de biodiversidade e da paisagem (milhares de euros)	CMVNFC
Recursos territoriais	9. Proporção de superfície das zonas de intervenção florestal (%)	ICNF
	10. Número de pedidos de inutilização do solo em área de Reserva Agrícola Nacional (n.º)	CMVNFC
	11. N.º de dormidas nos empreendimentos turísticos (n.º)	INE
	12. Evolução do n.º de visitantes dos museus (n.º; %)	CMVNFC
	13. Elementos do património cultural valorizados (n.º; %)	CMVNFC
	14. Ações de divulgação e de sensibilização para a salvaguarda do património arqueológico junto da comunidade (n.º; %)	CMVNFC
	15. Rotas turísticas em torno do património cultural e natural (n.º; %)	CMVNFC
	16. Variação da área submetida a regime cinegético (ha)	ICNF
	17. Proporção do volume de negócios no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca no total do município (%)	INE
	18. Valor acrescentado bruto por setor de atividade (€)	INE
	19. Evolução da Derrama (%)	CMVNFC
	20. Evolução do IMI (%)	CMVNFC
	21. Evolução do ganho médio mensal (%)	INE
	22. Evolução do poder de compra per capita (%)	INE
	23. Variação do volume de negócios das empresas (%)	INE
Coesão e desenvolvimento territorial	24. Qualidade do acesso a redes de banda larga (peso das zonas brancas do concelho) (%)	ANACOM
	25. Variação da oferta de transporte público no concelho (veículos.Km/ano)	ATI CIMDOURO
	26. Evolução da ocupação nas áreas de execução programada identificadas pelo Plano (ha)	CMVNFC
	27. Proporção de propostas concretizadas no âmbito do Programa e Execução do PDM (%)	CMVNFC
	28. Grau de ocupação dos espaços de atividades económicas (%)	CMVNFC
	29. Grau de execução dos equipamentos previstos pelo Plano (%)	CMVNFC

Tema	Indicador	Fonte
	30. Evolução da taxa de motorização (%)	ASSFP
	31. Licenças atribuídas por tipologia (n.º)	INE
	32. Evolução dos alojamentos familiares clássicos (%)	INE
	33. Evolução dos edifícios novos e reabilitados com certificação energética A (%)	CMVNFC
	34. Volume dos benefícios fiscais concedidos nas Áreas de Reabilitação Urbana (€)	CMVNFC
	35. Evolução da oferta de fogos para habitação social ou a custos controlados (%)	CMVNFC
	36. Valor mediano das rendas em euros por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	INE
	37. Valor médio transacionado por prédio urbano (€)	INE
	38. Evolução da população residente (n.º; %)	INE
	39. População inscrita nos centros de emprego (n.º)	IEFP/Pordata
	40. Evolução da estrutura etária da população (hab)	INE
	41. Evolução da taxa de natalidade e de mortalidade (%)	INE
	42. Evolução da população residente estrangeira (%)	SEF
	43. Evolução do índice de envelhecimento (%)	INE
	44. Alunos matriculados no ensino superior e profissional (n.º)	Pordata
Qualidade de vida e ambiente	45. Capitação por habitante de espaços verdes urbanos (m2/hab.)	CMVNFC
	46. Extensão dos arruamentos arborizados (Km)	CMVNFC
	47. Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	INE
	48. Proporção de intervenções ambientais definidas no Programa de Execução do PDMVNFC (%)	CMVNFC
	49. Ocorrências registadas pela Proteção Civil relacionadas com deslizamento de massas em vertentes (n.º)	CMVNFC
	50. Ocorrências registadas pela Proteção Civil relacionadas com inundações/cheias (n.º)	CMVNFC
	51. População residente em áreas de alta e muito alta perigosidade de incêndio (n.º)	DGT
	52. Extensão de arruamentos cicláveis (Km)	CMVNFC
	53. Evolução do índice de qualidade do ar	APA
Ocupação e gestão sustentável do território	54. Reconstruções concluídas por 100 construções novas licenciadas (n.º)	INE
	55. Proporção de edifícios residenciais clássicos localizados fora do perímetro urbano (%)	
	56. Densidade de ramais de Abastecimento de água (n.º ramais/Km de rede)	ERSAR
	57. Densidade de ramais de Águas residuais (n.º ramais/Km de rede)	ERSAR
	58. Incêndios rurais e área ardida (n.º; ha)	ICNF
	59. Peso dos povoamentos de folhosas autóctones e de resinosas no conjunto dos povoamentos florestais (%)	DGT
	60. Proporção da área ocupada por agricultura no total do município (%)	DGT
	61. Proporção de território artificializado (%)	DGT
	62. Proporção da área ocupada por floresta e matos no total do município (%)	CMVNFC
	63. Edifícios expostos a níveis de ruído superiores aos limites legais (inseridos em zonas de conflito) (n.º)	CMVNFC

Legenda: CMVNFC– Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa/ DGT – Direção Geral do Território/ ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas/ INE – Instituto Nacional de Estatística/ SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Nesta listagem integram-se também os indicadores ambientais identificados no relatório de avaliação ambiental estratégica do Plano.

12. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Seguidamente avalia-se sucintamente a resposta do PDM às recomendações da avaliação ambiental estratégica.

Preservação e valorização do património, dos recursos endógenos e dos ecossistemas

Recomendações AAE	Observações
Incorporar as orientações regulamentares do PROF e prosseguir a dinâmica em curso de reflorestação com espécies autóctones. (**Regulamento)**	Em Anexo ao regulamento são identificadas as normas e modelos gerais de silvicultura, por sub-região homogénea, em conformidade com o PROF-TMAD. O regulamento identifica as subcategorias dos espaços florestais e o seu enquadramento nas orientações do PROF-TMAD.
Garantir a promoção dos serviços dos ecossistemas incrementando os níveis de biodiversidade e dos habitats, que advêm da criação de espaços verdes, e da salvaguarda de espaços afetos à estrutura ecológica. (**Ordenamento**)	A estrutura ecológica municipal integra as áreas de maior sensibilidade ecológica e ambiental, apoiando-se nos valores naturais e paisagísticos e que correspondem, no ordenamento concelhio, a categorias de espaços com fortes limitações no que respeita a atividades e ações que possam comprometer o equilíbrio existente, nomeadamente espaços naturais, espaços florestais de conservação e espaços culturais.
Promover a classificação do solo rural na interface urbana com usos que reduzam a vulnerabilidade aos incêndios rurais. (**Ordenamento**)	Neste território não existem aglomerados inseridos em espaços florestais. Ainda assim acautelou-se a sua integração em espaços rústicos de reduzida vulnerabilidade aos incêndios rurais e realça-se a necessidade de cumprimento escrupuloso do estabelecido na lei quanto à gestão dos combustíveis.
Salvaguarda das áreas de RAN enquanto componente da estrutura ecológica fundamental. (**Ordenamento**)	Os solos de elevada produtividade agrícola são uma das componentes da estrutura ecológica fundamental
Definição de critérios de edificabilidade que minimizem a perda de solo produtivo através de índices reduzidos, com promoção da permeabilidade do solo e localização preferencial nas zonas menos produtivas das parcelas. (**Regulamento**)	Apesar da possibilidade de novas edificações em solo rústico estar muito condicionada o regulamento apresenta recomendações de localização de forma minimizar degradação de solos e estabelece limitações à implantação e impermeabilização do solo.
Vincular o licenciamento de atividades de exploração de recursos geológicos à elaboração do PIER com uma base programática do PIER onde conste a componente ambiental, a proteção de espécies e *habitats* presentes e se fomentem ações de recuperação paisagística e ambiental. (**Regulamento**)	O PDM apenas possibilita o licenciamento de novas explorações de recursos geológicos em espaços agrícolas ou espaços florestais de uso múltiplo e, naturalmente, em espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos, que correspondem a áreas licenciadas, acrescidas de espaços de colmatação ou de áreas envolventes que possibilitem ampliações ou novas explorações. No concelho apenas o núcleo de pedreiras do Poio tem dimensão significativa e inclui-se, parcialmente, em rede natura 2000. Qualquer ampliação ou nova exploração terá que se submeter a processo de Avaliação Ambiental que determinará a sua viabilização, estabelecendo as medidas de minimização de impactos a implementar. Desta forma a opção municipal foi de não vincular o licenciamento de novas explorações á elaboração de PIER. Ainda assim determina, regulamentarmente, que as ampliações de explorações existentes ficam condicionadas à prévia recuperação das áreas exploradas (art. 26.º).
Definir *um* regime de uso do solo rústico que garanta a salvaguarda a estrutura ecológica fundamental. (**Regulamento**)	O regulamento integra disposições acrescidas de salvaguarda e preservação. A obrigatoriedade de que toda a REN se inclua em EEM condiciona desde logo a edificabilidade, já muito limitada no solo rústico, em qualquer categoria de uso. Na estrutura ecológica fundamental o PDM apenas admite os usos complementares e compatíveis menos suscetíveis de prejudicar os objetivos de conservação (art.58.º)
Salvaguardar áreas sensíveis em espaço urbano, pela sua integração na EEM. (**Ordenamento**)	Os aglomerados urbanos são de reduzida dimensão, sem escala que permita a delimitação cartográfica das áreas sensíveis. Estas ficam acauteladas pela lei gerai (cursos de água), acrescidas de disposições regulamentares. No perímetro urbano da cidade, delimitam-se as designadas "áreas de execução programada", a estruturar ou a consolidar, correspondendo a espaços livres com alguma dimensão e que serão executados de forma sistemática. Só aquando da sua execução se delimitarão as áreas sensíveis a integrar em espaços verdes, ou estrutura ecológica municipal.
Assegurar compatibilidade das atividades a licenciar com os elementos expostos e a sensibilidade ambiental das áreas alvo de licenciamento. (**Regulamento**)	O PDM identificas as zonas mistas e sensíveis, em acordo com o regulamento geral do ruído e identifica as áreas de conflito acústico. O Regulamento equipara os recetores sensíveis a zona mista (art.º 71.º)
Delimitação da estrutura ecológica em solo urbano, nas áreas urbanizadas não consolidadas. (**Ordenamento**)	As áreas urbanas não consolidadas são pontuais e nas quais, por norma, não ocorrem valores naturais. As de maior dimensão, como são as áreas programadas em solo urbano, são de execução sistemática, sendo no desenvolvimento das unidades de execução identificadas e salvaguardadas eventuais zonas sensíveis que importe salvaguardar. Ainda em contexto urbano o Plano delimita as *áreas verdes de enquadramento*, inseridas na Estrutura Ecológica Municipal, que contribuem para a infiltração das águas.

Contenção e qualificação urbana e otimização de redes de infraestruturas e equipamentos de suporte à qualidade de vida

Recomendações	Observações
Priorizar a classificação de solo urbano a áreas dotadas de redes de infraestruturas de saneamento básico. (**Ordenamento**)	Por opção todos os aglomerados populacionais do concelho são integrados em solo urbano. Todos estão dotados de abastecimento de água e drenagem de esgotos, salvo situações muito pontuais de lugares incluídos em "espaços urbanos de baixa densidade". Nos troços de vias situadas em "espaços habitacionais" e "espaços centrais" e que não dispõem de redes de infraestruturas programa-se a sua execução (ver Programa de Execução)
Restringir ao mínimo no quadro regulamentar as exceções relativas à permissão de soluções autónomas de abastecimento e esgotos. **(Regulamento)**	As soluções autónomas apenas serão permitidas em edificações isoladas em solo rústico, sem alternativa de ligação a redes coletivas e nos troços de vias incluídas em "espaços urbanos de baixa densidade" onde, por razões técnicas, é muito onerosa a execução de rede pública de drenagem de esgotos, sendo estas situações muito pontuais.
Promover alguma densificação do edificado em áreas centrais, bem como a reabilitação urbana, potenciando as infraestruturas existentes. **(Ordenamento, Regulamento)**	As áreas centrais têm índices de utilização que potenciam a densificação e a reabilitação urbana. Cumulativamente são previstos incentivos para as operações urbanísticas associadas à reabilitação urbana (art. 90.º).
Redefinir os aglomerados mais rurais, contendo a sua definição de solo urbano às áreas existentes e infraestruturadas. **(Ordenamento)**	Todos os aglomerados populacionais do concelho dispõem de infraestruturas básicas de abastecimento e drenagem, salvo situações muito pontuais em alguns deles. Por opção todos foram incluídos em solo urbano, ainda que na categoria de "espaços urbanos de baixa densidade", exceto o território da cidade.
Reclassificar as áreas urbanizáveis do atual PDM, procurando reverter para solo rural as áreas não estruturadas/urbanizadas, onde não ocorreram pedidos de operações urbanísticas. **(Ordenamento)**	A delimitação dos "perímetros urbanos" cumpre com os critérios estabelecidos no RJIGT e DR15/2015, de 19 de agosto. Desta forma, os anteriores espaços urbanizáveis foram reconfigurados, tendo passado, total ou parcialmente, para solo rústico, apenas se mantendo em solo urbano aqueles que é possível programar, de acordo com a estratégia municipal, já que contribuem para os
O PDM deverá explicitar a estratégia e as opções de base territorial para o favorecimento dos modos ativos em geral e, em particular, das redes de percursos ciciáveis estruturantes, especificando os parâmetros de referência. **(Regulamento e Programa de execução)**	A estratégia municipal que tem vindo a ser implementada favorece os modos suaves de deslocação, em particular em solo urbano. Isto traduz-se no aumento de zonas centrais com limitações da circulação automóvel, dando prioridade ao peão. Atendendo às características do território não é estratégia da CM a aposta em corredores segregados para bicicletas, daí o PDM não se prever redes de percursos cicláveis.
Proceder a uma qualificação do solo urbano diferenciada dos centros históricos dos aglomerados urbanos onde as respetivas normas regulamentares favoreçam a reabilitação do edificado. (**Ordenamento, Regulamento**)	As ações de reabilitação urbana são prioritárias na execução do Plano, estando previstos incentivos para as operações urbanísticas que a promovam (art. 90º). A área central da cidade está também, incluída em ARU, dispondo de benefícios específicos. Cumulativamente o plano identifica os "núcleos antigos" com valor patrimonial, estabelecendo medidas cautelares tendentes à salvaguarda da imagem do conjunto (art.º 63.º).
Efetivar as ações públicas previstas nas ARU's do concelho. (**Programa de execução**)	As ações públicas previstas nas ARU's têm enquadramento própria nas ORU respetivas. O PDM reforça a carater estratégico das intervenções no espaço público central. Na ARU da cidade as ações públicas estão praticamente concretizadas, ao contrário do que acontece com a ARU do Pocinho, cuja execução é nula, o que deverá levar a uma reavaliação e adaptação da atual proposta.
Intensificar a divulgação dos apoios e incentivos de natureza financeira e fiscal previstos nas ARU's. (**Programa de execução)**	O Programa de execução do Plano reforça a importância do recurso aos apoios e incentivos de natureza financeira e fiscal previstos nas ARU's.
Fomentar a criação de Zonas Empresariais Responsáveis. (**Ordenamento, Regulamento e Programa de execução**)	Em face das reduzidas dinâmicas locais e das incertezas quanto ao tipo de indústrias a instalar não foi considerado relevante o fomento e criação de Zonas Empresariais Responsáveis.
Assegurar regulamentarmente que as edificações em solo rural na ausência de ligação aos sistemas públicos, possuem soluções autónomas com pelo menos tratamento secundário das águas residuais. (**Regulamento**)	O Plano não considera a categoria de aglomerado rural. Todos os aglomerados são integrados na categoria de "espaços urbanos de baixa densidade", com exceção da cidade. Todos os aglomerados populacionais estão servidos de redes públicas de abastecimento e drenagem, salvo algumas situações pontuais. As edificações isoladas em solo rústico, quando permitidas, serão dotadas de soluções autónomas licenciadas pela entidade de tutela, cumprindo os requisitos previstos.
Reforçar as infraestruturas viárias para modos suaves e ativos. (**Ordenamento, Regulamento**)	A estratégia municipal que tem vindo a ser implementada favorece os modos suaves de deslocação, em particular em solo urbano. Isto traduz-se no aumento de zonas centrais com limitações da circulação automóvel, dando prioridade ao peão. Atendendo às características do território não é estratégia da CM a aposta em corredores segregados para bicicletas, daí o PDM não se prever redes de percursos cicláveis segregados da rede viária. A prioridade da CM é de pedonização e eliminação de obstáculos nas áreas centrais, reforçando os espaços públicos para deslocações suaves, essencialmente pedonais.

Promoção de uma economia de base territorial dinâmica e competitiva

Recomendações	Observações
Promover a incorporação de critérios que garantam a preservação de valores da herança rural e paisagística. **(Regulamento)**	O regulamento estabelece diversas normas de enquadramento urbano, em especial para as novas edificações, desde logo pela obrigatoriedade de cumprimento de critérios tipo-morfológicos (art.º 50.º/51.º). Também para os núcleos antigos de valor patrimonial são estabelecidas medidas cautelares de salvaguarda (art.º 63.º). A delimitação da Estrutura Ecológica municipal e regulamentação associada assegura a preservação dos valores ambientais e paisagísticos (art.º 59.º)
Garantir a salvaguarda dos recursos endógenos geológicos do concelho e a recuperação de zonas de exploração de recursos geológicos. **(Ordenamento)**	O PDM identifica e regula as áreas potenciais de exploração de recursos geológicos, estabelecendo que as atividades compatíveis ou complementares com a qualificação estabelecida não põem em causa o aproveitamento dos recursos (art.º 65.º). Determina ainda que os recursos geológicos podem ser explorados fora da categoria de uso própria, em "espaços agrícolas" e "espaços florestais de uso múltiplo", sendo que o licenciamento de ampliações fica condicionado à prévia recuperação das áreas exploradas (art.º 26.º).
Garantir a realização da requalificação de espaços extrativos degradados com princípios que recuperem a paisagem identitária do concelho. **(Programa de execução)**	O Plano determina que o licenciamento de ampliações de explorações existentes fica condicionado à prévia recuperação das áreas exploradas (art.º 26.º). Complementarmente terão que ser cumpridos os planos de recuperação ambiental e paisagística das explorações desativadas ou a desativar, conforme decorre da lei específica.
Promover a reabilitação dos núcleos históricos tendo em conta o funcionamento das atividades económicas aí existentes. **(Regulamento e Programa de execução)**	Excetuando a cidade, os aglomerados urbanos são de reduzida dimensão, onde as atividades económicas, quando existem, são de carater local. Independentemente disso a reabilitação do edificado e do espaço público dos núcleos antigos é uma prioridade da CM, e um dos objetivos do PDM, estabelecendo-se incentivos nas operações urbanísticas associadas à reabilitação urbana (art.º 90.º).
Promover parcerias com agentes económicos locais. **(Regulamento e Programa de execução)**	As parcerias a estabelecer decorrem do tipo de sistema de execução prevista para as diferentes áreas de execução programada, em particular para as incluídas em UOPG e que correspondam a áreas a estruturar. No anexo I do regulamento e no programa de execução estão identificadas as áreas a executar através do sistema de cooperação, isto é, mediante pareceria entre o município e os interessados.
Estabelecer critérios que salvaguardem e valorizem o património e a identidade dos núcleos históricos. **(Regulamento)**	O PDM identifica os núcleos antigos de maior valor patrimonial e estabelece medidas cautelares de salvaguarda dos imóveis e da imagem dos conjuntos (art.º 63.º).
Restringir a delimitação de espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos em zonas de rede natura e de REN. **(Ordenamento)**	Os espaços de exploração dos recursos energéticos e geológicos delimitados correspondem às áreas de exploração licenciada, acrescidas das áreas envolventes necessárias à sua ampliação que, quando em REN ou rede natura 2000 se limitam ao mínimo indispensável, sem prejuízo do cumprimento escrupuloso da lei geral e específica.
Assegurar localizações para novos espaços de atividades económicas que não potenciam o risco de incêndio rural e assegurar, regulamentarmente, faixas de gestão de combustível adequadas e em acordo com o PROF.	As novas áreas empresariais propostas inserem-se em áreas de menor perigosidade de incêndio e, obrigatoriamente, serão respeitados os condicionalismos impostos pelo SGIFR.
Assegurar, regulamentarmente, condições de edificabilidade que prevejam a dotação de soluções autónomas de infraestruturas para usos turísticos em solo rústico, mas com garantia de qualidade no tratamento dos efluentes produzidos. **(Regulamento)**	O regulamento fixa os requisitos a cumprir nos empreendimentos turísticos, conducentes á otimização da eficiência ambiental, incluindo no que se refere ao tratamento dos efluentes, conforme recomendação do Turismo de Portugal (art.º 25.º).
Garantir regimes de uso do solo e de licenciamento de atividades em solo rústico que viabilize a instalação de atividades económicas de base territorial que potenciem os recursos presentes. **(Regulamento)**	No regime de incentivos estabelecido no art.º 85.º incluem-se as empresas com certificação ambiental. O regulamento estabelece ainda a possibilidade de edificação em solo rústico para apoio das atividades que aí se processam, sendo comum a instalação de adegas, como apoio à principal atividade desta região.
Fomentar investimentos públicos catalisadores do turismo de natureza. **(Programa de execução)**	As atividades de turismo de natureza têm um enquadramento próprio não constituindo uma tipologia específica de empreendimento turístico. As instalações especiais que integrem estruturas e edificações de apoio a atividades de animação turística são generalizadamente compatíveis com as utilizações dominantes de cada categoria de espaço em solo rústico. (art.º 31.º)
Definir condições de edificabilidade em solo rústico promotoras do turismo de natureza em detrimento de outras tipologias turísticas. (**Regulamento**)	As atividades de turismo de natureza têm um enquadramento próprio não constituindo uma tipologia específica de empreendimento turístico. As instalações especiais que integrem estruturas e edificações de apoio a atividades de animação turística são generalizadamente compatíveis com as utilizações dominantes de cada categoria de espaço em solo rústico. (art.º 31.º)

14. O PDM EM NÚMEROS

categoria/subcategoria		área (ha)	representatividade no concelho (%)
solo urbano:			
espaços centrais		33,13	0,08%
espaços habitacionais		152,95	0,38%
espaços urbanos de baixa densidade		374,74	0,94%
espaços de uso especial: equipamentos		26,17	0,07%
espaços de atividades económicas		48,12	0,12%
espaços verdes de utilização coletiva		7,96	0,02%
espaços verdes de enquadramento		23,19	0,06%
	subtotal	**666,26**	**1,67%**
solo rústico:			
espaços agrícolas		19 041,58	47,87%
espaços florestais de produção		535,40	1,35%
espaços florestais de conservação		7 158,42	17,99%
espaços florestais de uso múltiplo		7 802,17	19,61%
espaços naturais e paisagísticos		3 711,58	9,33%
espaços culturais		548,78	1,38%
espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos		219,56	0,55%
espaços de equipamentos ou infraestruturas não lineares		33,53	0,08%
espaços de infraestruturas rodoviárias		64,10	0,16%
	subtotal	**39 115,12**	**98,33%**
	Total	**39 781,38**	**100,00%**

Em termos de representatividade no território concelhio destaca-se a importância dos espaços agrícolas, com quase 50%. Por outro lado, o solo urbano não chega aos 2 %.

15. SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

No presente capítulo referenciam-se as servidões administrativas e restrições de utilidade pública existentes no concelho de Vila Nova de Foz Côa, na presente data.
Complementarmente, refere-se a legislação aplicável e as principais restrições e condicionalismos ao uso e transformação do solo, não dispensando a leitura dos diplomas legais.

A delimitação na planta de condicionantes das áreas sujeitas a servidão ou restrição deve ser encarada pela gestão municipal a título indicativo e não substitui as delimitações constantes nos documentos legais que as constituíram (quando é o caso) e que, normalmente, possuem um maior detalhe e rigor, como é exemplo o caso do património cultural. Da mesma forma a delimitação incorreta ou não delimitação de qualquer servidão nos elementos do PDMVNFC (anterior ou posterior a este) não prejudica a sua eficácia nos termos em que foi ou vier a ser legalmente constituída.
Na Planta de Condicionantes, por vezes e por insuficiência de escala, apenas se identifica o objeto de proteção ou salvaguarda, como são exemplos a rede rodoviária ou os marcos geodésicos. A verificação do respeito pelas zonas de servidão deve ser confirmada caso a caso, com apoio de cartografia a escala adequada.

Da Planta de Condicionantes foram desdobradas as que correspondem a servidões não permanentes, de forma a não comprometer a sua leitura e a facilitar a sua atualização e alteração periódicas, como é o caso das áreas percorridas por incêndios, perigosidade de incêndio rural e redes de defesa da floresta.

15.1. Recursos naturais

15.1.1. Recursos hídricos

15.1.1.1. Domínio hídrico: Leito e margem das águas fluviais

Enquadramento legal

- DL n.º 364/98, de 21 de novembro – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias, bem como restrições ao uso do solo em tais zonas, a incorporar nos planos municipais de ordenamento do território;
- Lei n.º 54/2005, de 29 de dezembro, com as alterações efetuadas até à Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto – Estabelece a titularidade dos recursos hídricos;
- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, com as alterações efetuadas até à Lei n.º 44/2017, de 19 de junho – Aprova a Lei da Água;
- DL n.º 226-A/2007, de 31 de maio, com as alterações efetuadas até à Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro – Estabelece o regime jurídico de utilização dos recursos hídricos;
- DL n.º 115/2010, de 22 de outubro – Aprova o quadro para avaliação e gestão dos riscos de inundação com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais.

Casos específicos

O rio Douro domina todo o sistema hidrográfico do concelho, ao qual afluem o rio Côa e várias ribeiras (ribeira da Teja; ribeira de Aguiar; ribeira de Murça; ribeira de Massueime; ribeira de Piscos do Vale da Cabra; ribeira do vale da Veiga; ribeira do vale das Pereiras; e ribeira da Silva).

Observações

O rio Douro é um curso de água navegável ou flutuável sujeito a jurisdição das autoridades marítimas ou portuárias, pelo que a margem tem a largura de 50 metros. O rio Côa é um curso de água navegável ou flutuável não sujeito a jurisdição das autoridades marítimas e portuárias, pelo que a margem tem a largura de 30 metros. Os restantes cursos de água correspondem a "águas não navegáveis nem flutuáveis", pelo que a margem tem uma largura de 10 metros para cada lado da linha limite do leito.

Condicionalismos e restrições

- Todas as parcelas privadas de leitos ou margens de águas públicas estão sujeitas a servidão de uso público no interesse geral de acesso às águas (de passagem ao longo das águas, pesca, fiscalização e policiamento das águas pelas entidades competentes).
- Os proprietários de parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas devem mantê-las em bom estado de conservação e estão sujeitos a todas as obrigações que a lei estabelecer no

que respeita à execução de obras hidráulicas necessárias à gestão adequada das águas públicas em causa, nomeadamente de correção, regularização, conservação, desobstrução e limpeza.

- O Estado, através das administrações das regiões hidrográficas, ou dos organismos a quem estas houverem delegado competências, e o município, no caso de linhas de água em aglomerado urbano, podem substituir-se aos proprietários, realizando as obras necessárias à limpeza e desobstrução das águas públicas por conta deles.
- Para as parcelas de leitos ou margens de águas públicas bem como no respetivo subsolo ou no espaço aéreo correspondente, não é permitida a execução de quaisquer obras permanentes ou temporárias sem autorização da APA.

15.1.1.2. Albufeiras, lagos ou lagoas de águas públicas

Enquadramento legal

- DL n.º 107/2009, de 15 de maio – Aprova o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas e lagos de águas públicas;
- Portaria n.º 522/2009, de 15 de maio – Novo regime jurídico para a proteção e valorização dos recursos hídricos associados às albufeiras, lagoas e lagos de águas públicas, bem como o território envolvente, numa faixa que corresponde à zona terrestre de proteção;

Casos específicos

- Albufeira do Pocinho – classificada como protegida
- Valeira – classificada como de utilização livre.

Observações

Nenhuma das albufeiras dispõe, na presente data, de Programa ou Plano de Ordenamento eficaz. Às albufeiras classificadas referidas está associada uma zona terrestre de proteção de 500 metros e uma zona reservada da zona terrestre de proteção de 100 metros. As zonas de proteção e de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira não estão identificadas por falta de informação.

Condicionalismos e restrições

- A zona terrestre de proteção tem uma largura de 500,0 metros podendo, no âmbito da elaboração do programa especial de albufeira, ser ajustada até um máximo de 1000,0 metros ou para uma largura inferior a 500,0 metros;
- Na zona terrestre de proteção das albufeiras são interditas as atividades referidas no regime de proteção das albufeiras das águas públicas de serviço público em vigor;

- A zona terrestre de proteção da albufeira integra uma zona reservada, com uma largura de 100 metros a contar do NPA, na qual é interdita a edificação, salvo nas situações estabelecidas no regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público em vigor;
- Na zona de proteção da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira é interdita:

  a) A prática balnear, incluindo banhos ou natação;

  b) A pesca;

  c) A realização de competições desportivas ou de atividades ou desportos náuticos, tais como remo, vela, prancha à vela, windsurf, canoagem, mota de água ou jet-ski;

  d) A navegação de qualquer tipo de embarcações, com exceção de embarcações destinadas à fiscalização, à manutenção ou a operações de emergência.
- Na zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira é interdita a edificação, com exceção das obras que forem necessárias ao funcionamento da infraestrutura hidráulica.

15.1.2. Recursos geológicos

Enquadramento legal

- DL n.º 182/95, de 27 de julho, alterado pelo DL n.º 198/2020, de 24 de agosto – Estabelece as bases de organização do Sistema Elétrico Nacional (SEN);
- DL n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado pelo DL n.º 340/2007, de 12 de outubro, com a Declaração de Retificação n.º 108/2007, de 11 de dezembro – Aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais-pedreiras;
- Lei n.º 54/2015, de 22 de junho – Estabelece as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional;
- DL n.º 30/2021, de 7 de maio, na sua redação atual – Regulamenta a Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, no que respeita aos depósitos minerais.

Casos específicos

- Recursos energéticos:
  - Central Hídrica do Pocinho;
  - Central Hídrica do Catapereiro.
- Recursos geológicos:
  - Massas minerais/Pedreiras:

N.º PEDREIRA	DENOMINAÇÃO	ENTIDADE LICENCIADORA	SUBSTÂNCIA	ESTADO
6778	Alcadaria	DGEG		
4999	Alto da Companhia	DGEG	Xisto	Pedreira com caução
4995	Rego de Vide	DGEG	Xisto	Pedreira com caução
6827	Vale da Mó n.º 1	DGEG	Xisto	Autorização provisória
6637	Vale Videiro n.º2	DGEG	Xisto	Autorização provisória
4998	Jardim n.º 4	DGEG	Xisto	Autorização provisória
6632	Vale de Vidoeiro n.º1	DGEG	Xisto	Pedreira com caução
5717	Alto da Touça	DGEG	Granito	Pedreira com caução
5651	Fumo	DGEG		
6639	Vale da Mó	DGEG	Xisto	Pedreira sem caução
6521	Quinta das Casas	CM Foz Côa		
2432	Fraga do Poio n.º 5	CM Foz Côa		
2434	Fraga do Poio n.º 7	CM Foz Côa	Xisto	Pedreira com caução
2449	Fraga do Poio n.º 14	CM Foz Côa		
4762	Vale da Mó n.º 3	CM Foz Côa		
4763	Fraga do Poio n.º 18	CM Foz Côa		
4994	Fraga do Poio n.º 19	CM Foz Côa		
5002	Fraga do Poio n.º 20 (em processo de fusão com a Pedreira n.º 4995)	CM Foz Côa		
5003	Fraga n.º 8	CM Foz Côa		
5179	Fraga do Poio n.º 21	CM Foz Côa		

- Depósitos minerais:
  - Concessão mineira: MNCOOOO64 – Bajoca;
  - Concessão mineira experimental: MNCE00149 – Numão;
  - Contrato de prospeção e pesquisa: MNPPP00222 – Seixo;
  - Pedido de prospeção e pesquisa: MNPPP0404 – Mêda;

Observações

O núcleo de Pedreiras do Poio, existente na freguesia de Vila Nova de Foz Côa, é integrado na Planta de Ordenamento como categoria de espaço própria (espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos), envolvendo todas as áreas licenciadas e espaços interiores e envolventes, fundamentais para

Condicionalismos e restrições

- São definidas e demarcadas zonas de defesa relativamente a locais e edifícios que se pretende proteger, com as seguintes larguras em relação às frentes das pedreiras:
  - De 10 metros, relativamente a prédios rústicos vizinhos, murados ou não;
  - De 15 metros, relativamente a caminho público;
  - De 20 metros, relativamente a condutas de fluidos, linhas elétricas de baixa tensão, linhas aéreas de telecomunicações e telefónicas não integradas na exploração da pedreira;
  - De 30 metros, relativamente a pontes, linhas elétricas aéreas de média e alta tensão, postos elétricos de transformação ou de telecomunicações;
  - De 50 metros, relativamente a linhas férreas, rios navegáveis e canais, cursos de água de regime permanente, nascentes ou captações de água, edifícios não específicos e locais de uso público e estradas nacionais ou municipais;
  - De 70 metros, relativamente a autoestradas e estradas internacionais;

- De 100 metros, relativamente a monumentos nacionais, locais classificados de valor turístico, instalações das forças armadas, forças e serviços de segurança, escolas e hospitais;

- As zonas de defesa devem ainda ser respeitadas sempre que se pretendam implantar, na vizinhança de pedreiras, novas obras ou outros objetos atrás referidos e alheios à pedreira.
- A construção dessas obras, a que seja inerente uma zona de defesa, que afetem pedreiras em exploração, carece de autorização, a conceder por despacho conjunto do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e do Ministro da Economia
- Nos termos estabelecidos no artigo 53.º da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, em conjugação com o estabelecido no artigo 55.º do Decreto-lei n.º 30/2021, de 7 de maio, podem ser estabelecidas limitações à propriedade privada, através da constituição de servidões administrativas.

15.1.3. Recursos agrícolas e florestais

15.1.3.1. Reserva Agrícola Nacional

Enquadramento legal

- DL n.º 73/2009, de 31 de março, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro – Estabelece o regime jurídico da RAN;
- Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril – Estabelece os limites e condições a observar para a viabilização das utilizações não agrícolas de áreas integradas em RAN.

Casos específicos

RAN de Vila Nova de Foz Côa, conforme consta da Planta de Condicionantes.

Observações

A RAN que consta na Planta de Condicionantes gerais corresponde à nova delimitação da RAN, tendo por base os critérios do DL n.º 199/2015, de 16 de setembro e validada pela, à data, DRAP-N. Esta delimitação substitui a constante do PDM de 2015 aquando da publicação da presente revisão do PDM.

Condicionalismos e restrições

- As áreas da RAN devem ser afetas à atividade agrícola e são áreas *non aedificandi*, numa ótica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural;
- São interditas todas as ações que diminuam ou destruam as potencialidades para o exercício da atividade agrícola das terras e solos da RAN, tais como:
    - Lançamento ou depósito de resíduos radioativos, resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais ou outros produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar e deteriorar as características do solo;

- Aplicação de volumes excessivos de lamas nos termos da legislação aplicável, designadamente resultantes da utilização indiscriminada de processos de tratamento de efluentes;
- Intervenções ou utilizações que provoquem a degradação do solo, nomeadamente erosão, compactação, desprendimento de terras, encharcamento, inundações, excesso de salinidade, poluição e outros efeitos perniciosos;
- Utilização indevida de técnicas ou produtos fertilizantes e fitofarmacêuticos;
- Deposição, abandono ou depósito de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos;
- Operações de loteamento e obras de urbanização, construção ou ampliação, com exceção de determinadas utilizações não agrícolas que só podem verificar-se quando não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN e apenas nas situações previstas no RJ da RAN.

15.1.3.2. Sobreiro e azinheira

Enquadramento legal

- DL n.º 169/2001, de 25 de maio, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 155/2004, de 30 de junho – Estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira.

Condicionalismos e restrições

- Nos povoamentos de sobreiro ou azinheira não são permitidas:
  - Mobilizações de solo profundas que afetem o sistema radicular das árvores ou aquelas que provoquem destruição de regeneração natural;
  - Mobilizações mecânicas em declives superiores a 25%;
  - Mobilizações não efetuadas segundo as curvas de nível, em declives compreendidos entre 10% e 25%;
  - Intervenções que desloquem ou removam a camada superficial do solo.
- A conversão do povoamento de sobreiros e azinheiras só se efetua quando vise a posterior ocupação do solo com obras imprescindíveis de utilidade pública e inexistência de alternativas válidas para a sua localização, ou uma conversão de cultura de comprovada vantagem para a economia nacional;
- O corte ou o arranque de sobreiros e azinheiras, em povoamento ou isolados, carece de autorização do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF) ou da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAP-N), dependendo da situação;
- Nos terrenos em que tenha ocorrido corte ou arranque ilegal de povoamento de sobreiro ou azinheira é proibido, pelo prazo de 25 anos a contar da data do corte ou arranque:
  - Toda e qualquer conversão que não seja de imprescindível utilidade pública;

- As operações relacionadas com edificação, obras de construção, obras de urbanização, loteamentos e trabalhos de remodelação dos terrenos;
- A introdução de alterações à morfologia do solo ou do coberto vegetal;
- O estabelecimento de quaisquer novas atividades, designadamente agrícolas, industriais ou turísticas.

15.1.4. Recursos ecológicos

15.1.4.1. Reserva Ecológica Nacional

Enquadramento legal

- RCM n.º 68/96, de 13 de maio – Aprova a delimitação da REN para a área do município de Vila Nova de Foz Côa;
- DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado com o DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, e pelo DL n.º 124/2019, de 28 de agosto – Estabelece o RJ da REN;
- Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro – Define as situações de usos ou ações consideradas compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN;
- Portaria n.º 181/2016, de 7 de julho – Aprova a delimitação da REN de Vila Nova de Foz Côa, com as áreas a integrar e a excluir;
- Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro – Aprova as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, que consubstanciam as diretrizes e critérios para a delimitação das áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional a nível municipal.

Casos específicos

Carta de Reserva Ecológica Nacional de Vila Nova de Foz Côa, conforme diploma legal.

Observações

A Portaria n.º 181/2016, de 07-07-2016, aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Vila Nova de Foz Côa, com as áreas a integrar e a excluir, elaborada no âmbito da 1.ª revisão do PDM, no enquadramento do Decreto-lei n.º93/90, de 19 de março, atualmente revogado pelo novo regime jurídico. Na presente revisão do PDM, o Município optou por manter a delimitação constante na referida Portaria, tendo apenas procedido a ajustes decorrentes da transposição para a nova cartografia de base, validados pela CCDR-N e pela APA. Esta delimitação será objeto de publicação em diário da república, substituindo a versão de 2016 e integrada na atual revisão do PDM.

De acordo com o RJREN a CM tem um prazo de 5 anos (até 27 de setembro de 2024), contados desde a publicação da portaria que estabelece as orientações estratégicas de caráter nacional e regional, para elaborar a nova carta da REN concelhia, ao abrigo dessas orientações. Esse procedimento já foi iniciado, de forma autónoma à presente revisão do PDM, o que motivará posterior alteração/adaptação do PDM para integrar a nova

Condicionalismos e restrições

- São interditos os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em:
  - Operações de loteamento;
  - Obras de urbanização, construção e ampliação;
  - Vias de comunicação;
  - Escavações e aterros;
  - Destruição do revestimento vegetal, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo e das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais.
- Excetuam-se os usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN.

15.1.4.2. Rede Natura 2000

Enquadramento legal

- RCM n.º 142/97, de 28 de agosto – Aprova a Lista Nacional de Sítios;
- DL n.º 140/99, de 24 de abril na redação dada pelo DL n.º 49/2005, de 24 de fevereiro – Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens);
- RCM n.º 66/2001, de 6 de junho – Determina a elaboração do plano setorial relativo à implementação da Rede Natura 2000 e constitui a respetiva comissão mista de coordenação;
- RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho – Aprova o Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000);
- Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março – Classifica como zonas especiais de conservação os sítios de importância comunitária do território nacional.

Casos específicos

- ZEC: Douro Internacional (PTCON0022) – Aprovada pela RCM n.º 142/97, de 28 de agosto;
- ZPE: Vale do Côa (PTZE0039) - Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro;
- ZPE do Douro Internacional e Vale do Rio Águeda (PTZE0038) – Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 93/2023, de 12 de outubro.

Condicionalismos e restrições

- Na Rede Natura 2000 aplica-se o regime estabelecido no plano setorial, para além do disposto no regulamento do PDM.
- A perturbação durante fases sensíveis do ciclo de vida, colheita, transporte, a detenção ou o comércio das espécies da fauna e flora protegidos e referidos nas Diretivas, são interditos. Em circunstâncias excecionais e previstas na legislação, tais atos ou atividades podem ser permitidos, mediante licenciamento prévio do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).
- Quaisquer ações suscetíveis de deterioração de habitats naturais dentro da Rede Natura 2000, e que possam afetar significativamente um SIC ou uma ZPE deverão ser sujeitas a uma avaliação de incidências ambientais;
- Ficam sujeitos a parecer do ICNF ou da direção regional de ambiente territorialmente competente os atos e atividades, mencionados nos seguintes artigos: 9.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º e 19.º, do DL n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

15.2. Património Cultural

15.2.1. Imóveis classificados ou em vias de classificação

Enquadramento legal

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro – Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural.
- DL n.º 173/2006, de 24 de agosto - Define um regime transitório para os imóveis abrangidos pela zona de proteção dos edifícios públicos de reconhecido valor arquitetónico.
- Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho – Estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre os bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse ou de interesse municipal;
- Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro – Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis, de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do Plano de Pormenor de Salvaguarda e o regime jurídico dos estudos e projetos;
- Portaria n.º 122/2024, de 16 de janeiro – Altera a zona especial de proteção do Alto Douro Vinhateiro.

Casos específicos

IN-INTERESSE NACIONAL		
IN1	Paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro (Património Mundial da Unesco)	Aviso n.º 15170/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010
IN2	Parque Arqueológico do Vale do Côa (Património Mundial da Unesco) (1)	Decreto n.º 3/97, de 2 de julho, alterado pelo Decreto n. º6/2013, de 6 de maio. (ZEP: Aviso n.º 15168/2010, DR n.º 147, de 30-07-2010, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 1924/2021, DR n.º 20, de 29-01-2021)
IN3	Castelo de Numão (MN)	Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910
IN4	Pelourinho de Vila Nova de Foz Côa (MN)	Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910
IN5	Igreja Matriz de Vila Nova de Foz Côa (MN)	Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910
IP-INTERESSE PUBLICO		
IP1	Pelourinho de Horta (IIP)	Decreto n. º23122, DG n.º 231, de 11-10-1933
IP2	Ponte sobre a Ribeira de Teja (IIP)	Decreto n. º 29/90, DR n.º 163, de 17-07-1990
IP3	Pelourinho de Freixo de Numão (IIP)	Decreto n. º23122, DG n.º 231, de 11-10-1933
IP4	Casa Grande de Freixo de Numão (IIP)	Decreto n. º129/77, DR n.º 226, de 29-09-1977
IP5	Pelourinho de Touça (IIP)	Decreto n. º23122, DG n.º 231, de 11-10-1933
IP6	Casa de Nossa Senhora da Conceição/Casa grande de Cedovim (IIP)	Decreto n. º129/77, DR n.º 226, de 29-09-1977
IP7	Pelourinho de Cedovim (IIP)	Decreto n. º23122, DG n.º 231, de 11-10-1933
IP8	Pelourinho de Muxagata (IIP)	Decreto n. º23122, DG n.º 231, de 11-10-1933
IP9	Castelo de Castelo Melhor (IIP)	Decreto n. º28/82, DR n.º 47, de 26-02-1982 (ZEP-Portaria n. º 336/2011, DR n. º27, de 08-02-2011)
IP10	Pelourinho de Almendra (IIP)	Decreto n. º23122, DG n.º 231, de 11-10-1933
IP11	Igreja Matriz de Almendra (IIP)	Decreto n. º37366, DG n.º 70, de 05-04-1949
IP12	Casa de Almendra (IIP)	Decreto n. º129/77, DR n.º 226, de 29-09-1977

IP13	Sítio Arqueológico Castanheiro do Vento (SIP)	Portaria n.º 1050/2010, DR n.º 239, de 13-12-2010
IP14	Castelo Velho de Freixo de Numão (SIP)	Portaria n.º 219/2010, DR n. º55, de 19-03-2010 Declaração de retificação n.º 734/2010, DR n.º73, de 15-04-2010
IP15	Solar dos Donas Botto Pinto (Casa de João Marçal) (MIP)	Portaria n.º 740-DD/2012, DR n.º 248, de 24/12/2012
IM-INTERESSE MUNICIPAL		
IM1	Casa Vermelha (IM)	Deliberação de 21-04-2003 da CM
IM2	Capela de Nossa Senhora da Conceição (IM)	Decreto nº 95/78, DR n.º 210, de 12 setembro 1978 Decreto nº 28/82, DR n.º 47, de 26 fevereiro 1982

MN-Monumento Nacional
SIP-Sítio de Interesse Público
MIP-Monumento de linteresse Público
IIP-Imóvel de Interesse Público
IM-Interesse Municipal

(1) Núcleos arqueológicos do parque arqueológico do Vale do Côa:

IN6	Núcleo de Arte Rupestre da Fonte Frieira
IN7	Núcleo de Arte Rupestre da Broeira
IN8	Núcleo de Arte Rupestre de Vale de Moinhos
IN9	Núcleo de Arte Rupestre de Meijapão
IN10	Núcleo de Arte Rupestre da Canada do Inferno / Rego da Vide
IN11	Núcleo de Arte Rupestre do Vale dos Namorados
IN12	Núcleo de Arte Rupestre da Quinta do Fariseu
IN13	Núcleo de Arte Rupestre do Vale da Figueira / Teixugo
IN14	Estação arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira
IN15	Núcleo de Arte Rupestre da Ribeira de Piscos / Quinta dos Poios
IN16	Núcleo de Arte Rupestre da Ribeirinha
IN17	Núcleo de Arte Rupestre da Quinta da Barca
IN18	Núcleo de Arte Rupestre da Penascosa
IN19	Núcleo Arqueológico de *Habitat* Paleolítico do Salto do Boi / Cardina
IN20	Núcleo de Arte Rupestre de Vale de Cabrões
IN21	Núcleo de Arte Rupestre da Vermelhosa
IN22	Núcleo de Arte Rupestre do Vale de José Esteves
IN23	Núcleo de Arte Rupestre do Alto da Bulha
IN24	Núcleo de Arte Rupestre da Foz do Côa
IN25	Núcleo de Arte Rupestre de Vale do Forno
IN26	Núcleo de Arte Rupestre da Canada da Moreira
IN27	Núcleo de Arte Rupestre da Canada do Amendoal

Condicionalismos e restrições

- Todas as obras a efetuar em Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público estão sujeitos a parecer vinculativo da Administração do Património Cultural Competente, podendo os proprietários particulares ser obrigados a realizar as obras de conservação necessárias e tendo o Estado direito de opção na sua eventual alienação.
- Nas zonas de proteção as obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos, as cérceas, a distribuição de volumes, as coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios estão sujeitas a parecer vinculativo da Administração do Património Cultural Competente. Excetuam-se as obras de simples conservação ou as de mera alteração no interior dos edifícios. O Estado tem direito de opção na eventual alienação destes imóveis.
- Todos os projetos a apresentar deverão ser obrigatoriamente subscritos por arquitetos.

15.3. Infraestruturas

15.3.1. Básicas

Enquadramento legal

- DL n.º 34021, de 11 de outubro de 1944 – Declara de utilidade pública as pesquisas, os estudos e os trabalhos de abastecimento de água ou de saneamento dos aglomerados populacionais;
- Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro – Aprova o Código das Expropriações;
- DL n.º 319/94, de 24 de dezembro – Regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação de água para consumo público, quando atribuídos por concessão;
- DL n.º 230/91, de 21 de junho – Transforma a EPAL em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;
- DR n.º 23/95, de 23 de agosto e Declaração de Retificação n.º 153/95 de 30 de novembro – Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de água e Drenagem de Águas Residuais;
- DL n.º 194/2009, de 20 de agosto – Aprova o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

Casos específicos

Sistema multimunicipal de Água e Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro:

- Despacho 3845.MAOT/2005, DR 37 IIS, de 22-02-2005
- Despacho 3571.SEOTC/2006, DR 33 IIS, de 15-02-2006
- Despacho 9751.SEOTC/2008, DR 66 IIS, de 03-04-2008
- Despacho 10798.DGT/2013, DR 160 IIS, de 21-08-2013
- Despacho 8100/SEA/2014, DR 117 IIS, de 20-06-2014
- Despacho 8100/SEA/2014, DR 164 IIS, de 27-08-2014

Condicionalismos e restrições

- A servidão administrativa incide sobre uma faixa de 3 de metros de largura, com 1,5 metros de largura para cada lado do eixo longitudinal da conduta e implica:
    - A ocupação permanente do subsolo na zona da instalação da conduta;
    - A proibição de mobilizar o solo a mais de 50 centímetros de profundidade numa faixa de 1 metro para cada lado do eixo longitudinal da conduta;

- A proibição de plantio de árvores e arbustos numa faixa de 3 m, com 1,5 m para cada lado do eixo longitudinal da conduta;
- A proibição de edificar qualquer construção a uma distância inferior a 1,5 m do eixo longitudinal da conduta.

- Os proprietários, arrendatários ou a qualquer título possuidores dos terrenos em que hajam de realizar-se as pesquisas, os estudos e os trabalhos de abastecimento de água ou dos terrenos a que lhes dão acesso, são obrigados a consentir na sua ocupação e trânsito, na execução de escavações, assentamento de tubagens e seus acessórios, desvio de águas superficiais e subterrâneas e vias de comunicação, enquanto durarem esses estudos, trabalhos e pesquisas.
- Nas situações em que as infraestruturas de abastecimento público integram candidaturas beneficiárias de cofinanciamento comunitário, é garantido às entidades gestoras responsáveis pela implementação das infraestruturas o direito de atravessar ou ocupar prédios particulares, de acordo com os estudos e projetos, com condutas subterrâneas ou caminhos de circulação necessários ou impostos pela realização da infraestrutura, bem como o direito a realizar prospeções geológicas, sondagens e outros estudos convenientes em prédios particulares necessários à conceção e à execução da infraestrutura.
- Aos proprietários é devida indemnização pelos ónus constituídos, existindo o dever de reposição dos terrenos nas condições iniciais.
- No despacho que constitui a servidão, podem ainda ser estabelecidos quaisquer outros tipos de restrições.

15.3.2. Rede elétrica

Enquadramento legal

- DL n.º 26852, de 30 de julho de 1936, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo DL n.º 446/74, de 5 de junho, pelo DL n.º 517/80, de 31 de outubro, pelo DL n.º 272/92, de dezembro, pelo DL n.º 4/93, de 8 de janeiro, pelo DL n.º 101/2007, de 2 de abril, e pela Lei n.º 30/2006, de 11 de julho – Aprova o Regulamento de Licenças para Instalações de Redes Elétricas;
- Decreto Regulamentar n.º 14/77, de 18 de fevereiro – Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e de Selecionamento;
- DL n.º 43335, de 19 de novembro de 1960 – Estabelece o regime aplicável à rede elétrica nacional;
- DL n.º 446/76, de 5 de junho – Determina a existência de corredores de proteção para linhas de alta tensão;
- DR n.º 1/92, de 18 de fevereiro – Regulamento de Segurança das Linhas de Alta Tensão;

- DL n.º 15/2022, de 14 de janeiro – Estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional, transpondo a Diretiva (UE) 2019/944 e a Diretiva (UE) 2018/2001.

Casos específicos

Rede Nacional de Transporte (RNT)
Subestação do Pocinho;
Linha Armamar - Lagoaça (LAMM.LGC), a 400 kV;
Linha Pocinho-Armamar 1 (LPN.AMM1), a 220 kV;
Linha Central Pocinho - Pocinho (LCPN.PN), a 220 kV;
Linha Pocinho - Chafariz 1 (LPN.CF1), a 220 kV;
Linha Pocinho - Chafariz 2 (LPN.CF2), a 220 kV;
Subestação de Vila Nova de Foz Côa; *
Linha Fundão – Vila Nova de Foz Côa; *
Abertura da Linha Armamar - Lagoaça para Vila Nova de Foz Côa. *

*Infraestruturas previstas no Plano de Desenvolvimento e Investimento da RNT 2018-2027, em fase de projeto, ainda sem traçados/localizações definidos

Condicionalismos e restrições

- O DL n.º 43335, de 19 de novembro de 1960, determina a existência de servidões de passagem para instalações de redes elétricas. Estas não implicam necessariamente uma expropriação, mas sim uma servidão de passagem com a correspondente indemnização pelas restrições ou perdas de uso do solo no presente e em futuro, continuando os terrenos na posse dos seus legítimos proprietários.
- A constituição das servidões decorre igualmente do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas aprovado pelo DL n.º 26852, de 30 de julho de 1936, com as atualizações introduzidas pelos DL n.º 446/76, DL n.º 186/90 e DR n.º 38/90.
- A servidão de passagem associada às linhas da RNT consiste na reserva de espaço necessário à manutenção das distâncias de segurança aos diversos tipos de obstáculos (e.g. edifícios, solos, estradas, árvores), considerados os condutores das linhas nas condições definidas pelo Regulamento de Segurança de Linhas Aéreas de Alta Tensão (RSLEAT) a saber:

Obstáculos	150 kV	220 kV	400 kV
Solo	6,8	7,1	8
Árvores	3,1	3,7	5
Edifícios	4,2	4,7	6
Estradas	7,8	8,5	10,3
Vias-férreas não eletrificadas	7,8	8,5	10,3
Obstáculos diversos (Semáforos, iluminação pública)	3,2	3,7	5

Distâncias em metros

- Como disposto no RSLEAT, está também definida uma zona de proteção da linha com uma largura máxima de quarenta e cinco metros centrada no seu eixo, na qual são condicionadas ou sujeitas a autorização prévia algumas atividades.
- Refira-se ainda que de acordo com DL nº 11/2018, de 15 de fevereiro, designadamente no art.º 7, não é permitida a construção de novas linhas da RNT com distâncias inferiores a 22,5 m

medidos na horizontal a infraestruturas sensíveis e vice-versa. O mesmo diploma define como infraestruturas sensíveis: unidades de saúde e equiparados; quaisquer estabelecimentos de ensino ou afins, como creches ou jardins de infância; lares da terceira idade, asilos e afins; parques e zonas de recreio infantil; espaços, instalações e equipamentos desportivos; edifícios residenciais e moradias destinadas a residência permanente.

- Linhas de Alta Tensão (média, alta e muito alta tensão):
    - Não é permitido o estabelecimento de linhas aéreas sobre recintos escolares e campos de desporto, salvo as exceções constantes no ponto 2 do artigo n.º 139 do Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro;
    - Os planos de urbanização de aglomerados populacionais deverão incluir sempre as infraestruturas de abastecimento de energia elétrica, sob a forma de projeto ou anteprojeto, incluindo os corredores de acesso para linhas elétricas;
    - Em relação aos edifícios cujas coberturas, chaminés e todas as partes salientes suscetíveis de ser normalmente escaladas por pessoas, os condutores nus deverão ficar, desviados ou não pelo vento, a uma distância D, em metros, arredondada ao decímetro, não inferior à dada pela expressão: D = 3,0 + 0,0075 U, em que U é, em kV, a tensão nominal da linha. O valor de D não deverá ser inferior a 4 metros;
    - É obrigatório a cedência de passagem para acesso às linhas elétricas e apoios respetivos, não havendo a possibilidade por parte do proprietário de exigir a deslocação dos apoios em linhas com tensão nominal igual ou superior a 60 kV.

15.3.3. Rede rodoviária nacional, estradas regionais e estradas nacionais desclassificadas ainda não entregues ao município

Enquadramento legal

- DL n.º 222/98, de 17 de julho, alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo DL n.º 182/2003, de 16 de agosto – Define a Rede Rodoviária Nacional do continente (Plano Rodoviário Nacional);
- Lei n.º 34/2015, de 27 de abril – Novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.

Casos específicos:

- Rede Rodoviária Nacional:
    - Rede Nacional Fundamental:
        - IP2 - Entre o município de Meda, a sul, e o município de Torre de Moncorvo, a norte.
    - Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais) sob jurisdição da IP:
        - EN222 - Entre o limite concelho poente de S. João da Pesqueira e o IP2, no limite de freguesias entre Muxagata e Vila Nova de Foz Côa;

  - EN332 - Entre o cruzamento com as EENN 222 e 332 desclassificadas, a nascente da localidade de Almendra e o limite do concelho com Figueira de Castelo Rodrigo.
- Estradas Nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP:
  - EN102 - Entre o limite do concelho de Torre de Moncorvo e a sede municipal e entre o limite sul desta mesma localidade e o limite do concelho de Meda;
  - EN102-2 - Entre o IP2 e a estação do Pocinho;
  - EN222 - Entre a rotunda de entrada de Foz Côa e o entroncamento com as EN332 classificada e desclassificada, a nascente de Almendra;
  - EN332 - Entre ao entroncamento a nascente de Almendra e a estação de CF de Almendra.

Observações

Os troços das estradas identificadas estão integrados no Plano Rodoviário Nacional ou, tendo sido desclassificados, ainda não foram integradas no domínio municipal estando, portanto, abrangidos pelo novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, constante da Lei n.º 34/2015, de 27 de abril.

Estas vias encontram-se na gestão direta da Infraestruturas de Portugal ou da subconcessionária, salvo os troços urbanos das EN102 e EN222, que estão na gestão da CM.

O IC 34, previsto no PRN 2000, apoia-se na EN222, entre o IP2 e Almendra.

Condicionalismos e restrições

- A realização de obras ou atividades na área abrangida pelos bens de domínio público rodoviário que interfiram com o solo, subsolo ou espaço aéreo da zona da estrada fica sujeita a licenciamento pela administração rodoviária;
- A realização de obras ou atividades de caráter industrial, comercial, habitacional, lúdicas e outras que possam influenciar a fluidez do tráfego e a segurança da circulação, sempre que conduzam a uma ocupação da zona de respeito fica sujeita a parecer prévio vinculativo da administração rodoviária;
- As zonas de servidão *non aedificandi* das novas estradas, bem como das estradas já existentes, têm os seguintes limites.
  - IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 20 m da zona da estrada;
  - IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 15 m da zona da estrada;
  - EN e restantes estradas a que se aplica o Estatuto: 20 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca a menos de 5 m da zona da estrada;

- Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas.

- A realização de obras ou atividades nas zonas de servidão rodoviária fica sujeita a autorização da administração rodoviária.

15.3.4. Estradas e caminhos municipais

Enquadramento legal

- Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961 – Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais;

Casos específicos

- Estradas e caminhos municipais: EM 222-4, EM 324; EM 331-1; EM541; EM607; EM607-1; EM609; EM612; EM613; EM614; CM1101.

Condicionalismos e restrições

- Não é permitido efetuar quaisquer construções nos terrenos à margem das vias municipais, dentro das faixas com servidão *non aedificandi*, limitadas de cada lado da via por uma linha que dista do seu eixo 6 m ou 4,5 m, consoante se trate de estradas ou caminhos municipais. A Câmara Municipal pode alargar estas faixas até ao máximo de 8 a 6 metros para cada lado do eixo, na totalidade ou apenas nalguns troços de vias;
- A utilização do solo, subsolo ou espaço aéreo da zona da estrada; a criação e alteração de serventias; bem como o estabelecimento de vedações e/ou outras ocupações nas faixas de respeito e zonas de servidão *non aedificandi*, estão sujeitas a licenciamento municipal.

15.3.5. Rede ferroviária

Enquadramento legal

- DL n.º 276/2003, de 4 de novembro – Estabelece o domínio público ferroviário;
- DL n.º 77/2008, de 29 de abril, que altera o DL n.º 568/99, de 23 de dezembro – Aprova o regulamento das passagens de nível.

Casos específicos

Linha do Douro (parte em exploração e parte sem exploração)

No concelho existem:

- 5 passagens de nível rodoviárias, no troço em exploração:
  - Km 160+774
  - Km 163+058

- Km 166+236
- Km 171+913
- Km 172+622

Todas com proteção passiva

- 1 passagem de nível rodoviário, no troço sem exploração:
  - Km 187+264

Condicionalismos e restrições

- Quando outra delimitação não for estabelecida ou não resultar da natureza do suporte da via, considera-se que a área de implantação das linhas férreas é constituída pelas faixas de terreno demarcadas através das arestas superiores das áreas escavadas ou das arestas inferiores do talude dos aterros, em que os carris se encontram colocados ou, na falta destes pontos de referência ou de outros indícios, por linhas traçadas a 1,5 m da aresta exterior dos carris externos da via.
- Nos prédios confinantes ou vizinhos das linhas férreas ou ramais ou de outras instalações ferroviárias em relação às quais se justifique a aplicação do presente regime, nomeadamente as subestações de tração elétrica, é proibido:
  - Fazer construções, edificações, aterros, depósitos de materiais ou plantação de árvores a distância inferior a 10 m;
  - Fazer escavações, qualquer que seja a profundidade, a menos de 5m da linha férrea.
- É ainda proibido, nos casos previstos no n.º 1 do artigo anterior:
  - Utilizar elementos luminosos ou refletores que, pela sua cor, natureza ou intensidade, possam prejudicar ou dificultar a observação da sinalização ferroviária ou da própria via ou ainda assemelhar-se a esta de tal forma que possam produzir perigo para a circulação ferroviária;
  - Exercer nas proximidades da linha férrea qualquer atividade que possa, por outra forma, provocar perturbações à circulação, nomeadamente realizar quaisquer atividades que provoquem fumos, gases tóxicos ou que implique perigo de incêndio ou explosão;
  - Proceder ao represamento de águas dos sistemas de drenagem do caminho de ferro e, bem assim, depositar nesses mesmos sistemas lixos ou outros materiais ou para eles encaminhar águas pluviais, de esgoto e residuais e ainda descarregar neles quaisquer outras matérias;
  - Manter atividade de índole industrial a distância inferior a 40 m.

15.3.6. Telecomunicações

Enquadramento legal

- DL n.º 597/73, de 7 de novembro – Sujeita a servidões administrativas, denominadas radioelétricas, bem como a outras restrições de utilidade pública, as zonas confinantes com os centros radioelétricos nacionais que prossigam fins de reconhecida utilidade pública.
- Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de maio - Determina que a constituição de servidões radioelétricas seja efetuada por despacho conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Casos específicos

- Feixe Hertziano Bornes/Meda – Constituído pelo Despacho Conjunto publicado no DR 57 IIS, de 09-03-1993.

Condicionalismos e restrições

- As distâncias a considerar para o estabelecimento das zonas de libertação não poderão exceder os seguintes valores, a contar dos limites do respetivo centro radioelétrico:
    - Zonas de libertação primárias: 500 m;
    - Zonas de libertação secundárias: 4 000 m.
- Das zonas referidas anteriormente poderão excluir-se setores limitados por azimutes definidos, desde que se reconheça que tais setores não interessam à proteção do centro.
- Nas zonas de libertação primárias é proibida, salvo autorização dada pela instância oficial competente, ouvida a entidade exploradora do centro radioelétrico protegido, qualquer ação que envolva:
    - A instalação ou manutenção, ainda que temporária, de estruturas ou outros obstáculos metálicos;
    - A construção ou manutenção de edifícios ou de outros obstáculos cujo nível superior ultrapasse a cota máxima do terreno fixada no decreto que estabelecer a proteção do centro;
    - O estabelecimento ou manutenção de árvores, culturas ou outros obstáculos que prejudiquem a propagação radioelétrica do centro;
    - A existência de estradas abertas ao trânsito público ou de parque públicos de estacionamento de veículos motorizados;
    - A instalação ou manutenção de linhas aéreas.
- Dentro dos 1000 m que circundem imediatamente as zonas primárias:
    - As linhas aéreas de energia elétrica só serão permitidas para tensão composta igual ou inferior a 5kV e desde que não prejudiquem o funcionamento do respetivo centro;

- Toda a aparelhagem elétrica deverá ser provida, se tal for considerado necessário, dos mais eficientes dispositivos eliminadores ou atenuadores de perturbações radioelétricas, por forma a não prejudicar o funcionamento do centro considerado;
- A implantação de qualquer obstáculo, fixo ou móvel, só poderá ser autorizada se o nível superior deste não ultrapassar a respetiva cota máxima do terreno fixada no decreto que estabelecera proteção do respetivo centro em mais de um décimo da distância entre o mesmo obstáculo e o limite exterior da zona primária.

- Na restante área das zonas secundárias:
  - As linhas aéreas de energia elétrica de tensão composta superior a 5kV só serão permitidas desde que não prejudiquem o funcionamento do respetivo centro.
  - A largura da zona de desobstrução medida perpendicularmente á linha reta que une os dois centros, não deverá, em regra, exceder 50 m para cada lado dessa linha, podendo, porém em casos especiais, ser aumentada em determinados troços até englobar a projeção horizontal do elipsoide da 1.ª zona de Fresnel.
  - Na zona de desobstrução é proibida a implantação ou manutenção de edifícios ou de obstáculos que distem menos de 10 m do elipsoide da 1.ª zona de Fresnel.
  - A zona de desobstrução, medida perpendicularmente e para cada lado da projeção horizontal da linha reta que une as antenas dos centros radioelétricos terminais (Bornes e Meda), tem a largura de 56 metros.

15.3.7. Marcos geodésicos

Enquadramento legal

- Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril – Estabelece zonas de proteção aos marcos geodésicos, aos marcos de triangulação cadastral, às marcas de nivelamento, ou outras referências.

Casos específicos

Vértice	Ordem
Alto da Lameira	2.ª
Atalaia 2	…
Bringueira	…
Cabeço Alto 2	…
Cabeço de Espinho	…
Cabeço de Mel	…
Castanheiro de Vento	…
Facho 1	2.ª
Fumo	…
Muxães	…
Picoto	….
Peliteiro	…
S. Bárbara 2	…
S. Gabriel	…
S. Martinho	2.ª
Seixo 1	…
Senhora do Viso	3.ª
Touça	…
Tulhas	…

Condicionalismos e restrições

- A zona de proteção que abrange uma área em redor dos sinais geodésicos e cadastrais com um raio mínimo de 15 metros, definida em função da visibilidade que deve ser assegurada ao sinal e entre os diversos sinais, independentemente de estar ou não identificada na planta de condicionantes.
- Os proprietários ou usufrutuários dos terrenos situados dentro da zona de proteção não podem fazer plantações, construções e outras obras ou trabalhos de qualquer natureza que impeçam a visibilidade das direções constantes das minutas de triangulação revista. Em caso de infração, serão embargadas as obras entretanto realizadas ou destruídas as plantações feitas em contravenção à proibição estabelecida, sem direito a qualquer indemnização;
- Os projetos de obras ou planos de arborização na proximidade dos sinais não podem ser licenciados sem prévia autorização do Instituto Geográfico Português.

15.4. Redes de defesa, perigosidade de incêndio e áreas ardidas

15.4.1. Rede primária e secundária de faixas de gestão de combustível

Enquadramento legal

- DL n.º 82/2021, de 13 de outubro, retificados pela Declaração de retificação n.º 39-A/2021, de 10 de dezembro – Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Casos específicos

Os que se reportaram na Planta de Condicionantes-Redes de defesa.

Condicionalismos e restrições

- Impostos pelos seguintes artigos do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro: 48.º; 49.º; 56.º e 72.º.

15.4.2. Rede de pontos de água

Enquadramento legal

- DL n.º 82/2021, de 13 de outubro, retificados pela Declaração de retificação n.º 39-A/2021, de 10 de dezembro – Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Casos específicos

A rede de pontos de água é a reportada na Planta de Condicionantes-Redes de defesa.

Condicionalismos e restrições

- Impostos pelos seguintes art. do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro: 56.º e 72.º.

15.4.3. Perigosidade de incêndio rural das classes alta e muito alta

Enquadramento legal

- Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, retificados pela Declaração de retificação n.º 39-A/2021, de 10 de dezembro – Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Casos específicos

Os que se reportaram na Planta de Condicionantes-Perigosidade de incêndio rural.

Condicionalismos e restrições

- Impostos pelos seguintes artigos do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro: 56.º; 60.º; 67.º; 68.º e 72.º.

15.4.4. Povoamentos florestais de sobreiro e azinheira percorridos por incêndios rurais nos últimos 25 anos

Enquadramento legal

- DL n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo DL n.º 155/2004, de 30 de junho, DL n.º 29/2015, de 10 de fevereiro e pelo DL n.º 11/2023, de 10 de fevereiro;
- DL n.º 82/2021, de 13 de outubro, retificados pela Declaração de retificação n.º 39-A/2021, de 10 de dezembro – Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Casos específicos

Identificam-se as áreas ardidas nos últimos 25 anos por falta de informação relativa aos povoamentos florestais, no que respeita às espécies protegidas.

Condicionalismos e restrições

- Impostos pelos artigos n.º 6 do art. 3.º; 5.º; n.º 1.º do art. 8.º; 13.º; n.º 4 do art. 17.º, do DL n.º 169/2001, de 25 de maio;
- Impostos pelos artigos n.º 3 do art. 51.º; n.º 1 do art. 56.º; art. 60.º, do DL n.º 11/2023, de 10 de fevereiro,
- Impostos pelos artigos 56.º e 72.º, do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro.

Vila Nova de Foz Côa, junho de 2024

ANEXO: Declaração Águas do Norte, S.A.

ÁGUAS DO NORTE
Grupo Águas de Portugal

DECLARAÇÃO

Dec-0361/2023

Nos termos do Contrato de Concessão do **Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal**, e tendo em consideração que o **Município de Vila Nova de Foz Côa** integra o mesmo **Sistema em "alta"** nas componentes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a Águas do Norte, e enquanto entidade concessionária, deve assegurar o seguinte:

- Cláusula 1.ª *(Conteúdo)*

4. - O Sistema tem a configuração constante do projeto global que constitui o Anexo I ao Contrato de Concessão.
5. - O Sistema pode ter as adaptações técnicas que o seu desenvolvimento aconselhar e pode ser desenvolvido por fases, nos termos previstos no Contrato de Concessão.
6. - As áreas abrangidas pelo projeto global do sistema encontram-se definidas no Anexo II ao presente contrato, designado por áreas abrangidas pelo sistema.

- Cláusula 6.ª (*Características da água e dos efluentes*)

3. - A Águas do Norte deve fornecer aos utilizadores do sistema a água para consumo público que estes lhe solicitem e recolher os efluentes domésticos e urbanos provenientes dos utilizadores do sistema, mediante o respeito dos limites estabelecidos no Anexo I ao Contrato de Concessão e nos Contratos de Fornecimento e de Recolha, relacionados com a capacidade do sistema.

- Cláusula 8.ª (*Princípios aplicáveis às relações com os utilizadores*)

1. - Sem prejuízo dos limites estabelecidos no Anexo I do Contrato de Concessão, a concessionária é obrigada a assegurar aos utilizadores, de forma regular, contínua e eficiente, o abastecimento de água para consumo público e a recolha ou receção, o tratamento e a rejeição dos efluentes domésticos, urbanos, industriais ou provenientes de limpeza de fossas sépticas que estes lhe entreguem, devendo tratá-los sem outras discriminações ou diferenças para além das que resultem do disposto no projeto global do sistema, de critérios ou de condicionalismos legais ou regulamentares, da diversidade manifesta das próprias características e condições técnicas de exploração do sistema ou, ainda, do disposto no presente contrato.
2. - Os utilizadores encontram-se obrigados a efetuar a ligação ao sistema, nos termos previstos no Contrato de Concessão.

- Cláusula 36.ª (*Obrigações de fornecimento e recolha*)

1. - A concessionária obriga-se, com ressalva das situações de força maior ou por razões julgadas atendíveis pelo concedente, a fornecer a cada um dos utilizadores a água necessária à satisfação das suas necessidades em termos de quantidade, qualidade, continuidade e pressão, e a recolher os efluentes por eles entregues, até aos volumes

NIPC e Matrícula - 513 606 084 • C. R. C. de Lisboa • Capital Social € 111.061.732,00

Águas do Norte, S.A.
Sede - Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A • 5000-669 Vila Real • Portugal
Polos - Barcelos - Lugar ce Caído - Barcelos • 4755-045 Areias de Vilar | Guimarães - Rua Dr. Roberto de Carvalho, n.º 73-90 • 4810-284 Guimarães
tel.: +351 259 309 370 | +351 253 919 020 • fax: +351 259 309 371 • e-mail: geraladnorte@adp.pt • www.adnorte.pt

ÁGUAS DO NORTE
Grupo Águas de Portugal

máximos diários que o sistema esteja em condições de fornecer e de recolher, tendo em atenção o dimensionamento do sistema e as necessidades dos respetivos utilizadores.

As freguesias, ou união de freguesias, do **Município da Vila Nova de Foz Côa** abrangidas pelo Sistema Multimunicipal são as seguintes:

Abastecimento de Água - Cobertura Total
Almendra, Castelo Melhor, Cedovim, Chãs, Custoias, Freixo de Numão e Murça, Horta, Muxagata, Numão, Santa Comba, Sebadelhe, Seixas, Touça, Mós

Abastecimento de Água - Cobertura Parcial
Vila Nova de Foz Côa, Santo Amaro

Saneamento de Águas Residuais - Cobertura Total
Almendra, Freixo de Numão, Horta, Sebadelhe, Seixas

Saneamento de Águas Residuais - Cobertura Parcial
Touça, Vila Nova de Foz Côa, Mós

Abastecimento de Água

No Abastecimento de Água em "alta", o Município de Vila Nova de Foz Côa é servido pelo Sistema Multimunicipal através dos seus subsistemas do Côa e Zêzere e de Ranhados.

- O **Subsistema do Côa e Zêzere**, tem origem na barragem de Santa Maria de Aguiar, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, e encontra-se integrado na concessão da Águas do Vale do Tejo, que integra o Grupo AdP – Águas de Portugal.

Destina-se exclusivamente ao abastecimento à freguesia de Almendra, do concelho de Vila Nova de Foz Côa, com uma população estimada em cerca de 1.600 habitantes (residente e flutuante).

- O **Subsistema de Abastecimento de Ranhados,** que se encontra igualmente integrado na concessão da Águas do Vale do Tejo, tem como origem a albufeira da barragem de Ranhados e abastece os Municípios de São João da Pesqueira, Vila Nova de Foz Côa (parte), Tabuaço (apenas uma povoação) e Meda (Águas do Vale do Tejo).

- No ano de 2022, o volume total de água fornecido em "alta" pela Águas do Norte ao Município de Vila Nova de Foz Côa, a partir do subsistema (Ranhados), foi igual a 754.195 m3 (média de 2.066 m3/dia).

Por outro lado, no mesmo ano, o volume total de água fornecido ao Município de S. João da Pesqueira, a partir do mesmo subsistema, foi igual a 563.200 m3 (média de 1.543 m3/dia), sendo

Águas do Norte, S.A.
Sede - Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A • 5000-669 Vila Real • Portugal
Polos - Barcelos - Lugar ce Caído - Barcelos • 4755-045 Areias de Vilar | Guimarães - Rua Dr. Roberto de Carvalho, nº 78-90 • 4810-284 Guimarães
tel.: +351 259 309 370 | +351 253 919 020 • fax: +351 259 309 371 • e-mail: geraladnorte@adp.pt • www.adnorte.pt

ÁGUAS DO NORTE Grupo Águas de Portugal

o volume total de água fornecido ao Município de Tabuaço (Águas do vale do Tejo), igual a 44.910 m3 (média de 123 m3/dia).

- No ano de 2022, o volume total de água fornecido em "alta" pela Águas do Norte ao Município de Vila Nova de Foz Côa, a partir do subsistema do Côa e Zêzere, foi igual a 73.748 m3 (média de 202 m3/dia).

- No que diz respeito os custos relativos à aquisição da água à Águas do vale do Tejo, assim como à exploração e manutenção interna das respetivas infraestruturas, através dos subsistemas do Côa e Zêzere e de Ranhados, indicam-se a seguir os respetivos custos específicos:

Subsistema do Côa e Zêzere
- Custo específico total, incluindo as amortizações – 0,3850 EUR/m3
- Custo específico total, excluindo as amortizações – 0,3778 EUR/m3

Subsistema de Ranhados
- Custo específico total, incluindo as amortizações – 0,3700 EUR/m3
- Custo específico total, excluindo as amortizações – 0,2492 EUR/m3

Saneamento de Águas Residuais

No Saneamento de Águas Residuais em "alta", o Município de **Vila Nova de Foz Côa** é servido pelo Sistema Multimunicipal através dos seus subsistemas de saneamento de águas residuais de Almendra, Freixo de Numão, Mós (Vila Nova de Foz Côa), Sebadelhe, Seixas, Touça e Vila Nova de Foz Côa.

- O **Subsistema de Saneamento de Águas Residuais de Almendra** serve a povoação de Almendra do concelho de Vila Nova de Foz Côa, e localiza-se na bacia hidrográfica do rio Côa (Douro).

A **ETAR de Almendra** foi dimensionada para dar resposta a um equivalente populacional de 750 hab. eq., ao qual corresponderá um caudal nominal de 117 m3/dia, no ano de horizonte de projeto

Considerando a carga orgânica afluente, a ETAR de Almendra serviu, no ano de 2022, um equivalente populacional de 273 habitantes, ou seja, cerca de 37% da capacidade instalada.
Como tal, a ETAR de Almendra tem capacidade para receber pelo menos mais 63% de carga poluente similar à que tem vindo a registar-se, correspondendo esta capacidade atualmente excedentária a um equivalente populacional de 477 habitantes equivalentes.

Águas do Norte, S.A.
Sede - Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A • 5000-669 Vila Real • Portugal
Polos - Barcelos - Lugar ce Caído - Barcelos • 4755-045 Areias de Vilar | Guimarães - Rua Dr. Roberto de Carvalho, nº 78-90 • 4810-284 Guimarães
tel.: +351 259 309 370 | +351 253 919 020 • fax: +351 259 309 371 • e-mail: geraladnorte@adp.pt • www.adnorte.pt

ÁGUAS DO NORTE Grupo Águas de Portugal

Já em termos hidráulicos, a ETAR de Almendra tratou, no ano de 2022, um caudal médio de 66 m3/dia.

- O **Subsistema de Saneamento de Águas Residuais de Freixo de Numão** serve a povoação de Freixo de Numão, do concelho de Vila Nova de Foz Côa, e localiza-se na bacia hidrográfica do rio Douro.

A **ETAR de Freixo de Numão** foi dimensionada para dar resposta a um equivalente populacional de 1 000 hab. eq., ao qual corresponderá um caudal médio de 156 m3/dia, no ano de horizonte de projeto.

Considerando a carga orgânica afluente, a ETAR de Freixo de Numão serviu, no ano de 2022, um equivalente populacional de 616 habitantes, ou seja, cerca de 62% da capacidade instalada.
Como tal, a ETAR de Freixo de Numão tem capacidade para receber pelo menos mais 38% de carga poluente similar à que tem vindo a registar-se, correspondendo esta capacidade atualmente excedentária a um equivalente populacional de 384 habitantes equivalentes.
Já em termos hidráulicos, a ETAR de Freixo de Numão tratou, no ano de 2022, um caudal médio de 116m3/dia.

- O **Subsistema de Saneamento de Águas Residuais de Mós (Vila Nova de Foz Côa)** serve a povoação de Mós, do concelho de Vila Nova de Foz Côa, e localiza-se na bacia hidrográfica do rio Douro.

A **ETAR de Mós** (Vila Nova de Foz Côa) foi dimensionada para dar resposta a um equivalente populacional de 500 hab. eq., ao qual corresponderá um caudal médio de 78 m3/dia, no ano de horizonte de projeto

Considerando a carga orgânica afluente, a ETAR de Mós serviu, no ano de 2022, um equivalente populacional de 59 habitantes, ou seja, cerca de 12% da capacidade instalada.
Como tal, a ETAR de Mós tem capacidade para receber pelo menos mais 88% de carga poluente similar à que tem vindo a registar-se, correspondendo esta capacidade atualmente excedentária a um equivalente populacional de 441 habitantes equivalentes.
Já em termos hidráulicos, a ETAR de Mós tratou, no ano de 2022, um caudal médio de 49 m3/dia.

- O **Subsistema de Saneamento de Águas Residuais de Sebadelhe** serve as povoações de Sebadelhe, Horta do Douro e Vale da Teja, do concelho de Vila Nova de Foz Côa, e está localizado na bacia hidrográfica do rio Douro.

A **ETAR de Vale da Teja** (Sebadelhe) foi dimensionada para dar resposta a um equivalente populacional de 1.000 hab. eq., ao qual corresponderá um caudal médio de 156 m3/dia, no ano de horizonte de projeto

Águas do Norte, S.A.
Sede - Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A • 5000-669 Vila Real • Portugal
Polos - Barcelos - Lugar ce Caído - Barcelos • 4755-045 Areias de Vilar | Guimarães - Rua Dr. Roberto de Carvalho, nº 78-90 • 4810-284 Guimarães
tel.: +351 259 309 370 | +351 253 919 020 • fax: +351 259 309 371 • e-mail: geraladnorte@adp.pt • www.adnorte.pt

ÁGUAS DO NORTE
Grupo Águas de Portugal

Considerando a carga orgânica afluente, a ETAR de Vale da Teja (Sebadelhe) serviu, no ano de 2022, um equivalente populacional de 467 habitantes, ou seja, cerca de 47% da capacidade instalada.
Como tal, a ETAR de Vale da Teja (Sebadelhe) tem capacidade para receber pelo menos mais 53% de carga poluente similar à que tem vindo a registar-se, correspondendo esta capacidade atualmente excedentária a um equivalente populacional de 533 habitantes equivalentes.
Já em termos hidráulicos, a ETAR de Vale da Teja (Sebadelhe) tratou, no ano de 2022, um caudal médio de 146 m3/dia.

- O **Subsistema de Saneamento de Águas Residuais de Seixas** serve a povoação de Seixas, do concelho de Vila Nova de Foz Côa, e está localizado na bacia hidrográfica do rio Douro.

A **ETAR de Seixas** foi dimensionada para dar resposta a um equivalente populacional de 750hab. eq., ao qual corresponderá um caudal médio de 117 m3/dia, no ano de horizonte de projeto.

Considerando a carga orgânica afluente, a ETAR de Seixas serviu, no ano de 2022, um equivalente populacional de 350 habitantes, ou seja, cerca de 47% da capacidade instalada.
Como tal, a ETAR de Seixas tem capacidade para receber pelo menos mais 53 % de carga poluente similar à que tem vindo a registar-se, correspondendo esta capacidade atualmente excedentária a um equivalente populacional de 400 habitantes equivalentes.
Já em termos hidráulicos, a ETAR de Seixas tratou, no ano de 2022, um caudal médio de 37 m3/dia.

- O **Subsistema de Saneamento de Águas Residuais de Touça** serve a povoação de Touça, do concelho de Vila Nova de Foz Côa, e está localizado na bacia hidrográfica do rio Douro.

A **ETAR de Touça** foi dimensionada para dar resposta a um equivalente populacional de 500hab. eq., ao qual corresponderá um caudal médio de 78 m3/dia, no ano de horizonte de projeto.

Considerando a carga orgânica afluente, a ETAR de Touça serviu, no ano de 2022, um equivalente populacional de 320 habitantes, ou seja, cerca de 64% da capacidade instalada.
Como tal, a ETAR de Touça tem capacidade para receber pelo menos mais 36% de carga poluente similar à que tem vindo a registar-se, correspondendo esta capacidade atualmente excedentária a um equivalente populacional de 180 habitantes equivalentes.
Já em termos hidráulicos, a ETAR de Touça tratou, no ano de 2022, um caudal médio de 60 m3/dia.

- O **Subsistema de Saneamento de Águas Residuais de Vila Nova de Foz Côa** serve a vila sede do concelho de Vila Nova de Foz Côa, e está localizado na bacia hidrográfica do rio Douro.

Águas do Norte, S.A.
Sede - Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A • 5000-669 Vila Real • Portugal
Polos - Barcelos - Lugar ce Caído - Barcelos • 4755-045 Areias de Vilar | Guimarães - Rua Dr. Roberto de Carvalho, n.º 73-90 • 4810-284 Guimarães
tel.: +351 259 309 370 | +351 253 919 020 • fax: +351 259 309 371 • e-mail: geral.adnorte@adp.pt • www.adnorte.pt

ÁGUAS DO NORTE
Grupo Águas de Portugal

A **ETAR de Vila Nova de Foz Côa** foi dimensionada para dar resposta a um equivalente populacional de 6.847hab. eq., ao qual corresponderá um caudal médio de 1.468 m3/dia, no ano de horizonte de projeto.

Considerando a carga orgânica afluente, a ETAR de Vila Nova de Foz Côa serviu, no ano de 2022, um equivalente populacional de 3.257 habitantes, ou seja, cerca de 48 % da capacidade instalada. Como tal, a ETAR de Vila Nova de Foz Côa tem capacidade para receber pelo menos mais 52% de carga poluente similar à que tem vindo a registar-se, correspondendo esta capacidade atualmente excedentária a um equivalente populacional de 3.590 habitantes equivalentes.
Já em termos hidráulicos, a ETAR de Vila Nova de Foz Côa tratou, no ano de 2022, um caudal médio de 816 m3/dia.

- No que diz respeito os custos relativos à exploração e manutenção das ETAR de Chaves, Loivos, Santo Estevão – Faiões, Vidago e Vila Verde da Raia, indicam-se a seguir os respetivos custos específicos:

ETAR de Almendra
- Custo específico total, incluindo as amortizações – 0,9196 EUR/m3
- Custo específico total, excluindo as amortizações – 0,6828 EUR/m3

ETAR de Freixo de Numão
- Custo específico total, incluindo as amortizações – 0,7096 EUR/m3
- Custo específico total, excluindo as amortizações – 0,4291 EUR/m3

ETAR de Mós (Vila Nova de Foz Côa)
- Custo específico total, incluindo as amortizações – 1,2923 EUR/m3
- Custo específico total, excluindo as amortizações – 1,1193 EUR/m3

ETAR de Vale da Teja (Sebadelhe)
- Custo específico total, incluindo as amortizações – 0,3027 EUR/m3
- Custo específico total, excluindo as amortizações – 0,3020 EUR/m3

ETAR de Seixas
- Custo específico total, incluindo as amortizações – 1,5116 EUR/m3
- Custo específico total, excluindo as amortizações – 1,0903 EUR/m3

ETAR de Touça
- Custo específico total, incluindo as amortizações – 0,4359 EUR/m3
- Custo específico total, excluindo as amortizações – 0,3711 EUR/m3

ETAR de Vila Nova de Foz Côa
- Custo específico total, incluindo as amortizações – 0,4359 EUR/m3
- Custo específico total, excluindo as amortizações – 0,3711 EUR/m3

Águas do Norte, S.A.
Sede - Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A • 5000-669 Vila Real • Portugal
Polos - Barcelos - Lugar ce Caído - Barcelos • 4755-045 Areias de Vilar | Guimarães - Rua Dr. Roberto de Carvalho, nº 78-90 • 4810-284 Guimarães
tel.: +351 259 309 370 | +351 253 919 020 • fax: +351 259 309 371 • e-mail: geraladnorte@adp.pt • www.adnorte.pt

ÁGUAS DO NORTE
Grupo Águas de Portugal

ÁGUAS DO NORTE, S.A.

Vila Real, 17 de novembro de 2023

Cristiana Barbosa, Eng.ª
(Vogal Executivo do Conselho de Administração)

Filipe Araújo da Silva, Dr.
(Vogal Executivo do Conselho de Administração)

Águas do Norte, S.A.
Sede - Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A • 5000-669 Vila Real • Portugal
Polos - **Barcelos** - Lugar ce Caído - Barcelos • 4755-045 Areias de Vilar | **Guimarães** - Rua Dr. Roberto de Carvalho, nº 78-90 • 4810-284 Guimarães
tel.: +351 259 309 370 | +351 253 919 020 • **fax:** +351 259 309 371 • **e-mail:** geraladnorte@adp.pt • www.adnorte.pt